

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

PAULO MASSEY SARAIVA NOGUEIRA

O Capital Imobiliário:

acumulação, ciclo e crise

Fortaleza

2009

PAULO MASSEY SARAIVA NOGUEIRA

O Capital Imobiliário:

acumulação, ciclo e crise

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado Acadêmico) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Meneleu Neto

Fortaleza

2009

N778c Nogueira, Paulo Massey Saraiva

O capital imobiliário: acumulação, ciclo e crise / Paulo Massey
Saraiva Nogueira – Fortaleza, 2009.

137 p. ; il.

Orientador: Prof. Dr. José Meneleu Neto.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de
Ciências e Tecnologia. Departamento de Geografia, Fortaleza, 2009.

1. Método dialético 2. Acumulação de capital 3. Capital imobiliário.
I. Universidade Estadual do Ceará – Mestrado Acadêmico em
Geografia.

CDD: 910.1

PAULO MASSEY SARAIVA NOGUEIRA

O CAPITAL IMOBILIÁRIO: ACUMULAÇÃO, CICLO E CRISE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado Acadêmico) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 26/08/2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Meneleu Neto
Universidade Estadual do Ceará - UECE
(Orientador)

Prof^ª. Dr.^a. Zenilde Baima Amora
Universidade Estadual do Ceará - UECE
(1º examinador)

Prof. Dr. Eptácio Macário Moura
Universidade Estadual do Ceará – UECE
(2º examinador)

À solidão íntima de meus dias aflitos

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, José Meneleu Neto, que sempre constituiu para mim uma referência intelectual e soube, em diversas circunstâncias, não só conduzir a reflexão pelos melhores caminhos e alertar sobre os seus perigos, mas também confortar e dar esteio quando a hesitação se fez, por um momento, maior do que a confiança.

Ao Prof. Epitácio Macário, mestre e amigo com quem compartilho tantos e tão louváveis feitos que a lembrança não caberia nestas linhas e muito menos encontraria em mim sua melhor tradução. Com ele, continuei aprendendo que a honestidade intelectual é, antes de tudo, uma virtude para a vida.

À Prof^a. Zenilde Baima, não só pela lição de humanidade e compreensão demonstrada na ocasião do convite à participação da banca de defesa, mas, sobretudo, pelas várias e memoráveis oportunidades de tecer ricos diálogos, com os quais pudemos urdir idéias e experiências e nos agasalharmos contra o frio glacial desses tempos desencantados.

Aos camaradas, cuja proximidade, semelhança e confiança, fizeram de seus nomes uma evidência uníssona ao meu. E aos colegas do mestrado, pelo carinho, atenção e pelas discussões provocadas dentro e fora de sala.

Aos professores e alunos que fazem o CETROS (Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social), entre os quais não pude me fazer presente nos últimos anos, senão eventualmente. Pela convergência desse ideal e pelo empenho em realizá-lo, agradeço e firmo o compromisso de retorno pródigo.

À FUNCAP, pela função social que tem cumprido como instituição pública de fomento à pesquisa científica e pelo apoio financeiro mediante a concessão da bolsa de mestrado.

À minha família, por tudo que há ou que restou em mim de gentil e afetuoso.

“O escritor acaba por perceber que quanto mais se exprime de modo preciso, consciencioso e adequado ao assunto, tanto mais o resultado literário é considerado difícil, enquanto que, à medida que faz formulações frouxas e irresponsáveis, é recompensado por uma certa compreensão. Não adianta asceticamente evitar expressões técnicas ou alusões a esferas da cultura que deixaram de existir. O rigor e a pureza da expressão lingüística, mesmo quando associados à extrema simplicidade, produzem um vácuo. O desleixo que flui com a corrente habitual da fala passa por um sinal de solidariedade e contato: sabe-se o que se quer porque se sabe o que o outro quer. Respeitar na expressão o objeto, em vez da comunicação, é suspeito: o que quer que seja específico e não derivado de esquemas dados parece considerado, sintoma de excentricidade, quase de confusão. A lógica contemporânea, que faz tanta questão de clareza, aceitou ingenuamente tais perversões a título de linguagem cotidiana. A expressão vaga permite àquele que a ouve representar-se o que lhe agrada e o que de todo modo já pensa. A expressão rigorosa obriga à univocidade da compreensão, ao esforço do conceito, ao qual as pessoas foram desabitoadas, e lhes exige, ante todo conteúdo, a suspensão dos lugares comuns, logo um isolamento a que elas violentamente se opõem. Só consideram inteligível aquilo que não precisam primeiro entender; só as toca e lhes é familiar o que é na verdade alienado, a palavra cunhada pelo comércio. Poucas coisas contribuem tanto para a desmoralização dos intelectuais. Quem quiser se livrar dela deve perceber no elogio da comunicação uma traição ao comunicado”.

Theodor Adorno. *Minima moralia*.

(Moral e estilo, § 64)

RESUMO

Inicialmente, esta pesquisa se deteve sobre alguns aspectos do processo recente de expansão imobiliária comandado pelas incorporadoras monopolistas nacionais. De acordo com esta proposição, interessava não somente descrever esse movimento e evidenciar sua novidade, mas desvelar analiticamente suas contradições. Diante da complexidade do fenômeno, porém, as preocupações relativas às mudanças na paisagem urbana, à dinâmica de valorização dos vetores de expansão imobiliária e às formas de segregação sócio-espaciais no ambiente intra-urbano foram sendo deslocadas para dar lugar ao interesse precípua em compreender os mecanismos, estratégias e inovações econômico-institucionais acionadas por essas empresas, visando a assegurar sua hegemonia nos processos de incorporação enredados em seus mercados de origem e, principalmente, quando da sua entrada nos mercados locais. A delimitação do propósito investigativo em torno da *matriz de financiamento* das incorporadoras monopolistas pretendia, pois, captar as determinações essenciais, materiais, do movimento expansivo observado. Tratava-se de compreender a dinâmica interna de capitalização e estruturação financeira dessas empresas nacionais a partir de sua inserção num ambiente econômico intensamente desregulado, mundializado, hiper-especulativo e criticamente instável. É, pois, no interior desse turbilhão que a produção da cidade, especificamente a produção do espaço urbano na forma do ambiente construído, surge como um mercado privilegiado para os agentes das “altas finanças”. Nesse cenário de intensa mobilidade e centralização do capital, a *produção imobiliária* e o *capital financeiro* estreitam suas relações por meio de mecanismos que, por um lado, diversificam as formas de captação de recurso para o financiamento da atividade construtiva em suas várias fases e, por outro, tornam possível a valorização financeira dos imóveis a partir da emissão de títulos de dívida e de propriedade negociados no mercado de capitais, lastreados em hipotecas sobre os “bens de raiz” que são os imóveis. Com isso, além de proporcionar ganhos setoriais de produtividade e oportunidades de valorização para essas frações do capital, as alternativas de *financiamento* da produção e de *financeirização* dos ativos imobiliários abrem uma fronteira de exploração intensiva e extensiva para o capital em geral, ampliando-se enormemente o potencial de reprodução sistêmica do capitalismo. No entanto, ao invés de suprimir a ocorrência das crises, esta relação intensifica e agrava a tendência imanente à desvalorização geral do capital, numa forma particular de contradição encerrada no processo de circulação do valor pelo ambiente construído. É necessário, contudo, ressaltar um aspecto metodológico fundamental: ao contrário das formas comuns de apresentação, erigidas sobre a delimitação histórica e espacial de objetos empiricamente observados, este trabalho segue um *modo de exposição* rigorosamente conceitual, que estrutura e dá forma à apresentação dos conteúdos desvelados por meio de longa investigação, e isso *pressupõe* justamente a realidade imediata dessas experiências.

Palavras-chave: método dialético; acumulação de capital; capital imobiliário.

RÉSUMÉ

Initialement, cette recherche s'est retenue sur quelques aspects du processus récent d'expansion immobilier commandée par les développeurs monopolistes nationales. Conformément à cette proposition, il intéressait non seulement décrire ce mouvement et prouver sa nouveauté, mais révéler analytiquement leurs contradictions. Devant la complexité du phénomène, néanmoins, les préoccupations relatives aux changements dans le paysage urbain, à la dynamique de valorisation des vecteurs d'expansion immobilier et aux formes de ségrégation sociaux et d'espaces dans l'environnement dans la ville ont été déplacées pour donner place à l'intérêt principal à comprendre les mécanismes, stratégies et innovations económico-institutionnels actionnés par ces sociétés, en visant à assurer leur hégémonie dans les processus d'incorporation ensemble dans leurs marchés d'origine et, principalement, quand de leur entrée dans les marchés lieux. La délimitation de l'intention investigativo autour de la *matrice de financement* des développeurs monopolistes prétendait, donc, capter les déterminations essentielles, matérielles, du mouvement expansif observé. Il s'agissait de comprendre la dynamique interne de capitalisation et de structuration financière de ces sociétés nationales à partir de son insertion dans un environnement économique intenses desregulado, plein de spéculation et critiquement instable. C'est, donc, à l'intérieur de ce remous que la production de la ville, spécifiquement la production de l'espace urbain dans la forme de l'environnement construit, apparaît comme un marché privilégié pour les agents des "hautes finances". Dans ce scénario d'intense mobilité et de centralisation du capital, la *production immobilier* et le *capital financier* rétrécissent leurs relations au moyen de mécanismes qui, d'une part, diversifient les formes de captation de ressource pour le financement de l'activité constructive dans leurs plusieurs phases et, d'autre part, rendent possible valorisation financière des immeubles à partir de l'émission de titres de dette et de propriété négociées dans le marché de capitaux, lastreados dans des hypothèques sur les "biens de racine" qui sont les immeubles. Avec cela, outre fournir à des profits sectoriels de productivité et des occasions d'évaluation pour ces fractions du capital, les alternatives de *financement* de la production et de *financiarisation* des actifs immobilier ouvrent une frontière d'exploration intensive et extensive pour le capital en général, en s'élargissant énormément le potentiel de reproduction méthodique du capitalisme. Néanmoins, à l'inverse supprimer de la présence des crises, cette relation intensifie et aggrave la tendance appartenant à la dépréciation générale du capital, dans une forme particulière de contradiction fermée dans le processus de circulation de la valeur par l'environnement construit. Il est nécessaire, néanmoins, rejaillir un aspect méthodologique fondamental: au contraire des formes communes de présentation, érigées sur la délimitation historique et spatiale d'objets empiriquement observés, ce travail suit une *manière d'exposition* rigoureusement conceptuelle, que structure et de la forme à la présentation des contenus révélés au moyen de longue recherche, et cela *estime* exactement la réalité immédiate de ces expériences.

Mots-clés: méthode dialectique; accumulation de capital; capital immobilier.

LISTA DE ABREVIATURAS

As citações dos textos de Marx (e Engels) estão dispostas de acordo com a seguinte ordem: abreviatura ou abreviação de identificação da obra e página da edição em português, salvo nos casos listados abaixo, onde a referência corresponde à página da publicação original em alemão, o que ocorre quando é necessário citá-la diretamente ou em caso de comparação com a edição em português. As expressões colocadas entre colchetes nas citações são do autor deste trabalho, sem referência às iniciais de seu nome.

(MEW) - MARX, Karl. Das Kapital. In: Werke, Band 23. Berlim, Dietz Verlag, 1968.

(*Teorias*) - _____. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. Livro 4 de *O Capital*. Tradução por: Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980-1985 (Volumes I, II, III).

(PCEP) - _____. Para a crítica da Economia Política / Salário, preço e lucro / O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

(C, I, 1) - _____. O Capital: crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Volume I.

(C, I, 2) - _____. O Capital: crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Volume II.

(C, II) - _____. O Capital: crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Volume III.

(C, III, 1) - _____. O Capital: crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1986. Volume IV.

(C, III, 2) - _____. O Capital: crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1986. Volume V.

(G) - _____. Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía (Grundrisse) 1857-1858. México: Siglo Veintiuno Editores, 1989, (Volumes I, II e III, seguido pelo número da página de acordo com a publicação original em alemão usada para a edição em espanhol).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
 2 A DIALÉTICA DA CIDADE	
2.1 A fisionomia da cidade, <i>en passant</i>	22
2.2 Crítica ao fetichismo da cidade.....	35
2.3 Da aparência do lugar ao lugar da aparência.....	47
 3 O CAPITAL EM GERAL	
3.1 A circulação simples de mercadorias.....	61
3.2 A constituição do capital.....	71
3.3 O capital como totalidade.....	75
 4 O CAPITAL IMOBILIÁRIO	
4.1 A circulação do capital pelo ambiente construído.....	80
4.2 A teoria do ajuste espacial e as crises de sobreacumulação.....	92
4.3 Crise imobiliária – a contradição particular.....	101
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	107

1. INTRODUÇÃO

*“No começo era a ação. Eles já agiram,
portanto, antes de terem pensado”*

*“Onde conceitos faltam, ali encaixa-se no
momento certo uma palavra”*

(Marx, citando Goethe, em *O Capital*)

O problema do começo

Inicialmente, esta pesquisa se deteve sobre alguns aspectos do processo recente de expansão imobiliária comandado pelas incorporadoras monopolistas nacionais. De acordo com esta proposição, interessava não somente descrever esse movimento e evidenciar sua novidade, mas desvelar analiticamente as contradições implicadas pela “entrada” daquelas empresas nos mercados cativos regionais e locais, observadas à luz do que ocorria especificamente em Fortaleza, a partir do início de 2007. Diante da complexidade do fenômeno, porém, as preocupações relativas às mudanças na paisagem urbana, à dinâmica de valorização dos vetores de expansão imobiliária e às formas de segregação sócio-espaciais no ambiente intra-urbano foram sendo deslocadas para dar lugar ao interesse precípuo em compreender os mecanismos, estratégias e inovações econômico-institucionais acionadas por essas empresas, visando a assegurar sua hegemonia nos processos de incorporação enredados em seus mercados de origem e, principalmente, quando da sua entrada nos mercados locais.

A delimitação do propósito investigativo em torno da *matriz de financiamento* das incorporadoras monopolistas pretendia, pois, captar as determinações essenciais, materiais, do movimento expansivo observado. Tratava-se de compreender a dinâmica interna de capitalização e estruturação financeira dessas empresas nacionais a partir de sua inserção num ambiente econômico intensamente desregulado, mundializado, hiper-especulativo e criticamente instável que, em suas determinações mais remotas, vinha se constituindo desde meados de 1950 – malgrado a abertura tardia, porém acelerada, da

economia brasileira às tendências de conformação desse fenômeno, comumente conhecido como “globalização financeira”.¹

Esse “falso amanhecer”, conforme a célebre metáfora de John Gray (1999), desencadeou transformações profundas, tais como as novas formas de concorrência e composição patrimonial das empresas, a privatização e desnacionalização das economias, a desregulamentação dos sistemas financeiros e abertura comercial dos países periféricos à competição global, a capitalização dos regimes previdenciários, o enfraquecimento da soberania nacional na gestão de recursos naturais e sobre seus territórios, a reestruturação do mercado de trabalho, as reformas institucionais do Estado, a austeridade da política econômica na forma da “repressão financeira” imposta pelos planos de ajustes neoliberais e uma série de outras questões relacionadas, inclusive, ao crime organizado, à sonegação e à lavagem de dinheiro.²

É no interior desse turbilhão de mudanças substantivas que a produção da cidade, especificamente a produção do espaço urbano na forma do ambiente construído, surge como um mercado privilegiado para os agentes das “altas finanças”. Nesse cenário de intensa mobilidade e centralização do capital, a *produção imobiliária* e o

¹ Contra a pregação do *mainstream* sobre a “globalização”, fala-se também em “financeirização da riqueza” (BRAGA, 1985), “acumulação flexível” e “novo imperialismo” (HARVEY, 1992; 2005), “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996), “regime de acumulação com dominância financeira” (CHESNAIS, 1998), “capitalismo dirigido pelas finanças” (GUTTMANN, 2008), “dominância financeira da valorização” (PAULANI, 2008; TEIXEIRA, 2007) e outros tantos, tentando-se conceituar e traduzir as determinações essenciais dessa fase histórica do capitalismo em que “a liberalização monetária e financeira dos Estados Unidos, seguida pela desregulamentação dos mercados financeiros nacionais, pelo processo de securitização e pela expansão dos instrumentos derivativos constituíram um espaço financeiro verdadeiramente global” (CINTRA, 1997, p. 15).

² Sobre esse processo de financeirização, ver (por ordem alfabética): Aglietta (2004); Arrighi (1996; 2008); Astarita (2008); Baran e Sweezy (1966); Bastos (1996); Batista Jr. (1998); Beinstein (2001); Belluzzo (1984; 1998; 2005); Braga (1983; 1985; 1996; 1997; 1997a; 2000); Braga e Cintra (2004); Braga e Mazzucchelli (1981); Bresser-Pereira (1986); Brenner (1999; 2003); Brettas (2005); Brunhoff (1978; 1978a; 1985; 1991; 2005); Campos (2001); Carcanholo (2000; 2002); Carcanholo e Nakatani (1999); Carneiro (1999; 1999a); Carvalho (2005); Chesnais (1996; 1998; 2002; 2005); Cintra (1997; 1999); Cintra e Cagnin (2007); Cintra e Farhi (2008); Coggiola e Martins (2006); Corazza (2000; 2005); Coutinho (1997); Dathein (2002); Eichengreen (2000); Farhi (1999); Farnetti (1998); Furtado (1987); Fiori (2005); Germer (1995); Gonçalves (1999); Gontijo (2008); Gray (1999); Guttmann (1998; 2008); Hudson (2009); Mandel (1985; 1990); Mazzucchelli (2008); Mészáros (2002, p. 805 ss); Minella (2003); Paulani (2008); Pinto (1994; 1997); Plihon (1999; 2005); Prates (1999); Rotta (2008); Serfati (1998); Sicsú (2007); Singer (2000); Shaikh (1985); Tavares (1977; 1998); Teixeira, A. (1983); Teixeira, F. (2004); Teixeira, R. (2007) e Toussaint (2001). Sobre os crimes financeiros praticados por grandes corporações ligadas ao tráfico internacional de informações, armas e drogas, ver as observações de Machado (2000, p. 19 ss), Belluzzo (2005a, p. 12), Plihon (2005, p. 145-151), Junckes (2008, p. 75-85) e, especialmente, Woodwiss (2007, p. 26), para quem “a cultura da criminalidade empresarial” é algo inimaginavelmente mais influente e perigoso do que qualquer facção do “crime organizado do gênero máfia”.

capital financeiro estreitam suas relações por meio de mecanismos que, por um lado, diversificam as formas de captação de recurso para o financiamento da atividade construtiva em suas várias fases e, por outro, tornam possível a valorização financeira dos imóveis a partir da emissão de títulos de dívida e de propriedade negociados no mercado de capitais, lastreados em hipotecas sobre os “bens de raiz” que são os imóveis. Com isso, além de proporcionar ganhos setoriais de produtividade e oportunidades de valorização para essas frações do capital, as alternativas de *financiamento* da produção e de *financeirização* dos ativos imobiliários abrem uma fronteira de exploração intensiva e extensiva para o capital em geral, ampliando-se enormemente o potencial de reprodução sistêmica do capitalismo.

Nesse sentido, as chamadas “inovações financeiras” foram estratégica e progressivamente implementadas em diferentes momentos, nos vários mercados nacionais e locais, pelos agentes da promoção imobiliária, entre as quais se destacam aquelas lançadas por instituições bancárias e não-bancárias de investimento e crédito, tais como os Fundos de Investimento Imobiliário (FII), os Fundos de Locação (criados recentemente no país por medida provisória - MP 255/05) e os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI’s) – além das inovações praticadas pelas empresas incorporadoras, comuns nas operações de reengenharia financeira, como a *Initial Public Offering (IPO)* ou “abertura de capital”, as *joint ventures*, as “permutas financeiras” e, especificamente, a constituição dos *landbanks* - ou “banco de terras”, uma preocupação permanente dessas empresas quanto à gestão dos ativos e imobilização de capital.³

De sua parte, o poder público municipal também idealizou formas de viabilização financeira dos grandes projetos de incorporação. Além das legislações

³ Sobre isso, Volochko (2008, p. 79) conclui que “a recente abertura de capital das maiores incorporadoras/construtoras de São Paulo reforça essa mútua aproximação entre o setor imobiliário e o capital financeiro; de um lado, pela procura por fontes alternativas de captação de recursos visando o aumento da base de capital e a continuidade dos investimentos das empresas imobiliárias, e de outro lado demonstra o crescente interesse das finanças em aplicar na produção do espaço, como uma atividade lucrativa. Pensamos que este processo expressa a realização contraditória de um movimento de *concentração* dos capitais das empresas do setor imobiliário (incorporadoras/construtoras) propiciada em grande parte pelo capital financeiro, que, sob diferentes formas (FII’s, CRI’s), reforçam a tendência à monopolização do setor imobiliário”. Observando esse mesmo fenômeno, Fix (2007, p. 14) deduz que, “visto da perspectiva geral do sistema, isso significa que o capital total ganha maior mobilidade ao custo de fixar uma fração do capital, que passa a circular no meio ambiente construído” (FIX, 2007, p.14). Por sua vez, a partir do estudo de caso do Fundo de Investimento Imobiliário Panamby, Botelho (2007, p. 173) entende que “os fundos, ao securitizarem os imóveis, aceleram o tempo de circulação destes, e liberam os capitais de seus proprietários imobilizados nos imóveis [...] para outras atividades, ou seja, encurtam o tempo de rotação do capital para os construtores ou geram liquidez para os grupos empresariais”.

específicas aprovadas para servir de base jurídica às “Operações Urbanas”, destacam-se, por sua natureza rentista, os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC’s) - títulos que podem ser emitidos pelas prefeituras conforme disposição do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), cujas implicações para o ordenamento territorial urbano criam formas de valorização sobrepostas, já que, “como qualquer um pode comprar o título, tendo ou não lote na região, e seu valor - como com qualquer título financeiro - pode variar, gera-se um novo tipo de especulação imobiliária, ‘financeirizada’” (FIX, 2007, p. 105).

Essas inovações, dentre outras, garantem, de maneira geral, uma série de vantagens aos partícipes da promoção imobiliária: por um lado, elas permitem às incorporadoras acelerar o tempo de rotação do capital imobilizado nos empreendimentos, seja por meio do crédito ao consumo (venda dos imóveis) e à aquisição de terrenos (para incorporação e lançamento), seja no adiantamento do capital de giro para a construção; por outro lado, aos investidores institucionais (fundos de pensão, em especial) e demais *players* do mercado financeiro, essas inovações permitem a securitização de ativos imobiliários,⁴ cuja valorização especulativa tende a alavancar o poder de compra dos investidores, criando um “efeito riqueza”; ampliar as alternativas de investimento, reduzindo o risco da gestão de portfólio e, de acordo com a valorização do ativo imobiliário, pode proporcionar um fluxo de rendimento crescente ou a oportunidade de lucros financeiros por meio da compra e venda desses títulos – os “ganhos de capital”.

Desta feita, mais do que uma via de escoamento para o capital produtivo-industrial sobreacumulado - como indicara a antevisão de Lefebvre (1999a, p. 146-147), desenvolvida sistematicamente por Harvey (1990; 2005; 2005a, p. 126) em sua “teoria marxista do ajuste espacial” -, a produção do ambiente construído - seja na forma das operações públicas de requalificação urbana, seja como expansão da produção imobiliária comercial e residencial - tornou-se um complexo de atividades, cuja autonomia relativa articula “um sistema especializado de agentes econômicos que se

⁴ O processo de securitização (ou titularização) permite que um ativo imobilizado e de baixa liquidez se torne mais líquido e negociável para os investidores, na medida em que os direitos de propriedade e de apropriação dos rendimentos do ativo se tornam transferíveis por meio de *securities* (títulos). Para o mercado imobiliário, há limites estruturais e obstáculos institucionais que dificultam o aumento da liquidez dos imóveis em relação a outros ativos. Sobre isso, ver Fix (2007, p. 156) e Botelho (2007, p. 96-97), cujas pesquisas revelam as especificidades da constituição desse mercado no Brasil.

dedicam a uma ou várias [...] funções - incorporação, desenvolvimento imobiliário, financiamento, gestão da obra, construção, consultoria, arquitetura, comercialização, administração predial” (FIX, 2007, p. 15). Essas atividades - diversas, especializadas e mesmo antagônicas - são comumente reunidas sob a insígnia de uma generalidade corrente: o *capital imobiliário*.⁵

Sabendo que a relação entre o capital investido na atividade construtiva e o capital a juros disponível para o seu financiamento não constitui, em essência, uma novidade, o esforço desta pesquisa não se deteve numa perquirição histórica acerca do processo de transição e constituição da moderna propriedade imobiliária, compreendido no interior da urbanização incipiente e progressiva que lhe dá sentido.⁶

⁵ Ao longo da construção do objeto desta dissertação, no interesse específico de compreender a dinâmica de acumulação do capital imobiliário, pôde-se conhecer parte da literatura que compõe o vasto tema da “questão urbana”. Essas referências, mais ou menos distantes do objeto específico deste trabalho, podem ser ordenadas em pelo menos três linhas gerais de investigação temática: 1) sobre a *teoria da produção social do espaço*, ver Singer (1977); Harvey (1979); Moraes (1987); Lipietz (1988); Corrêa (1989); Soja (1993); Gottdiener (1997); Lefebvre (1999; 1999a); Deák (2001); Holanda (2002); Carlos (2004); Ferrari (2005) e Ribeiro (2006); 2) sobre o *planejamento urbano e a história da arquitetura e do urbanismo*, ver Lefebvre (1969); Subirats (1986); Berman (1988); Harvey (1992); Davis (1993); Frampton (1997); Mumford (1998); Anderson (1999); Vargas (2001); Villaça (2001); Arantes (2000; 2001); Bolle (2000); Ferreira (2003); Colquhoun (2004); Hall (2005); Compans (2005); Freitas (2005); Sennett (2006); Gondim (2007) e Smith (2007); Arantes (2008); e 3) sobre o moderno *processo de urbanização e segregação sócio-espacial*, ver Paoli (1974); Singer (1974; 1977); Kowarick (1979); Lojkin (1981); Paviani (1987); Maricato (1996; 2001); Sposito (1999); Lago (2000); Caldeira (2000); Carlos (2001); Fix (2001); Wacquant (2001) e Davis (2006). Abordando a cidade em seus aspectos políticos, morfológicos, arquitetônicos e urbanísticos, bem como tratando de suas transformações históricas gerais e processos de reestruturação sócio-espaciais determinados, essas referências comumente apenas *pressupõem* o capital imobiliário, sem interesse pela exploração categorial de sua dinâmica de reprodução e acumulação como capital – ou seja, como um “valor que se valoriza” (MARX, 1985, vol. I, p. 130). Numa indicação sugestiva, Paiva (2008, p. 138) afirma que “não basta eleger o inimigo – o capital imobiliário – como sendo o responsável por todos os malefícios urbanos [...] é necessário qualificar o inimigo, ou seja, quem é o capital imobiliário?”. Desta feita, não havendo um desenvolvimento específico das determinações constitutivas deste conceito, o capital imobiliário costuma figurar como o *pressuposto* de inúmeras pesquisas que, em geral, tratam de temas tais como a investigação das barreiras políticas que os agentes do capital imobiliário obstam ao planejamento urbano e à reformulação da legislação; a privatização dos espaços públicos praticada por esses agentes; a seletividade residencial imposta por certas estratégias imobiliárias de segregação; a função do capital imobiliário e da especulação fundiária nos processos de metropolização, urbanização desordenada e de migrações intra-urbanas etc. Quanto à abordagem estrita da *dinâmica de acumulação do capital imobiliário*, especialmente no contexto da dominância financeira, as referências que apóiam esta pesquisa são: Topalov (1979); Harvey (1979; 1990); Egler (1985); Silva (1992); Souza (1994); Ribeiro (1997); Levi (1997); Abramo (2001; 2007); Bernal (2004); Britto (2006); Cruz (2006); Santiago (2006); Botelho (2007); Fix (2007); Paiva (2007); Mieli (2008) e Volochko (2008).

⁶ Na segunda metade do século XIX, Engels (1979, p. 55) observava essa relação, afirmando que “as *building societies* [sociedade construtoras] são essencialmente especulativas”, e seu “o objetivo principal acaba por ser sempre o de proporcionar um investimento hipotecário mais vantajoso, com bons juros e a perspectiva de dividendos, mediante a especulação em propriedade fundiária” (ibidem.). Essas sociedades, porém, tinham menor importância. Para Engels (1985, p. 334), o que impressionava era o fato de que “os bancos que se expandem enormemente, sobretudo na Alemanha [...], tornam-se cada vez mais portadores de hipotecas; com suas ações, o verdadeiro domínio sobre a propriedade fundiária é transferido

Por esse mesmo motivo, não se pretendeu, tampouco, discorrer sobre a suposta novidade das relações estabelecidas entre o “capital financeiro” e o “capital imobiliário” no contexto candente da dominância financeira observada em economias centrais e periféricas liberalizadas, quer seja em seus aspectos gerais (CRUZ, 2006; PAIVA, 2007), quer seja em suas nuances particulares, verificadas a partir de projetos e empreendimentos situados nos vetores de expansão imobiliária das novas centralidades terciárias. (CARLOS, 2001; FIX, 2007).⁷

Ao contrário dessas formas comuns de apresentação, erigidas sobre a delimitação histórica e espacial de objetos empiricamente observados, o *modo de exposição* rigorosamente conceitual, que estrutura e dá *forma* à apresentação dos conteúdos desvelados por meio de longa investigação, tal como se constitui neste trabalho, *pressupõe* justamente a realidade dessas experiências. Isso porque “é, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição, formalmente, do método de pesquisa” (C, I, 1, p. 20) - diz Marx,⁸ advertindo sobre a diferença fundamental entre seu “método dialético” e o de Hegel. Para tanto, diz ele, “a pesquisa tem de captar

à bolsa, e isso vale ainda mais quando as terras caem nas mãos dos credores”. No Brasil, com a Lei de Terras (1850) e a implantação dos códigos que regulamentavam as atividades comerciais e a *moderna* propriedade, “a transição do emprego de mão-de-obra escrava para o trabalho livre e da propriedade do escravo para a propriedade imobiliária, como fundamento da obtenção de crédito para a expansão da produção foi, em São Paulo, acompanhada de um processo de ‘*formação de fazendas*’, de ocupação de ‘*terras novas*’, no qual a *renda capitalizada*, antes vinculada ao escravo como mercadoria, passou à terra, conferindo aos negócios imobiliários importante papel econômico” (BRITTO, 2006, p. 36).

⁷ Entre os grandes investimentos imobiliários realizados recentemente pelos chamados *global players*, ilustrados em algumas pesquisas, destaca-se o Projeto Bicocca (www.pirellire.com), implantado há 15 anos em Milão, quando o fabricante de pneus Pirelli decidiu transformar o histórico parque industrial de sua matriz, situado na periferia da cidade, num moderno bairro planejado. Hoje o projeto concentra, numa área de 750.000 m², a sede administrativa da Siemens, do Deutsche Bank e da própria Pirelli, edifícios residenciais, o novo campus da Universidade de Milão, parques, serviços de cultura e lazer, equipamentos esportivos e um teatro. Pode-se lembrar ainda, entre tantos, o *Soros Real Estate Partners*, administrado pelo *Med Group*, empreendido no litoral da Espanha; a incursão da *General Electric*, por meio da *GE Capital Real Estate* (www.gerealestate.com) no mercado imobiliário da Ásia e Pacífico, onde é proprietária de grandes escritórios em Tóquio, Coreia e Austrália; e os investimentos imobiliários na construção de grandes centros comerciais, realizados pelo grupo português Sonae, a partir da Sonae Sierra (www.sonaesierra.com) na Espanha e em Portugal. Além desses investimentos isolados, comandados por grande capitais individuais, é comum a participação conjunta de corporações mundiais em várias experiências de requalificação urbana ambientadas nas “cidades globais”, mobilizadas por agentes do poder públicos na forma de “Operações Urbanas”, seguindo as disposições do *new urbanism* e do *city marketing* – sobre isso, ver Arantes (2000, p. 48-66), Compans (2005, p. 118-130) e Hall (2005, p. 407-427). No Brasil, as pesquisas evidenciam a significativa participação dos Fundos de Pensão e das incorporadoras monopolistas nacionais (Cyrela, Gafisa, Rossi) na construção de *shopping centers* de alto padrão e prédios corporativos sediados principalmente em São Paulo – sobre isso, ver Carlos (2001), Ferreira (2003), Botelho (2007), Fix (2007), Miele (2008) e Volochko (2008).

⁸ Daqui para frente, as referências às obras de Marx seguirão essa forma abreviada, tal como fora estabelecida na Lista de Abreviaturas.

detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído este trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (ibidem.).⁹

Essa pressuposição das determinações empiricamente observadas, portanto, deve ser entendida como uma condição objetiva, correspondente ao estatuto de ser das *categorias* que constituem a realidade, cabendo ao observador o exercício penoso de abstração teórica, subjetiva, dessas “formas de ser”, dessas “determinações da existência”, já que “na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos” (ibidem., p. 12), de tal modo que, “para compreender as formas em sua pureza é preciso começar por abstrair todos os momentos que nada têm a ver com a mudança e a constituição de formas enquanto tais” (C, II, p. 25).¹⁰

Como aqui não se está diretamente interessado nas “infinitas variações e graduações [...] que só podem ser entendidas mediante análise dessas circunstâncias empiricamente dadas”, não se pense que haja qualquer resistência ou desprezo pelas pesquisas que pretendem esquadriñar minuciosamente as filigranas do real, senão por aquelas que se mantêm irredutivelmente presas a esse ofício - o que, portanto, está longe

⁹ Sobre a aproximação de Marx a Hegel quanto à idéia do método como exposição, Müller (1982, p. 21) afirma: “Mas enquanto na *Ciência da Lógica* a exposição das determinações progressivas do pensamento puro, enquanto conceito, é simultaneamente o processo de sua autodeterminação e de sua auto-realização, até ele emergir como sujeito último e atividade pura (idéia) que perpassa todo o processo como o seu método, n’*O Capital*, que tematiza uma relação social inserida na materialidade da produção, a exposição enquanto método não é ela mesma, simultaneamente, nem o processo de constituição histórica dessa relação, nem o processo de sua reprodução enquanto sistema de produção capitalista”. Por sua vez, Grespan (1999, p. 38) observa “a diferença radical existente para Marx entre a sua concepção de apresentação e a da *Ciência da Lógica* de Hegel, pois nesta última a exposição descreveria o processo de surgimento e desenvolvimento do conceito simultaneamente ao do objeto correspondente àquele. Daí o ‘*estilo idealista*’ que Marx buscava evitar, em que a ‘*dialética de conceitos*’ parece produzir e reproduzir a dialética real do objeto”.

¹⁰ “É sempre na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos - relação da qual cada forma sempre corresponde naturalmente a determinada fase do desenvolvimento dos métodos de trabalho, e portanto a sua força produtiva social - que encontramos o *segredo íntimo*, o *fundamento oculto* de toda construção social e, por conseguinte, da forma política das relações de soberania e de dependência, em suma, de cada forma específica de Estado. Isso não impede que a mesma base econômica - a mesma quanto às disposições principais - possa, devido a *inúmeras circunstâncias empíricas*, condições naturais, relações raciais, influências históricas externas etc., exibir infinitas variações e graduações em sua manifestação, que só podem ser entendidas mediante *análise dessas circunstâncias* empiricamente dadas” (C, III, 2, p. 251-252, grifou-se).

da menor recendência que lembre a infeliz arrogância idealista da conhecida máxima fichteana: “*umso schlimmer es für Tatsachen*”.¹¹

As dificuldades que envolvem essa “aventura da dialética” ou o “problema do começo” que é, na verdade, o problema de “por onde começar”, surgem como obstáculos não só à pesquisa e à exigência de um *modus probandi* - no momento de “captar detalhadamente a matéria” -, mas também à exposição, exigindo-se para tanto que se encontre a *forma adequada* [*adäquaten Form*] ao desdobramento das *abstrações razoáveis* concebidas por força da disposição orientada a partir do concreto em direção às determinações mais simples e essenciais. Essas abstrações teóricas, no entanto, correspondem a abstrações reais, objetivas ou, como diz Marx, a uma “abstração praticamente verdadeira como categoria da sociedade mais moderna”.¹²

No que diz respeito ao seu objeto, o capital imobiliário, a preocupação deste trabalho não consiste em analisar cenários dinâmicos por meio de evoluções estatísticas; etnografar conflitos e formas de territorialização resultantes de algum processo de requalificação urbana; mapear por geoprocessamento áreas de evidente contraste social indicado concentração e “cruzamento” de variáveis; descrever de modo relatorial as mudanças observadas em determinada comunidade ao longo do tempo ou coisa que o valha. Absolutamente. Se “o concreto”, como diz Marx, “é concreto porque é a síntese de muitas determinações, unidade do diverso” (PECP, p. 14), então “o verdadeiro concreto da realidade capitalista não é dado pela experiência direta da circulação de mercadorias e pelo movimento dos preços, isto é, pelas categorias da circulação, mas é

¹¹ “Tanto pior para os fatos”.

¹² Vale citar extensamente o próprio Marx: “A indiferença em relação ao gênero de trabalho determinado pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de gênero de trabalho efetivos, nenhum dos quais domina os demais. Tampouco se produzem as abstrações mais gerais senão onde existe o desenvolvimento concreto mais rico, onde um aparece como comum a muitos, comum a todos. Então já não pode ser pensado somente sob uma forma particular. Por outro lado, essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado intelectual de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro e na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito, e, portanto, é-lhes indiferente. Nesse caso o trabalho se converteu não só como categoria, mas na efetividade em um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade. Esse estado de coisas se encontra mais desenvolvido na forma de existência mais moderna da sociedade burguesa – nos Estados Unidos. Aí, pois, a abstração da categoria ‘trabalho’, ‘trabalho em geral’, trabalho *sans phrase* (sem rodeios), ponto de partida da Economia moderna, torna-se pela primeira vez praticamente verdadeira. Assim, a abstração mais simples, que a Economia moderna situa em primeiro lugar e que exprime uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, só aparece no entanto nessa abstração praticamente verdadeira como categoria da sociedade mais moderna” (PCEP, p. 16-17).

o resultado de um processo de pensamento que reconstrói a constituição sistemática do capital a partir das determinações mais simples, abstratas e aparentes da produção capitalista [...] para chegar às mais ricas, concretas e essenciais” (MÜLLER, 1982, p. 23). E isso não implica, por outro lado, a incursão em processos históricos, sobre os quais haveria que se debruçar minuciosamente, pois “não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade [...] Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa” (PCEP, p. 19).¹³

À semelhança do que fez Grespan (1999) - para ser breve e reservar às demonstrações necessárias a justeza dessa filiação - deve-se proceder no sentido de reconstruir “a dialética como método de apresentação (*Darstellungsmethode*) das determinações progressivas do capital” (MÜLLER, 1999, p. 14). Foi o que se tentou fazer neste trabalho. Por isso mesmo, sua estruturação tópica pretende reproduzir a orientação geral do método dialético em tratar as abstrações sociais reais historicamente produzidas pelo capitalismo, e assim proceder no sentido de partir do concreto em direção ao abstrato e, desde essas determinações mais simples, retornar ao concreto de modo a torná-lo um concreto pensado.¹⁴

Esse método de exposição como exposição das antíteses imanentes é, por isso mesmo, uma crítica, cujo estatuto de ser e a forma de operar serão vistos à frente, quando se fizer referência às formas de pensamento, igualmente fetichistas, do idealismo e do materialismo vulgar. Além disso, esse procedimento de expor criticamente as contradições imanentes só será adequado se a investigação, o momento de “captar detalhadamente a matéria”, conseguir se apropriar do núcleo de sentido, da contradição semovente que põe em movimento todo o processo de explicitação dessas contradições. Para falar diretamente, nos termos do próprio Marx, “é necessário desenvolver com exatidão o conceito de capital, já que o mesmo é o conceito básico da economia moderna, tal como o capital mesmo - cuja contrafigura abstrata é seu conceito

¹³ “Historicamente, o capital se defronta com a propriedade fundiária, no início, em todo lugar, sob a forma de dinheiro, como fortuna em dinheiro, capital comercial e capital usurário. No entanto, não se precisa remontar à história da formação do capital para reconhecer o dinheiro como a sua primeira forma de aparição. A mesma história se desenrola diariamente ante nossos olhos” (C, I, 1, p. 125).

¹⁴ “Até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata -, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade dessa abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas” (PCEP, p. 17)

– é a base da sociedade burguesa. Da concepção certa do suposto fundamental da relação, tem que derivar todas as contradições da produção burguesa, assim como o limite ante o qual ela mesma tende a se superar” (G, p. 237).¹⁵

Partindo desse suposto, não obstante a preocupação em antecipar, nesta breve introdução, as questões que norteiam as discussões centrais presentes neste trabalho, pode-se dizer que o que orienta a investida analítica desta pesquisa é, antes de tudo, a idéia de desvelar conceitualmente as mediações categoriais que substanciam a *tendência de autonomização* do “valor que se valoriza” sobre os *substratos materiais* que lhe são necessários, e isso redundará na compreensão de como a dinâmica de acumulação do capital envolvido na produção do espaço é movida por *contradições* que constituem *formas particulares* das determinações gerais do capital. Essa é, pois, “a concepção certa do suposto fundamental” deste trabalho. Se isso não é suficiente, resta então compartilhar com Fred Murdok, personagem de um pequeno conto de Jorge Luís Borges, a alegria de saber que “os caminhos que me levaram ao segredo valem mais do que vale o segredo”, e, por isso mesmo, a idéia não é tanto *apreender* a realidade, mas *aprender* com a realidade.

¹⁵ Como se disse na epígrafe acima, “onde conceitos faltam, ali encaixa-se no momento certo uma palavra”. É assim que os teóricos que versam sobre a cidade e o capital imobiliário têm procedido. “No começo era a ação”, a investida desesperada em observar a cidade a partir de suas formas imediatas. Na ausência de um conceito, do “suposto fundamental” que é o capital, “eles já agiram, portanto, antes de terem pensado”.

2. A DIALÉTICA DA CIDADE

*“(...) não é a crítica, mas a revolução a força
motriz da história”*

(Marx e Engels, em *A ideologia alemã*)

2.1. A fisionomia da cidade, *en passant*

A pergunta fundamental sobre a origem e formação da cidade facilmente desvia a atenção para a atração e o fascínio que, desde a Antiguidade, o poder e a opulência dos centros urbanos exercem sobre os homens. Para muitos, interessa descobrir, por exemplo, as linhagens dos clãs e aldeias que, mais ou menos “misteriosamente”, transformaram seus santuários, templos e lugares sagrados em mercados profanos e cidades comerciais; desvelar as relações arquetípicas entre as figuras que, em tempos longínquos, representavam a mulher, a casa e a cidade; evidenciar a importância da defesa e da guerra e o *status* dos guerreiros no interior das burocracias das cidades-Estados antigas; rever as relações entre mitologia, ciência e utopia urbana - quer seja na tradição clássica, na renascentista ou no modernismo; enfim, os resultados dessas pesquisas são tão abundantes e prolíficos quanto o é a magnitude da matéria à disposição da investigação sociológica, historiográfica, antropológica ou etnológica que busque compreender as tramas das redes de convivência ou, como lembram as canônicas expressões de Geertz (1989, p. 4), “a malha simbólica” e a “hierarquia estratificada de estruturas significantes” que constituem a cultura dos povos que formaram e se formaram nessas aglomerações.

Desde que Lewis Mumford (1998, p. 9 ss), em seu clássico *A cidade na história*, de 1961, lançou mão de algumas teses curiosas - inspiradas pela moda psicanalítica, mas demasiado generalistas -, enunciando que a “cidade dos vivos” (polis) surge das “cidades dos mortos” (necrópolis) e que a cidade tem uma “alma feminina” - pois que, nos grupamentos nômades primitivos, cabia à mulher cultivar e cultivar o “lugar”, inscrevendo aí a possibilidade de fixação do grupo errante - a análise social do discurso, do imaginário e das representações simbólicas - numa palavra, a “interpretação das culturas” - tem se firmado cada vez mais no seio do pensamento sobre a cidade, não só nos estudos acerca da origem e formação histórica dos

assentamentos humanos, mas, sobretudo, no que diz respeito aos processos hodiernos de apropriação dos lugares e da memória como patrimônio, dos usos e contra-usos do espaço, seus modos de re-significação e, como querem alguns, sua “des-re-territorialização”, estendendo-se *ad nauseam* por uma série de práticas sócio-espaciais.¹⁶

Para além da “novidade” propalada pela virada lingüística pós-moderna, todas essas manifestações refletem na abordagem do meio urbano não só formas particulares das contradições gerais que fundam e perpassam o pensamento moderno, mas também

¹⁶ Pode-se aludir a algumas referências que, porquanto nem de longe constituam ou se alinhem numa perspectiva teórico-metodológica única, encontram-se num *campo* comum de interesse pela análise mais ou menos restrita aos sistemas de representações sociais, seja por meio da Antropologia Cultural, da nova História Social, da Sociologia dos sistemas simbólicos, dos Estudos Culturais, Etnometodologia, Semiótica, Teoria Crítica, Geografia Cultural etc. Como diz Miceli (2007, p. VII), “nos últimos anos, o estudo da ‘ideologia’ e da ‘cultura’ passou a constituir um dos objetos cruciais das ciências humanas [...] abrangendo desde a ‘etnociência’, a ‘etnometodologia’, o interacionalismo simbólico, até a releitura das obras de Gramsci, a corrente althusseriana, a sociologia semiológica de Verón e a sociologia dos sistemas simbólicos de Bourdieu”. Entre as referências clássicas para a discussão do meio urbano sob este prisma, ver Simmel (1979), Guattari (1985), Lynch (1990), Calvino (1990), Augé (1994), Certeau (1996), Gregory (1996), Mumford (1998) e Sennett (2006). Entre seus divulgadores, ver Pesavento (1995), Souza (2000), Freitag (2001), Haesbaert (2001), Magnani (2004), Ferrara (2004) e Leite (2004). Em sua defesa, esses autores afirmam, por exemplo, que “(...) pensar o social *através de suas representações* é, a nosso ver, uma preocupação contemporânea do nosso fim de século, balizada pela crise dos paradigmas explicativos da realidade que põs em xeque a objetividade e racionalidade das leis científicas no domínio das ciências humanas” (PESAVENTO, 1995, p. 280), de forma que se trata de “resgatar a cidade através das *representações*, entendendo o fenômeno urbano como um acúmulo de bens culturais” (ibidem., grifou-se). Assim também, os que falam em nome da Etnografia urbana advertem: “(...) contrariamente às visões que privilegiam, na análise da cidade, as forças econômicas, a lógica do mercado, as decisões dos investidores e planejadores, propomos partir daqueles atores sociais [excluídos] não como elementos isolados, dispersos e submetidos a uma inevitável massificação, mas que, por meio do *uso vernacular da cidade* (do espaço, dos equipamentos, das instituições) em esferas do trabalho, religiosidade, lazer, cultura, estratégias de sobrevivência, são os responsáveis por sua dinâmica cotidiana” (MAGNANI, 2004, p. 13, grifou-se). Por sua vez, o flagrante ecletismo metodológico de certas abordagens, superpondo às transformações “nas áreas que passam por processos de *gentrification*” a idéia de pensar os “usos e contra-usos que se faz dos espaços enobrecidos”, destaca que “esses usos podem alterar a paisagem e imprimir *outros sentidos* às realocações da tradição e aos lugares nos espaços da cidade”, já que “essas significações, ou *contra-sentidos*, que diferem daqueles esperados pelas políticas urbanas, contribuem para uma diversificação dos atuais sentidos dos lugares” ou para uma “polissemia dos lugares” (LEITE, 2002, p. 121, grifou-se). Reunidos assim, como que num leito de Procusto, não se quer suprimir, nesta nota, absolutamente, as diferenças tão radicais existentes entre esses autores - entre um Simmel e um Calvino -, tampouco se quer depreciar *in totum* as contribuições de suas teorias e métodos; mas há sim *uma medida* para julgá-los e, pois, vê-los como um *outro*, como antípodas: tanto em suas impressões gerais como em suas análises pormenorizadas, quando raramente fazem menção às determinações elementares, histórico-materiais, relativas às formas de produção e consumo próprias das sociedades em que domina o modo de produção capitalista, é comum negarem-se à exigência de adentrar o terreno da análise rigorosa e sistemática de uma disciplina fundadora do pensamento *moderno* - a Economia Política. Por isso mesmo, a recusa, o desdém e o abandono dessa perspectiva, particularmente de seu legado marxista, estão intimamente relacionados ao pensamento pós-moderno, no sentido estrito de que essa postura constitui, por sua vez, *a sua medida* para com a tradição. Sobre isso, ver Teixeira (1995; 2004) e Paulani (2005, p. 194), cuja análise acerca do discurso econômico moderno tem por premissa “a crítica à filosofia da representação que resulta da visão kantiana, particularmente da colocação de um abismo entre o sujeito e a ‘coisa em si’”.

revelam a riqueza de um campo de investigação ainda inusitado e em disputa. Por isso, mesmo diante das mais exasperadas e renitentes impositões que, vez ou outra, ganham a cena como soluções paradigmáticas febris - mas que, ao fim e ao cabo, permanecem confinadas nos limites aporéticos ou insuplantáveis do idealismo, do empirismo, do historicismo relativista, da fenomenologia ou do pragmatismo (o que exigiria, por isso, maior apreciação crítica sobre as antinomias categoriais dessas matrizes filosóficas originárias) -, ainda assim, não se pode desconsiderar, sequer por um momento, a necessidade de se investigar e compreender em seu sentido exato todas aquelas e tantas outras manifestações de uma “superestrutura jurídica e política” e suas “formas ideológicas” (expressão consciente ou ideal de toda a riqueza da experiência urbana) que, à mercê da autonomia *ex ante* que lhe é atribuída, erige-se histórica e necessariamente “sobre” e por meio de algo – o conjunto das “relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais” (MARX, 1983, p. 24) - que não é senão sua *condição de ser*, estabelecendo com ele, com esse conjunto de relações fundantes, tantas outras relações objetivas e determinadas, já que essas representações não podem existir socialmente apenas como “idéia” ou virtualidade descolada do mundo, das “relações sociais reais”, erigindo-se por meio de “um desenvolvimento histórico autônomo”.¹⁷

Não raro, em suas manifestações mais especulativas, “o conjunto das diferentes criações teóricas e formas de consciência – religião, filosofia, moral etc. etc.” (MARX e ENGELS, 2007, p. 42) é reduzido a um mero “fato de consciência” (LUKÁCS, 1981); uma “alma”, “espírito” ou “entidade filosófica” (LEFEBVRE, 1969, p. 50); um algo “redutível ao domínio do simbólico” (EAGLETON, 2005, p. 153) – para usar as expressões daqueles cuja elaboração teórica constituiu um esforço permanente de crítica às formas ideais particulares das contradições gerais do pensamento moderno, radicadas

¹⁷ Numa carta enviada a Franz Mehring, em 14 de julho de 1893, Engels (2004, p. 163) retoma o problema da relação entre “base” e “superestrutura”, que aparece desde a *Ideologia alemã*, de 1845-6, avaliando, como fez em outros momentos, não só que o problema “não foi tratado metodologicamente o suficiente nem por Marx nem por mim e, nesse aspecto, temos ambos a mesma culpa”, mas, principalmente, refutando a acusação infundada de que “na medida em que negamos um desenvolvimento histórico autônomo às distintas esferas ideológicas, lhes negamos também toda *eficácia histórica*”. Isso sugere que “o problema da ideologia” não se restringe à sua natureza ou ao estatuto ontológico do reflexo consciente, como pode parecer; ele remete, muito mais, à necessidade de compreender a função, a dinâmica e os meios que permitem a “eficácia histórica” das formas ideológicas. Sobre isso, em especial, ver Schwarz (1981) e Žižek (1996).

quer seja na relação entre ser e pensar, material e ideal, quer seja na relação entre práxis e contemplação, economia e política etc.¹⁸

Certa vez, numa entrevista, David Harvey (2005a, p. 33) ironizou a “ingenuidade” e os disparates que envolvem essas questões ao dizer que “quando um sistema de esgoto não funciona, não telefonamos para os pós-modernistas, mas sim para os engenheiros”, sobreexaltando a objetividade da dimensão técnico-material da realidade e do conhecimento que lhe concerne.¹⁹ Malgrado a rispidez desta interjeição e o desinteresse que se tornou generalizado por questões desta estirpe, quer-se apenas aludir, por ora, sobre o quão impreterível e incisiva é a pergunta pelos fundamentos materiais e o estatuto de ser da materialidade social da práxis humana (síntese das ações, objetos e representações sociais objetivas que, como complexo de valores e práticas, medeia substantivamente, na forma e no conteúdo, os atos singulares de escolha dos indivíduos), sendo essa questão o *núcleo de sentido* que subjaz ao desdobramento reflexivo que segue.²⁰

Noutro momento, mais oportunamente, na tentativa de pensar a produção social do espaço a partir de suas contradições imanentes, Harvey (1989, p. 230) assevera que “dissecar o processo urbano em toda sua completude significa revelar as raízes da

¹⁸ Na discussão acerca da relação entre a cidade e o urbano e sua interpretação como “sistemas simbólicos”, Lefebvre (1969, p. 50) afirma: “o urbano assim designado parece [...] desenhar-se segundo o modo de existência especulativo das entidades, dos espíritos e das almas, libertando-se de ligações e inscrições numa espécie de transcendência imaginária”. Sobre isso, Berman (1988, p. 151) observa que “nossa visão da vida moderna tende a se bifurcar em dois níveis, o material e o espiritual [...] Esse dualismo, generalizado na cultura contemporânea, dificulta nossa apreensão de um dos fatos mais marcantes da vida moderna: a fusão de suas forças materiais e espirituais, a interdependência entre o indivíduo e o ambiente moderno”. Jacoby (2001, p. 62), em especial, satiriza os efeitos disso sobre o marxismo, refletindo o peso de um ambiente ideologicamente acirrado ainda candente: “a crítica válida de um marxismo reducionista evoluiu para uma total rendição de seu núcleo materialista. Hoje o marxismo trata de espíritos, textos, imagens e ecos, florescendo apenas em departamentos de literatura e inglês”.

¹⁹ “A teoria da cidade como sistema de significações”, diz Lefebvre (1969, p. 62), “separa o ‘urbano’ de sua base morfológica, da prática social, ao reduzi-lo a uma relação ‘significante-significado’”, e “ao fazer extrapolações a partir de significações realmente percebidas [...] ela não deixa de apresentar uma *grande ingenuidade*” (ibidem., grifou-se).

²⁰ Esta concepção da *práxis*, anunciada *in limine* por força das circunstâncias, tem por base o legado de Georg Lukács, constituído em sua longa e renovadora interpretação do pensamento de Marx, re-fundadora de uma *ontologia do ser social*. A partir dessa referência, pode-se afirmar categoricamente que a dialética das relações entre o homem e a natureza, e dos homens entre si, torna-se “incompreensível para quem não é capaz de colocar-se acima daquela visão primitiva da realidade, segundo a qual só se reconhece como materialidade, aliás como objetividade em-si, a coisalidade, enquanto se atribui todas as demais formas de objetividade (relações, conexões, etc.), assim como todos os reflexos da realidade que se apresentam imediatamente como produtos do pensamento (abstrações, etc.), a uma suposta atividade autônoma da consciência” (LUKÁCS, 1979, p. 48). Sobre isso, ver Chasin (1995); Lessa (1997); Macário (2005); Mészáros (2006).

formação da consciência nas *realidades materiais da vida cotidiana*”, já que “a aparência de uma cidade e o modo como os seus espaços se organizam formam uma *base material* a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais” (HARVEY, 1992, p. 69, grifou-se).²¹

Este breve exercício de “sugestão” desbordado até aqui segue fielmente a inspiração do próprio Harvey (1992) em sua estratégia de conduzir o debate sobre “o pós-modernismo na cidade” apresentando e refutando, inicialmente, desde as impressões “bem específicas das coisas por parte de um jovem profissional recém-chegado a Londres”, como Jonathan Raban, em seu controverso *Soft city*,²² irmanadas ao império da “discursividade” de Roland Barthes, para quem “a cidade é um discurso e esse discurso na verdade é uma linguagem” (ibidem., p. 69), até as ilusões das transformações radicais, como diz Terry Eagleton, operadas pelo “credo” de que “a ciência e a filosofia devem abandonar suas grandiosas reivindicações metafísicas e ver a si mesmas, mais modestamente, apenas como um outro conjunto de narrativas” (apud HARVEY, 1992, p. 19).

Nessa incursão, enfrentando toda sorte de dissimulações e modismos, o geógrafo inglês demonstrará que o motivo de envidar o imenso esforço de teorização presente em *A condição pós-moderna* (1989) é investigar como “a mudança abissal das práticas culturais, bem como político-econômicas”, observada “desde mais ou menos 1972”, está vinculada à “emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço” (HARVEY, 1992, p. 7), o que significa compreender a “relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de ‘compressão do tempo-espaço’ na organização do capitalismo” (ibidem.).

Para tanto, em seu *método de exposição*, ele parte do turbilhão revolto de impressões e expressões gestadas no interior do “desconstrucionismo” pós-moderno

²¹ Concebida em sua função adequada - como reflexo estético significativo e “típico”, para falar nos termos de Lukács (1970, p. 260 ss) -, a poética de Charles Dickens exprimiria o mesmo afirmando: “não saberia dizer como as ruas me fazem falta [...] é como se elas me dessem ao cérebro algo de que não pode prescindir se quiser trabalhar”. (DICKENS apud BENJAMIN, 1989, p. 198).

²² “(...) A cidade tal como a imaginamos, a suave cidade da ilusão, do mito, da aspiração, do pesadelo, é tão real, e talvez mais real, quanto à cidade dura que podemos localizar nos mapas e estatísticas, nas monografias de sociologia urbana, de demografia e de arquitetura” (RABAN apud HARVEY, 1992, p. 17).

para, cuidadosamente, avançar no sentido de trazer à luz os “fundamentos materiais” das transformações da produção capitalista, analisando as (des)continuidades instauradas pela “acumulação flexível” em relação ao fordismo e, finalmente, retomar a discussão sobre a experiência do tempo e do espaço, margeada e substanciada agora pelas determinações político-econômicas que constituem os fundamentos do fenômeno histórico investigado, tentando restabelecer analiticamente sua unidade dialética.²³ Sintomaticamente, porém, ao concluir “A tese” que apresenta como prelúdio à obra, Harvey assegura que “essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações de aparência superficial” (ibidem.).²⁴

Justamente aqui reside o ponto de inflexão que marca a proposta metodológica desta dissertação, na medida em que a questão central de sua problemática requer, em suma, um imenso exercício de *abstração* frente à realidade imediatamente observada, tendo em vista retornar àqueles “elementos e relações invariantes” iluminados por uma “teoria do capitalismo em geral”. Sem poder antecipar as questões relativas à natureza desta “abstração”, deve-se aludir apenas que, partindo-se do mesmo quadro histórico de referência (o processo de reestruturação urbana ocorrido nas principais cidades americanas e européias ao longo das décadas de 70 e 80 do século passado, estendido às cidades da “periferia” nos anos 90), trata-se de desvelar e compreender os fundamentos ou “as regras básicas”, como diz Harvey, da acumulação capitalista em sua *dinâmica geral* de autovalorização - mas não para avançar no sentido de articulá-la a uma determinada “mudança abissal das práticas culturais, bem como político-econômicas” ou, tampouco, para investigá-la em suas relações com a produção da cidade, com a *dinâmica espacial* da acumulação, atentando para a produção do ambiente urbano como

²³ Ao final de sua investigação, sustentará que “a crise de superacumulação iniciada no final dos anos 60, e que chegou ao auge em 1973, gerou exatamente esse resultado. A experiência do tempo e do espaço se transformou, a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas” (HARVEY, 1992, p. 293).

²⁴ Para Harvey (1992, p. 164), “(...) a virtude de Marx foi ter construído uma teoria do capitalismo em geral por meio de uma análise do capitalismo sob o modo de regulamentação em que vigiam uma ampla competitividade e o *laissez-faire*, existente na Inglaterra da metade do século XIX”. Em seguida, como forma de preencher as lacunas da interpretação difundida pela Escola francesa da Regulação, o geógrafo sugere que “retornemos, pois, aos ‘elementos e relações invariantes’ de um modo capitalista de produção, proposto por Marx, e vejamos até que ponto esses elementos estão onipresentes sob a superfície tênue e evanescente, sob as fragmentações e disrupções tão características da atual economia política” (ibidem.).

processo conflituoso e segregador. O que orienta a investida analítica desta pesquisa é, antes de tudo, a idéia de desvelar conceitualmente as mediações categoriais que substanciam a *tendência de autonomização* do “valor que se valoriza” sobre os *substratos materiais* que lhe são necessários, e isso redonda na compreensão de como a dinâmica de acumulação do capital envolvido na produção do espaço é movida por *contradições* que constituem *formas particulares* das determinações gerais do capital.

Sendo estes os termos da questão, deve-se notar que essa dialética do geral e do particular não requer necessariamente o esforço de restabelecer teoricamente a unidade do processo - o que tem sido objeto de inúmeros ensaios desde a publicação do trabalho pioneiro de Harvey (1992); sua exigência, pelo contrário, consiste em aprofundar a reflexão acerca de seus momentos constitutivos. Desse modo, mais do que repor o quadro de mediações concretas que ligam fenômenos como a especulação imobiliária e a acumulação financeira às novidades estilísticas da arquitetura, seu arcaísmo planejado, suas concepções relativas à política urbana e à experiência da compressão espaço-tempo, na intenção de, por assim dizer, “restabelecer as bases materiais daquilo que as práticas culturais poderiam ser” (HARVEY, 1992, p. 320), trata-se, neste estudo, de isolar analiticamente os *momentos fundantes* dessa totalidade em processo para, então, apreendê-los em suas determinações imanentes. Feito isso, mesmo restando muito para justificar apropriadamente o “ponto de vista” geral que orienta esta análise, fica-se patente que, ante a totalidade em processo que se impõe como realidade objetiva, é uma sua exigência partir em direção ao ser em sua essência, distanciando-se, por um momento, de suas expressões conscientes, ideológicas, bem como de suas mediações formais mais desenvolvidas.

Por efeito dessa inflexão e da rotação operada no eixo analítico da questão, pode-se supor que, quando Fredric Jameson (2001, p. 174) se pergunta sobre “qual seria, então, a relação, se há alguma, entre a forma peculiar que a especulação imobiliária adquiriu hoje e aquelas formas igualmente peculiares que encontramos na arquitetura pós-moderna”, deveria se perguntar, mais precisamente, sobre o “fundamento material” daquela relação entre especulação e arquitetura, que não é outro senão o *capital imobiliário*. Ele mesmo, Jameson, em seu programa de investigação “sobre as dinâmicas da abstração da produção cultural pós-moderna” identifica a necessidade de “reexaminar a forma monetária – a origem fundamental de toda abstração – e perguntar se a própria estrutura do dinheiro e seu modo de circulação não

foram modificados substancialmente nos últimos anos” (2001, p. 173), o que “significa levantar a questão do capital financeiro e [...] as relações entre suas abstrações especializadas e peculiares e aquelas encontradas em textos culturais” (ibidem.).

Como arauto derradeiro do marxismo ocidental,²⁵ porém, mesmo acenando programaticamente para a investigação do valor e do capital a partir das transformações enredadas pela forma-dinheiro no interior da sociabilidade urbana desde fins do século XIX, Jameson encontra dificuldades, em certos momentos, de se distanciar analiticamente das preocupações e impressões, comuns aos teóricos com quem ele dialoga, centradas nas formas individualizadas de percepção e comportamento, o que inviabiliza, em parte, a construção de uma “teoria bem mais completa de suas pressuposições econômicas”. Além disso, a força que mobiliza seus raciocínios, na tentativa de acompanhar os desdobramentos das totalizações infinitamente mediadas, vislumbra no horizonte de sua análise, se arrefece em meio à disfunção de uma forma expositiva inadequada, na medida em que não consegue resistir às imposições da narratividade própria de uma época marcada pela efemeridade, fragmentação e composição ensaística – como ele mesmo bem identifica e caracteriza.²⁶

²⁵ Resultado das obras de autores como Lukács, Gramsci, Korsch e Benjamin e “uma série de eminentes pensadores de segunda geração – Adorno, Horkheimer, Sartre, Lefebvre e Marcuse [...] o marxismo ocidental foi acima de tudo um conjunto de investigações teóricas da cultura do capitalismo avançado” (ANDERSON, 1999, p. 82). Distante da organização política e do movimento operário, a centralidade da análise das determinações econômicas – o grande legado do marxismo clássico – deu lugar ao primado da filosofia, o que permitiu ao marxismo ocidental preencher as lacunas das discussões estética e metodológica que apareciam não só como um “problema” deixado pela tradição, mas como uma via de enfrentamento ao marxismo oficial do regime stalinista. Legatária dessa tradição, a obra de Jameson, na qual, segundo Perry Anderson, predomina um “simbolismo materialista”, situa-se junto às contribuições críticas das abordagens política de Alex Callinicos e ideológica de Terry Eagleton, bem como à elaboração destacada de David Harvey, que, por seu turno, “oferece uma teoria bem mais completa de suas pressuposições econômicas” (ibidem.). Para a crítica à idéia de “marxismo ocidental”, ver, em especial, Netto (1996).

²⁶ Como herdeiro de Theodor Adorno, Jameson vive “a consciência infeliz” de um entre os muitos dramas figurados nos aforismos de *Minima moralia* (escrito em 1945-47, publicado em 1951): expressar a profundidade e a densidade da análise (moral) por meio de uma forma fragmentária e negativa de exposição (estilo). Não é sem razão, pois, que “o próprio estilo do autor incorpora esta necessidade de se contrapor à ideologia de ‘clareza e simplicidade’ da prosa acadêmica americana [...] Sua forma de expressão característica incorpora, então, as dificuldades de um pensamento genuíno em tempo de compartimentação acelerada” (CEVASCO, 2001, p. 10-11). Sobre isso, ver a epígrafe que abre este trabalho. Aproveitando o ensejo da referência a linhagens e experiências intelectuais, sem maiores pretensões genealógicas, vale observar que Jameson parece repetir também a saga do jovem Lukács, não só pela limitação da forma-ensaio com que escreve e a que estão presas suas reflexões, mas, sobretudo, pelo caráter programático com que enuncia questões que não pode resolver sistematicamente. Lembre-se de quando, por exemplo, no principal ensaio de *História e consciência de classe* (1923), “A reificação e a consciência do proletariado”, Lukács se propõe a descortinar “o problema central, estrutural da sociedade capitalista em todas as suas manifestações vitais”, assegurando que o pressuposto fundamental para isso consiste em “descobrir na estrutura da relação mercantil o protótipo de todas as formas de objetividade e

Essas limitações, contudo, se o desviam do modo particular da Economia Política e, especialmente, de sua crítica marxiana em lidar com pressupostos e sistemas categoriais bem desenvolvidos, não parecem impedir o reconhecimento de que Jameson “desenvolve pela primeira vez uma teoria da ‘lógica cultural’ do capital que simultaneamente oferece um retrato das transformações dessa forma social como um todo” (ANDERSON, 1999, p. 85) - ao contrário da “tradição marxista ocidental, atraída para a estética como consolação involuntária” (ibidem.), cujo “resultado foi uma notável gama de reflexões sobre a cultura moderna” que “jamais foram integrados numa teoria consistente do seu desenvolvimento econômico [...] acusável mesmo de idealismo de um ponto de vista de um marxismo mais clássico” (ibidem.).²⁷

É preciso reconhecer que essa “teoria da lógica cultural do capital” tem sua razão de ser e encontra seu ambiente adequado “em nosso presente histórico [que] é caracterizado precisamente pela fusão entre cultura e economia”, de modo que “os produtos culturais são [...] tanto base como superestrutura, produzindo significados e gerando lucros” (CEVASCO, 2001, p. 9). Como quer o próprio Jameson, que atribui a *O capitalismo tardio* (1972), de Ernest Mandel, um papel central em sua obra, seus “pensamentos sobre o pós-modernismo [...] devem portanto ser entendidos como uma tentativa de teorizar a *lógica específica da produção cultural* desse terceiro estágio, e

de todas as formas correspondentes de subjetividade da sociedade burguesa” (1989, p. 97). Além da semelhança na impositação (e não-demonstração) de generalidades explicativas, é curioso notar que, talvez por força do diálogo com expressões do pensamento sociológico, ambos incorrem em dificuldades formais ao lidarem com categorias dialéticas à maneira de Marx. Prova disso é que a universalização da forma-valor como capital, em suma, é aprendida apenas numa ou noutra de suas determinações: ou como mercadoria (Lukács) ou como dinheiro (Jameson), o que certamente ameaça a unidade contraditória da identidade e da não-identidade no interior daquilo que Marx (1983a, p. 268) chamou de “exposição crítica do sistema da economia burguesa”, referindo-se à natureza dialética de sua elaboração teórica.

²⁷ Esta colocação acertada de Perry Anderson não o exime de imponderação quanto ao legado do “marxismo ocidental” – e isso lhe é comum em outros temas. No Posfácio a *Considerações sobre o marxismo ocidental*, por exemplo, o autor enumera, sem se preocupar com demonstrações, três pontos fundamentais em que “o trabalho de Marx se afigura como fundamentalmente incerto” (ANDERSON, 2004, p. 132). Entre eles, deve-se atentar para o terceiro, em que afirma: “a arquitetura econômica do próprio *O capital*, a maior obra de Marx, não está isenta de uma série de possíveis dúvidas, as mais acentuadas das quais referem-se à teoria do valor proposta por Marx [...] sobretudo, a inquietante dificuldade [...] de se converter [...] trabalho em preço” (ibidem., p. 133). Além de atribuir ao neoricardianismo de Sraffa uma possível solução, o autor ver em Marx o precedente das “teorias do colapso” econômico e social, já que o problema das crises de sobreacumulação, segundo ele, não fora bem apresentado.

não como mais uma crítica cultural desencarnada, ou um diagnóstico do espírito de época” (JAMESON, 1992, p. 396, grifou-se).²⁸

De fato, só nessas condições em que a “fusão entre cultura e economia” reluz sobre o ambiente onde se ensaiam as teses e práticas mais diversas da “virada cultural” - do multiculturalismo à *gentrification* - é que se justifica o empreendimento jamesoniano. E isso é ainda mais compreensível quando se tem em vista que vários observadores desse período apontam para os mesmos fenômenos, perfilando-se em análises contíguas e igualmente inspiradas por essas transformações. Para além das discussões que marcam o propósito e o referencial de cada um, esses autores compartilham o interesse pelas experiências de expansão suburbana ou reocupação de espaços degradados que, desde pelo menos 1960, em cidades americanas e européias, enunciavam não só a conformação de uma “paisagem urbana pós-moderna” (ZUKIN, 2000), mas uma mudança cultural substantiva, instauradora de um *ethos* do consumo comandado pelas classes médias em ascensão, “o que, aliás, não deveria surpreender”, pois o cenário de origem dessas discussões “vem a ser o do movimento de volta à cidade [...] em grande parte desencadeado pelo reencontro glamoroso entre Cultura e Capital” (ARANTES, 2000, p. 14).

Profundamente influenciados pelas mudanças ideológicas que observam acerca do urbanismo, do planejamento e das formas de ocupação e uso do espaço, esses teóricos atentam quase sempre para as *formas aparentes* desse fenômeno; para a profusão de símbolos estampados quer seja na “miragem” das “torres altas e polidas que voltam suas costas para a rua [...], usando seu virtuosismo técnico para encerrar uma imensa massa de trabalhadores de escritório, turistas e consumidores em uma visão panorâmica do bazar da vida urbana” (ZUKIN, 2000, p. 82), quer seja na febre *yuppie* de “restauração e renovação de antigos lugares [...] como espaços de consumo na última

²⁸ “A cultura não é mais um domínio onde negamos os efeitos ou nos refugiamos do capital, mas é a sua mais evidente expressão. O capitalismo tardio depende para seu bom funcionamento de uma *lógica cultural*, de uma sociedade de imagens voltada para o consumo”. (CEVASCO, 2001, p. 9, grifou-se). Nos termos do próprio Jameson (2001, p. 73), “a economia acabou por coincidir com a cultura, fazendo com que tudo, inclusive a produção de mercadorias e a alta especulação financeira, se tornasse cultural, enquanto que a cultura tornou-se profundamente econômica, igualmente orientada para a produção de mercadorias”. Sobre essa “teoria da lógica cultural do capital”, deve-se fazer menção ao fato de que, em sua longa jornada de apropriação crítica, Jameson reafirma em vários momentos que o grande legado de Adorno (e Horkheimer) foi ter compreendido que a experiência da “cultura de massas”, da “indústria cultural” é precisamente a experiência da *forma-mercadoria*, cuja produção, circulação e consumo ocorrem por meio de “signos-mercadorias”.

moda, por trás de paisagens de ferro fundido ou de tijolos vermelhos do passado” (ibidem.).

Desde a novidade dos luminosos templos do consumo - o “hiperespaço”, na expressão de Jameson (1992, p. 65), que “aspira a ser um espaço total, um mundo completo, uma espécie de cidade em miniatura” (ibidem., p. 66), “confirmado pelo revestimento externo de vidro espelhado [...] [que] repele a cidade lá fora” (ibidem., 68) -, passando pelas várias experiências de “revitalização” urbana dos centros históricos pauperizados, “convertidos em galerias ou mesmo residências de artistas, boutiques, restaurantes ditos sofisticados” (ARANTES, 2000, p. 32), engendrando estilos e marcas que expressam o “capital simbólico” (BOURDIEU, 1998, p. 15) acumulado pelos cidadãos e pelas “cidades-empresa” (VAINER, 2000, p. 83) na esteira do “empreendedorismo urbano” (COMPANS, 2005) das “cidades globais” (SASSEN, 1999), até as explosões imobiliárias de alto padrão que acompanham esses processos, reinstituindo ou criando centralidades (FERREIRA, 2003; FRÚGOLI JR., 2000) que mobilizam toda sorte de recursos e atividades financeiras, turísticas e de serviços “do terciário avançado” (CARLOS, 2004), desenvolvendo antigas e novas formas de reclusão como norma de sociabilidade, acondicionadas em “enclaves urbanos” erigidos na “cidade de muros” (CALDEIRA, 2000), tudo isso, enfim, ganha visibilidade e se impõem como uma exigência dos tempos por meio do *city marketing* e do empreendedorismo urbano que constituem a forma consciente, ideológica, do domínio expandido da fusão entre produto e imagem, “a ponto de ter convertido a economia política da reprodução capitalista numa *economia cultural*” (ARANTES, 2000, p. 41).²⁹

²⁹ Nos termos da antevisão de Lefebvre (1969, p. 62), “o consumo de signos desempenha um papel cada vez maior. Este consumo não suprime o consumo de espetáculos ‘puros’, sem atividade, sem participação, sem obra nem produto. Acrescenta-se e se sobrepõe a este [...] É assim que a publicidade para os bens de consumo se torna no principal bem de consumo; ela tende a incorporar a arte, a literatura, a poesia e a suplantá-las ao utilizá-las como retórica [...] cada ‘objeto’, cada ‘bem’ se desdobra numa realidade e numa imagem, fazendo esta parte essencial do consumo. Consome-se tantos signos quanto objetos: signos da felicidade, do poder, da riqueza, da ciência, da técnica, etc. A produção desses signos se integra na produção global e desempenha um papel integrador fundamental em relação às outras atividades sociais produtivas ou organizadoras”. Por isso, ao se referir a cidades como Paris, ele pergunta: essas cidades “não seriam centros de consumo promovidos a um grau superior pela intensidade do consumo de signos?” (ibidem.). Antes de Lefebvre, contudo, Benjamin (1989, p. 215) já observava, em sua análise sobre a Paris do século XIX, que “o ambiente objetivo do homem adota, cada vez mais brutalmente, a fisionomia da mercadoria. Ao mesmo tempo, a propaganda se põe a ofuscar o caráter mercantil das coisas”. Por sua vez, a unidade dialética do pensamento de Engels, confirmada desde a origem em seu clássico *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), não só precede ambas as análises no sentido da preocupação com a urbanização capitalista que ele observa vivamente no cap. II - “As grandes cidades” (ENGELS, 2008, p. 67-116), e ao longo da obra – além dos ensaios sobre a “questão da habitação”, do início da década de 1870 –, mas, principalmente, vai além, quando impõe

Malgrado o intento de trazer à cena, sobremaneira, as referências ilustres deste longo debate acerca das transformações urbanas recentes, presumindo, inclusive, que as partes falem por si, interessa nesta exposição, contudo, apenas compor um quadro ilustrativo das linhas de fundo que orientam e dão sentido às matrizes teórico-filosóficas em que estão encerradas mais ou menos evidentemente as postulações desses autores.

De maneira geral, arranjam-se e se contrapõem neste quadro, como se tentou aludir sumariamente, primeiro, uma forma contemporânea do *idealismo* presa ao ofício de “pensar o social através de suas representações”, elaborando, por assim dizer, uma “crítica cultural desencarnada”, que tende a negar, inverter ou suprimir, de forma ideal e especulativa, as relações entre essas “representações” e as determinações objetivas da produção material da vida (ou da vida material), e isso é o que constitui o núcleo de sentido das inflexões de seus representantes, mencionados logo no início deste capítulo.

Por um lado, no que concerne à questão da *autonomia* das formas ideais em relação à produção material, a noção de *abstração* que este idealismo admite remonta a uma acepção que se opõe ao “concreto”, como sendo aquilo que não é tangível, não é “material”, e se alinha a um conjunto de conceitos entre os quais figuram noções igualmente idealistas e subjetivistas quanto aos significados de “símbolo”, “alegoria”, “representação”, “imagem”, “aparência”, “espetáculo”, “sentido” etc. As premissas do modo idealista de pensar não podem admitir a existência social e objetiva dessas abstrações. Por conta disso, as estruturas mentais e a construção dos discursos de seus representantes refletem *ex vi legis* os limites das formas ideais reificadas, às quais se atribui uma autonomia “negativa” em relação às determinações materiais da vida social. Por outro lado, no que diz respeito à *função* das formas ideológicas, essa autonomia idealista das abstrações ideais tende tanto a relativizar indeterminadamente as

como necessidade o desvelamento “das causas de tudo isso”, diz ele, “que agora examinaremos mais de perto” (ibidem., p. 116), remetendo a análise à crítica da propriedade privada, da “anarquia da concorrência”, da acumulação, da exploração da força de trabalho como mercadoria, além discorrer vivamente sobre a organização política do proletariado - ou seja, trata-se de um vasto material recolhido e elaborado pelo jovem Engels, que tanto antecipou e impressionou Marx que lhe serviu de base ao que veio a ser o seu projeto de *crítica da economia política*. Sobre isso ver Netto (2008, p. 28) e Lefebvre (1999, p. 30). A perspicácia de W. Benjamin - para quem “a cidade é um palco onde desfilam coletivos de todos os tipos [...] os conspiradores, os operários com mulheres e filhos, os sem posses, os miseráveis, os catadores de lixo, as ‘classes perigosas’, os proletários, ‘os homens inferiores, nascidos de assaltantes e prostitutas’, os oprimidos [etc.]” (BOLLE, 2000, p. 398) - está, certamente, alinhada à sensibilidade de Engels para com as multidões e *tipos* da cidade moderna. Sobre “as causas de tudo isso”, porém, Benjamin e outros de sua geração têm pouco a dizer, restando-lhes instrumentar a *crítica* como *denúncia* das atrocidades cometidas contra aqueles que compunham “as classes perigosas”. Sobre isso, ver Anderson (1999) e Löwy (2006). Sobre a crítica como denúncia, cf. nota 44 deste trabalho.

contradições objetivas das relações materiais de produção quanto a obscurecê-las; ou seja, ou as expõe de modo esvaziado e subjetivista ou, em virtude disso, as dissimula e ignora.³⁰

Em seguida, ajustam-se neste quadro ilustrativo as impositões teóricas lastreadas num correspondente hodierno do *materialismo vulgar*, empirista, para quem as “representações” da cidade, especialmente as impressões individuais, intuitivas, não são mais do que “ilusões”, “falsificações”, ante a correta apreensão das formas positivas da realidade – em parte, alguns de seus representantes estão entre os autores acima citados. Nesta tradição, por um lado, tal como entre os idealistas, a noção de “abstração” e seus correlatos são prejudicados pelo aprisionamento a formas aparentes do real, concebidas, por sua vez, natural e unidimensionalmente como reflexos mecânicos das determinações materiais práticas. Por outro, é comum atribuir a origem das contradições ao erro ou desvio “ideológico”, estabelecendo as diretrizes gerais para a purgação da ciência numa orientação empirista referente ao seu *modus probandi*.

Em clara oposição a estas manifestações do idealismo e do materialismo, reificadores dos extremos em que cindem e concebem a realidade,³¹ esboçam-se as alternativas teóricas que perseguem a *síntese dialética* necessária, cujo esforço de apreensão das “totalizações objetivas” que lhes fundamentam a análise, porém, ora é limitado pela exposição insuficiente da cadeia de mediações que conduzem a reflexão desde as formas mais abstratas e simples às mais concretas e determinadas; ora é insuficiente na exploração das antíteses imanentes, no sentido de levar as contradições

³⁰ Isso ganha expressão nas interpelações de Heidegger, em *O ser e o tempo*, lançadas possivelmente contra Lukács. Diz ele: “que a ontologia antiga trabalha com ‘coisas-conceitos’ e que há um perigo de reificar a consciência é fato conhecido há muito tempo. Mas o que significa reificação? De onde ela se origina?”. Ao invés de procurar as respostas a essas questões na mundaneidade histórico-concreta e “descobrir na estrutura da relação mercantil o protótipo de todas as formas de objetividade e de todas as formas correspondentes de subjetividade da sociedade burguesa” (LUKÁCS, 1989, p. 97), Heidegger conduz seu pensamento da fenomenologia do *Dasein* à primazia do Ser sobre o ser humano, nucleando a essência de toda história e da própria condição humana na relação entre ser e *Dasein*, de resto concebida incógnita e misteriosamente. Por isso mesmo, diz Tertulian (2008) “o quadro de leituras destas realidades sócio-históricas é sempre seu pensamento do ser, tendo como eixo de referência a diferença ontológica entre o ser e o sendo: é assim que as formas de sociedade que ele abomina (a sociedade americana assim como a sociedade soviética) são designadas como formas extremas da *Seinsverlassenheit*, do abandono do ser”.

³¹ Cf. nota 41.

objetivas às últimas conseqüências – algo que lembra as inconsistências do sistema de Ricardo, apontadas por Marx, devidas ao formalismo de seu método.³²

2.2. Crítica ao fetichismo da cidade

O “olhar” preso à superfície das transformações que puseram em curso a conformação de uma “paisagem urbana pós-moderna” (ZUKIN, 2000) reflete e traduz o encantamento, o deslumbre e, por vezes, o estarecimento ante uma artificiosa imbricação, uma indeterminação perigosa, em que “tudo é cultura” (JACOBY, 2001, p. 60) e, como tal, símbolos, alegorias, imagens, representações, que facilmente se descolam de suas relações sociais originárias e assumem dinâmicas performáticas resultantes da “livre” associação a que são submetidas as formas tornadas “auto-referentes”, combinadas de maneira impulsiva e irrestrita, desenvolvendo experiências que se estendem da pura imitação comercial, passando pela cooptação dos anseios identitários locais até a “paródia cínica”, como diz Safatle (2006), que contém em si sua própria negação, explicitando-a conscientemente no intuito de fragilizar o efeito da crítica estética limitada às contradições formais do objeto.³³

Tendo em vista o universo de manifestações desse fenômeno estético contemporâneo, observadas em variados contextos nacionais, numa perspectiva histórica que acompanha os estágios por que passou a “teoria do olhar”, Jameson (2004, p. 135) assegura que “o pós-moderno [...] significa a mais completa estetização da realidade que é também, ao mesmo tempo, uma visualização ou colocação em imagem

³² “Ricardo, ao contrário [de Adam Smith], de maneira consciente *abstrai* da forma, da aparência da competição, para apreender as *leis como tais*. Cabe criticá-lo, por um lado, por não avançar nem ser conseqüente bastante na abstração, e assim, [...] logo se deixa influenciar por considerações relativas a condições concretas de toda espécie; por outro lado, por conceber a forma fenomenal, de *maneira imediata e direta*, como prova ou representação das leis gerais, sem *explicá-la*. No primeiro caso, sua abstração é por demais incompleta, e no segundo é abstração formal, falsa em si mesma” (*Teorias*, II, p. 536-37). O modo peculiar de proceder de Marx, ao qual ele chama “meu método dialético” (C, I, 1, p. 20), e suas implicações no que diz respeito à relação entre abstração e aparência, nas várias acepções que esses conceitos assumem sob capitalismo, serão apresentados mais à frente.

³³ Analisando o processo de “internalização da crítica” predominante na constituição das formas estéticas contemporâneas tendentes a uma “estetização da razão cínica”, Safatle (2006, p. 310) observa que “a forma paródica realiza cinicamente o programa que a forma crítica, na modernidade, colocou para si: portar em si mesma sua própria negação, já ser, em si mesma, a *performance* de uma distância correta em relação a sistemas naturalizados de representações”. Ainda segundo ele, isso estaria “exposto de maneira mais clara através das transformações da relação crítica entre arte e domínios hiper-fetichizados da cultura (publicidade, moda, música tonal, quadrinhos, pornografia etc.)” (*ibidem.*, p. 307).

mais completa dessa mesma realidade”, de modo que, “se toda realidade se tornou profundamente visual e tende para a imagem, então na mesma medida, torna-se cada vez mais difícil conceituar uma experiência específica da imagem que se distinguiria de outras formas de experiência” (ibidem., p. 136).³⁴

Vive-se, pois, sob o império do efêmero, da sensibilidade, do gosto, das idiossincrasias, estilos, identidades, desejos, e, nesse sentido, “a reificação das relações sociais toma agora forma de uma irrealização do mundo convertido em imagens, da publicidade às artes eletrônicas, passando pela arquitetura simulada, cenarística” (ARANTES, 2001, p. 28), de modo que “esta sociedade que suprime a distância geográfica, amplia a distância interior, na forma de uma separação espetacular” (DEBORD, 1999, § 167).

Se isso é evidente nas linguagens e nos meios de mídia consagrados pela indústria cultural, na produção do ambiente construído o mundo das aparências, com suas texturas, cores e superfícies, também encontra uma forma adequada de manifestação dessa “irrealização do mundo convertido em imagens”. Aliás, diga-se, muitos dos valores que demarcam o panorama ideológico pós-moderno (do hedonismo à futilidade) ganharam expressão em programas de renovação arquitetônica e urbanística, como o *Learning from Las Vegas* [Aprendendo com Las Vegas], de 1972, liderado por Robert Venturi, para quem as questões da moralidade acerca da manipulação por meio da propaganda, os lucros do jogo e o instinto competitivo associados àquela “cidade-cassino” não deveriam interessar aos arquitetos, estreitando ainda mais o raio de intervenção desses agentes, já que, segundo essa a disposição renovadora, não lhes caberia dizer o que deve ser, mas sim perceber e aprender com o que é; contra a “missão civilizatória” das intervenções modernistas, inspiradas nas proposições regimentais dos CIAM’s de Le Corbusier, assentadas no funcionalismo racionalista e na rigidez geométrica de seus traçados, prega-se abertamente a intervenção pontual, cenarística, performática, reaproximando a arquitetura do “fazer artístico”, inspirada nas expressões mais contorcidas da pintura, da música e da dança.

³⁴ Noutra ocasião, Jameson (2001, p. 142) afirma que “o que caracteriza a pós-modernidade na área cultural é a supressão de tudo o que esteja fora da cultura comercial, a absorção de todas as formas de arte, alta e baixa, pelo processo de produção de imagens” – o que parece seguir de perto a análise de Debord (1997, § 1), segundo a qual “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação”, e nesse exato sentido “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediada por imagens” (ibidem., § 4).

Essa inversão de valores é sentida, inclusive, pelos analistas mais conservadores, com quem Jameson (2004, p. 137) mantém um diálogo crítico, já que para eles não é difícil perceber “a produção cultural, superficial, decorativa e da mídia como um momento essencialmente frívolo da história da arte (e até mesmo da história da arquitetura), cuja missão mais fundamental foi desacreditar certos traços e aspectos perniciosos do moderno enquanto tal”.³⁵

Ao reduzirem a arquitetura a um “jogo de formas”, a um “grau zero”, essas experiências estéticas contemporâneas substanciam uma imbricação controversa e insólita entre superfícies, formas aparentes e imagem como abstração formal e autônoma, de modo que, entre outros efeitos, “a prevalência das superfícies em relação às estruturas é o que permite a mágica de sua desmaterialização e transformação em imagem midiática” (ARANTES, 2008, p. 193), já que virtual e ilusoriamente “elas possibilitam quebrar a massa, a densidade e o peso aparentes de prédios gigantescos, como afirmou Charles Jencks” (ibidem.).

Ante o sucesso de algumas dessas experimentações arquitetônicas, é preciso ir além das impressões e, em detrimento de seus efeitos mistificadores, restituir o primado dos *processos* sobre os *produtos* e suas formas acabadas, explicitando que a crítica ao fetichismo das imagens não pode se limitar ocasionalmente à ilação um tanto intuitiva de que esse “mascaramento vem não só da inclinação pós-moderna de citação eclética, [...] de um evidente fascínio pelas superfícies” (HARVEY, 1992, p. 87) ou algo semelhante; esse “fascínio”, mais do que isso, é a expressão própria e necessária de uma consciência cativa, fragmentária, que, por seu turno, é a forma consciente e ideológica de um “mundo governado pela desrazão” (CHASIN, 1987), cuja dinâmica das relações de sua produção material é preciso compreender. Para tanto, vale lembrar, na

³⁵ Numa interpretação mais abrangente, que consegue separar analiticamente os momentos constitutivos da “fusão entre economia e cultura” para melhor identificar suas relações, Pedro Arantes (2008, p. 176) entende que “com a passagem da hegemonia do capital industrial para a dominância financeira, surgem, nas novas paisagens urbanas, figurações surpreendentes produzidas por uma arquitetura de ponta - aquela que explora os limites da técnica e dos materiais, quase sem restrições, inclusive orçamentárias. O que se vê por toda parte são formas que aparecem como o exato contrário da sobriedade tectônica e espacial, submetida via de regra ao rigor da geometria euclidiana, que dominava a arquitetura moderna. Em sua ‘liberdade’ inventiva, alimentam-se, nesta nova fase do capitalismo, de um paradoxo técnico-formal: quanto mais informe, retorcido, ‘desconstruído’ ou ‘liquefeito’ o objeto arquitetônico, maior seu sucesso de público e, portanto, seu valor como imagem publicitária. Este, o grau zero da arquitetura, reduzido a um jogo de formas, aparentemente sem regras e limitações de qualquer espécie, em busca do grau máximo da renda”. Sobre essas transformações na arquitetura e no projeto urbano, ver Subirats (1986, p. 100 ss); Berman (1988, p. 188 ss); Harvey (1992, p. 69 ss); Frampton (1997, p. 341 ss); Anderson (1999, p. 28 ss); Arantes (2001, p. 91 ss); Colquhoun (2004, p. 229 ss); Hall (2005, p. 407 ss).

formulação do grande arquiteto Sérgio Ferro (2000, p. 148), que se o “papel fundamental do revestimento [é] apagar as *traces* [marcas] do trabalho, eliminar a presença do operário na obra que constrói”, então “o revestimento, ao lado de outras muletas, serve à fetichização da mercadoria, faz o construído parecer não construído, o valor parecer atributo da coisa” (ibidem.).³⁶

Por isso mesmo, o retorno à forma-mercadoria surge como uma exigência metodológica objetiva para a compreensão das expressões hodiernas de coisificação das relações sociais, particularmente daquelas que conformam o que se pode chamar de “fetichismo da cidade”. Uma observação de Jameson (1996, p. 294) orienta este retorno, paulatino, quando ele afirma que “precisamos voltar à teoria da imagem, lembrando a notável derivação teórica de Guy Debord (a imagem como forma final da reificação da mercadoria)” para compreender que “não são os produtos comerciais do mercado que se transformam em imagens na propaganda; ao contrário, os próprios processos narrativos e de entretenimento da televisão comercial é que, por sua vez, são reificados e transformados noutras tantas mercadorias” (ibidem.).³⁷

³⁶ Em sua *Estética*, Lukács fala do “beco sem saída” em que a arquitetura se encontra e de sua decadência e esgotamento como arte. Para ele, a arquitetura foi a única expressão artística que não apresentou nenhum tipo de florescimento nos últimos séculos, após o Renascimento. Desde então, segundo o filósofo húngaro, ela tem se ocupado apenas de questões inessenciais (cor das edificações, decoração das fachadas, tecnologia de materiais, etc.) com o objetivo de suavizar a inumanidade espacialmente conformada que está obrigada a afirmar, respondendo às expectativas de valorização do capital. Sobre a relação específica da arquitetura com a produção capitalista e sobre a particularidade do reflexo estético quanto à “solução adequada” da contradição entre técnica (“determinação extra-estética”) e arte (“determinação estética”), ver Duayer (2008).

³⁷ Em sua análise, Aquino (2005, p. 63) deixa claro que a reflexão de Debord “sobre aparência social no capitalismo mais desenvolvido não considera apenas a visibilidade do produto mercantil, sua ‘estética’, sua ‘aparência’. Tampouco a tendência - realmente existente - da produção cultural tardocapitalista em se voltar para produtos ‘visíveis’, centrado [*sic*] na ‘imagem’ e na ‘visão’ ocular. Estes fenômenos são antes determinados por (e constitutivos de) uma experiência mais fundamental: a extensão - junto com a da forma-mercadoria - da lógica disciplinar, *contemplativa* e *passiva* do trabalho assalariado à totalidade da vida cotidiana”. Quando comparada à análise de Debord, a “crítica” de Haug (1996) à “estética da mercadoria” limita-se, pois, aos seus aspectos sensíveis, visuais, na medida em que, segundo ele, importa evidenciar que “a embalagem não é pensada apenas como proteção contra os riscos do transporte, mas é um verdadeiro rosto a ser visto pelo comprador potencial, antes de seu ‘corpo’, e ela o envolve, transformando-o visualmente, a fim de correr ao encontro do mercado e de sua mudança de forma [...]. Depois que a superfície [da mercadoria] se liberta, tornando-se uma segunda [pele], freqüente e incomparavelmente mais perfeita que a primeira, desprende-se completamente, descorporifica-se e circula com rapidez pelo mundo inteiro como se fosse o espírito colorido da mercadoria [...]. Ninguém mais está seguro contra seus olhares amorosos” (ibidem., p. 75). Embora limitada à forma imediatamente visível das mercadorias, essas considerações enunciam questões importantes, relativas ao “desejo” e às “necessidades” criadas e engastadas na realização da forma abstrata da riqueza – a valorização do valor. Sobre isso, outrossim, Debord (1997, § 15) diria que, “na forma do indispensável adorno dos objetos hoje produzidos, na forma da exposição geral da racionalidade do sistema, e na forma de setor econômico avançado que modela diretamente uma multidão crescente de imagens-objetos, o espetáculo é a *principal produção* da sociedade atual”.

No que diz respeito às transformações recentes observadas nas paisagens das metrópoles nacionais, essa postulação da “imagem como forma final da reificação da mercadoria” ganha sentido na compreensão dos processos de expansão e renovação intra-urbanos comandados por promotores imobiliários que, junto a outros agentes interessados em ganhos rentistas, elaboram e orientam projetos voltados para a divulgação da cidade por meio da circulação de uma imagem estrategicamente planejada, conforme os preceitos do *city marketing*. Isso significa que, se no início do século XX as cidades assumiam suas posições de hegemonia na medida em que se constituíam como *imagem do poder* de economias nacionais desenvolvidas, hoje a preocupação desses agentes é promover as cidades em posições estratégicas no mercado mundial por meio do *poder da imagem*, fazendo com que a própria imagem da cidade e seus signos - e não só a cidade como artefato - sejam “reificados e transformados noutras tantas mercadorias” ou numa “multidão crescente de imagens-objetos”.

Desta feita, se a magnitude do capital monopolista e a necessidade de edificação material e simbólica do seu poder fomentaram, desde fins do século XIX, especialmente nas grandes cidades norte-americanas,³⁸ um mercado especulativo de terras e propriedades urbanas que passou a ser um setor determinante para a acumulação de capital sob o comando dos grandes grupos corporativos, geralmente associados aos poderes públicos e interessados em “obter aluguel pela terra e construir com lucro, rapidamente e com custos baixos” (HARVEY, 1992, p. 73), hoje esse “mercado especulativo de terras” está inextricavelmente ligado aos circuitos de valorização financeira do capital, cujo poder exercido sobre as cidades leva a transformações que refletem muito mais o “poder da imagem” criada de última hora do que a “imagem do poder” material e historicamente constituído.³⁹

³⁸ “(...) a última década do século [XIX] presenciou mudanças radicais nos métodos de construção de cidades e nos meios de acesso urbano, mudanças essas que, em conjunto com o plano quadricular, logo transformariam a cidade tradicional numa região metropolitana em permanente expansão, em que as moradias e o núcleo urbano concentrado são ligados por uma rede de transportes suburbana” (FRAMPTON, 1997, p. 20). De fato, “a relação complementar dessas duas formas americanas de desenvolvimento urbano – o centro vertical e o subúrbio ajardinado de crescimento horizontal – ficou demonstrada no boom imobiliário que se seguiu ao grande incêndio de Chicago em 1871” (ibidem., p. 20-21).

³⁹ “O signo”, diz Lefebvre (1969, p. 62), “é comprado e vendido; a linguagem torna-se valor de troca. Sob a aparência de signos e de significações em geral, são as significações desta sociedade que são entregues ao consumo. Por conseguinte aquele que concebe a cidade e a realidade urbana como sistema de signos está entregando-as implicitamente [...] como valor de troca em estado puro”.

Na crítica marxiana à Economia Política - cuja referência circunstancial por ora prescinde de melhor apresentação -, o fetichismo se revela, por um lado, um fenômeno através do qual os produtos da mão humana “parecem dotados de vida própria, figuras autônomas” (C, I, 1, p. 71), em virtude da eventualidade que comanda as trocas entre os trabalhos privados que os produziram; por outro, constitui, em sua forma subjetiva, uma ilusão social necessária que oculta as relações historicamente constituídas, desenvolvidas sob um modo de produção determinado e que perpassam as coisas, concebendo-as numa forma natural e eternizada, de modo que aquilo que é próprio das *relações* cujos produtos assumem a forma de mercadoria pareça atributo das *coisas*.

No entanto, se “o misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos” (C, I, 1, p. 71), então é preciso compreender como “os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais” (ibidem.).⁴⁰ Para tanto, é preciso acompanhar Marx em sua investigação acerca das implicações e “inversões efetivas” operadas no interior de uma sociabilidade mediada pelas trocas; uma sociabilidade onde as trocas e a divisão social do trabalho e do produto social são mediadas pelas mercadorias, e onde as relações entre produtores aparecem, portanto, “como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas” (ibidem.).

Desse modo, lembra Marx, “a forma distorcida em que se exprime a inversão efetiva reproduz-se naturalmente nas idéias dos agentes desse modo de produção. É uma espécie de ficção sem fantasia, uma religião do vulgar [...] dos titulares da produção capitalista, prisioneiros do sistema e nos quais ela só se reflete em sua aparência superficial” (*Teorias*, p. 1494). Por sua vez, essa “forma distorcida”, que constitui a expressão ideal, subjetiva, consciente da “inversão efetiva” das relações sociais, ora

⁴⁰ Sobre isso, de forma sucinta e precisa, Meneleu Neto (1992, p. 75) afirma que, “na verdade, pode-se descrever o pensamento de Marx como anti-metafísico, mas que parte da metafísica do capital para desvendá-la. Ou seja, se a realidade capitalista é metafísica a pura metafísica é insuficiente para compreender os seus movimentos internos, *para desvendar o fetiche é necessário entender como se produz o fetiche*” (ibidem., p. 75, grifou-se).

surge da completa negação especulativa das determinações materiais naturais sobre as quais se erige historicamente a vida social, transformando-as continuamente; ora se deve ao empirismo arraigado a essas mesmas formas materiais, por trás das quais se escondem todas as determinações e relações sociais a serem compreendidas. É justamente aqui, na relação com os “produtos da mão humana”, que idealismo e materialismo se confundem numa expressão igualmente grosseira, fetichista, acerca das “relações sociais da produção humana”.⁴¹

Quando se disse anteriormente que “é preciso ir além das impressões e, em detrimento de seus efeitos mistificadores, restituir o primado dos *processos* sobre os *produtos* e suas formas acabadas”, não se trata, pois, de resistir à coisificação e à naturalização das formas sociais, como adverte Chasin (1995, p. 495), seguindo alguma “norma de procedimento, isto é, em uma espécie de inatingível dever-ser da cientificidade” ou pressupondo equivocadamente a dialética como um método a ser “aplicado” indiferentemente a quaisquer objetos.⁴²

É preciso, ao contrário, *expor criticamente* as contradições imanentes desse fenômeno e, por força da investigação que capta “detalhadamente a matéria” (C, I, 1, p. 20), desvelar as mediações que ligam a objetividade da “inversão efetiva” ao reflexo subjetivo necessário da “forma distorcida”, que se manifesta na consciência dos agentes da troca e, especialmente, “dos titulares da produção capitalista”, além de ser “a ficção sem fantasia”, “a religião do vulgar”, forjada pelos economistas que traduzem, “em linguagem doutrinária e segundo o prisma da camada dominante [...] mas com finalidade apologética” (*Teorias*, p. 1494), “a expressão acanhada e pedantesca das

⁴¹ “O materialismo vulgar dos economistas, que faz com que considerem tanto as relações sociais da produção humana como as determinações que as coisas recebem quando estão submetidas a estas relações, como se fossem *propriedades naturais* das coisas mesmas, é um idealismo igualmente grosseiro, um fetichismo, sim, que atribui às coisas relações sociais como determinações imanentes, de forma a mistificá-las” (G, p. 579).

⁴² Concebida como uma análise imanente do objeto em sua particularidade histórica, a dialética tem uma conseqüente resistência à teorização formalista ou à formulação de princípios relativos ao ser em geral, facilmente convertidos em axiomas, mais ou menos dogmaticamente instituídos. No dizer de Chasin (1995, p. 344), em contraposição à recusa de Marx em elaborar indicações metodológicas *ex ante*, “Engels e Lênin [...] falam em *aplicar a dialética* ‘a cada domínio investigado’, explicitam de modo enfático um aspecto de grande peso em suas convicções, e, por conseqüente, uma dimensão fundamental do que entendem por dialética – a existência suposta de um *método universal de investigação*, devido na íntegra ou em partes *modificadas*, não importa, a Hegel”. No que concerne ao caráter de generalidade não-demonstrada, gnosiológica, ocorre algo semelhante quando se postula, numa acepção um tanto redentora, que a “Dialética é uma reflexão de segundo grau sobre o saber e sobre nossas práticas, e assim não se põe no lugar das ciências, mas antes leva as ciências à reflexão sobre o que fazem e, enquanto tal, oferece às ciências uma orientação categorial para o seu saber” (OLIVEIRA, 2004, p. 24).

idéias vulgares que necessariamente se geram nos agentes desse modo de produção” (ibidem.). Essa tarefa, contudo, restringe-se, num primeiro momento, ao nível da consciência e da teoria, pois se sabe que “todas as formas e todos os produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual [...] mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história” (MARX e ENGELS, 2007, p. 43).

No que diz respeito à forma urbana e aos elementos do ambiente construído que modelam estrategicamente as “cidades-globais” (SASSEN, 1999; FERREIRA, 2003), é necessário compreender o complexo processo de gênese e “inversão efetiva” das relações que particularizam, na paisagem urbana desses centros, a forma geral do fetichismo mercantil. Assim é que, nesse estágio avançado de “fusão entre economia e cultura”, são feericamente mobilizadas tramas simbólicas e alegóricas determinadas que, entre outros efeitos, confirmam a impressão de que “a forma atual de produção e consumo do espaço, o processo de financeirização, a estética pós-moderna, o *apartheid* social e as relações centro-periferia estão, de algum modo, condensados nesses edifícios” (FIX, 2007, p. 17). Contudo, essa “paisagem urbana pós-moderna”, lastreada numa espécie de condensação imagética, por mais significativa e ilustrativa que seja, é tão “enganosa” quanto o fetichismo da mercadoria, do dinheiro, do capital, da terra etc., já que, no interesse de desvelar sua gênese e desenvolvimento, bem como as relações que a sustêm, suas imagens e seus suportes materiais tomados em si mesmos nada explicam – ao contrário, tem de ser explicados.⁴³

⁴³ As referências feitas até aqui aos conceitos de “alegoria” e “símbolo” parecem equivalentes entre si e aos conceitos de “imagem” e “representação”. No entanto, além das conotações assumidas por esses termos de acordo com a orientação idealista, materialista vulgar ou dialética do pensamento, não se perde de vista a distinção essencial entre eles no que se refere a sua forma e natureza figurativas. Nesse sentido, de acordo com Lukács (1967; 1970), seguindo Hegel e Benjamin, a alegoria é sempre uma expressão particular, que traduz a ausência de plenitude, a carência de sentido imediato e a fragmentação, remetendo seu significado a um referente exterior. Etimologicamente, o termo grego *allegoría* significa “dizer o outro”, “dizer alguma coisa diferente do sentido literal”. O símbolo, por seu turno, é uma expressão do significado total, de recuperação da unidade perdida da totalidade, redundando numa significação plena e imediata, numa união de conteúdo e forma. Quanto ao potencial explicativo que, segundo Walter Benjamin, a leitura das imagens, dos sonhos (BRETAS, 2006) e da “fisiognomia” das cidades (BOLLE, 2000) proporciona, deve-se ter sempre em conta o exercício singular de revelação das relações entre o núcleo de sentido das condições materiais naturais e sociais e os significados espalhados por essas expressões e representações, alijando quaisquer pretensões meramente inventariantes, ilustrativas ou folclóricas. Numa perspectiva dialética, portanto, a imagem é alçada à condição de indicialidade, sintoma - de onde é possível estabelecer um diálogo sobre sua gênese, constituição e sentido no interior de uma totalidade labiríntica, cuja ordenação estruturadora perpassa o emaranhado figurativo, imagético que, como expressão consciente das contradições dessa realidade, constitui a objetividade ideal das formas

Se, como diz Flávio Kothe (1986), “o dinheiro é a alegoria do trabalho” - porque o poder nele incorporado e a ele atribuído emana, na verdade, do trabalho social dos produtores individuais -, jamais seria possível descobrir o valor plenamente desenvolvido (a medida social das trocas na sociedade mercantil-capitalista) mantendo-se preso às suas formas aparentes ou, por assim dizer, alegóricas da circulação de mercadorias, desde “sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro” (C, I, 1, p. 54). De modo semelhante, mesmo hoje, quando os antagonismos da ordem social burguesa, em sua fase mais decadente, estão expostos como fraturas nas paisagens do poder e da segregação - ao contrário do que fazia a burguesia no fim do século XIX, escondendo arditamente os bairros operários nas periferias inóspitas das cidades industriais (ENGELS, 2008, p. 96; LEFEBVRE, 1999a, p. 19) -, ainda assim, presumir que a “paisagem é o conceito-chave para compreendermos a transformação espacial”, como quer a postulação largamente difundida de Sharon Zukin (2000, p. 83), significa admitir que a realidade é (ou veio a ser) uma evidência em si, em suas formas de aparecer - o que, além de tornar toda a ciência um fardo desnecessário, “colocaria em xeque a eficácia de processos de crítica pensados a partir da *dinâmica do desvelamento* de contradições performativas” (SAFATLE, 2005, p. 132).⁴⁴

ideológicas que lhe correspondem necessariamente. Entender a cidade a partir de sua fisionomia não é, por isso mesmo, querer inventariar - numa etnografia quixotesca! - o turbilhão de sinais, informações e mensagens emitidos pelas mais variadas linguagens que constituem o meio urbano. Ao contrário, trata-se de apanhar as *figurações típicas*, carregadas de significados que, como síntese do real, traduzem suas contradições de forma a espelharem no horizonte do reflexo estético um nível superior de sentido e entendimento. Por certo, a riqueza do sentido não está *em-si*, em seus desdobramentos interiores, performativos; está na riqueza das relações que estabelece com o mundo, na medida em que consegue traduzir, exprimir e figurar suas determinações, tornando-se por isso uma “imagem dialética”, noção que Benjamin desenvolve em oposição à contemplação da “imagem arcaica”.

⁴⁴ Na hipótese da “razão cínica” de François Lyotard, “ao invés da tragédia de um sistema sócio-econômico que a todo o momento funcionava através do *ocultamento* do caráter fetichista de seus processos de determinação de valor em todas as esferas da vida social, tragédia de um sistema que não pode assumir aquilo que ele realmente é ao fundar-se no recalcamento ideológico de seus pressupostos, teríamos [hoje] o cinismo de práticas de poder capazes de ‘revelar o segredo de seu funcionamento e continuar a funcionar como tal’ [...] o que colocaria em xeque a eficácia de processos de crítica pensados a partir da *dinâmica do desvelamento* de contradições performativas” (ibidem.). Em *Técnica e ciência como ideologia*, Jürgen Habermas supõe a prevalência dessa mesma disfunção da *crítica*, a certa altura do desenvolvimento das relações capitalistas. Para ele, “um tipo de análise, que isola metodicamente as leis do movimento econômico da sociedade, só pode pretender captar nas suas categorias essenciais o contexto da vida social quando a política depende da base econômica e não, inversamente, quando essa base se deve considerar já como função da atividade do Estado e de conflitos decididos na esfera do político. A crítica da economia política era, segundo Marx, teoria da sociedade burguesa só como crítica das ideologias. Mas quando a ideologia da troca justa se desmorona, então, não pode criticar-se também, de forma imediata, nas relações de produção o sistema de dominação” (apud TEIXEIRA, 2004, p. 28). Essa relação entre ocultamento fetichista e explicitação cínica das contradições da sociedade mercantil-capitalista aparece, ainda, numa observação desprezível de Otília Arantes, quando ela lamenta que “o que poderia ter sido motivo de escândalo – a revelação da mercadorização total de um valor de uso

A própria Zukin (2000, p. 83), contudo, adverte que “longe de ser uma mera reorganização cognitiva, como a leitura suave que Jameson fez do urbanista Kevin Lynch pode sugerir, o mapeamento da paisagem é um processo estrutural, que tem ressonância tanto no ambiente construído como em sua representação coletiva”. Por certo, apesar de suas queixas, a socióloga norte-americana - que analisa em *Loft Living* (1989) os processos de enobrecimento e “apropriação cultural” em bairros de Nova Iorque, como o SoHo - avança tanto quanto ou não mais do que Jameson (2001; 2002), no sentido de compreender as transformações da paisagem urbana e das práticas culturais, não apenas como “uma mera reorganização cognitiva” - como sugere a farta gama de viés idealista -, mas como processos determinados pela acumulação capitalista, identificando o poder de comando do capital imobiliário sobre esses lugares e populações por meio do mercado, reiterando-o como pressuposição teórica de suas observações.⁴⁵

civilizatório como a cidade - tornou-se razão legitimadora ostensivamente invocada” (2000, p. 17). Se essa hipótese do “escancaramento das contradições” é verdadeira, a validade da crítica (dialética) e de seu efeito desvelador só será mantida pelo seu *poder explicativo* diante das contradições reais, e não mais pela enunciação dessas contradições como *novidade* ou pela novidade das contradições como *denúncia*. Este parece ser um dos grandes desafios colocados diante dos herdeiros do pensamento crítico para sua rearticulação teórica e política. Sobre uma tarefa de renovação semelhante, perspectivando a crítica como uma “visão em paralaxe”, ver Žižek (2008, p. 16 ss), para quem “teorizar adequadamente essa lacuna paraláctica é o primeiro passo necessário para a reabilitação da filosofia do *materialismo dialético*”, sendo essa “lacuna” uma espécie de antinomia kantiana submetida não à síntese, mas à exploração dialética de contradições irredutíveis. Sob uma inspiração renovadora semelhante, iluminada por referências como Guy Debord, Giorgio Agamben percebe de modo sutil e particular a contradição radicada na mercadoria entre “ocultação” e “transparência”, de forma que, em seu desenvolvimento, o capital tanto mais esconde seu “reino encantado” quanto mais o revela. Nas palavras de Aquino (2005, p. 61), “é precisamente ao colocar-se de modo transparente, imediatamente visível que o caráter fetichista da mercadoria, segundo Agamben, se mantém oculto na totalidade dos fenômenos do período espetacular do capitalismo”.

⁴⁵ Apesar de Zukin afirmar que os processos de renovação “trazem implicações significativas para os valores da propriedade, nível de emprego e outros fatores econômicos”, mesmo alegando de maneira controversa que “eles dependem menos de estratégias de acumulação de capital do que de processos de apropriação cultural” (2000, p. 87), ela parece não se dar conta dos meandros que constituem a “economia simbólica” – que “usa símbolos para criar valor econômico real” (p. 95) - vislumbrada nos processos de enobrecimento que observa, mesmo explicitando que “não se trata de ‘capital cultural’ no sentido dos gostos e credenciais de Pierre Bourdieu, mas de bens e serviços, imagens e valores que constituem categorias culturais e, no que diz respeito ao consumo, articulam-se com o sistema de produção”. De maneira igualmente imprecisa, Pedro Arantes (2008, p. 178) afirma que “a forma se torna capital por meio de um fenômeno imagético, no qual é remunerada como capital simbólico, por uma espécie de renda do olhar”. Logo em seguida, contudo, o autor esclarece os termos de seu raciocínio: “parece que estamos presenciando uma espécie de ‘deslocamento’ ou ‘mudança de estatuto’ da forma-mercadoria. Além de gerar mais-valia por meio do trabalho, ela crescentemente auferir rendas, assumindo a condição de mercadoria cultural - por natureza, distinta da mercadoria prosaica e, por isso, portadora de uma renda adicional, de tipo monopolista” (p. 179). Corroborando essas incertezas e imprecisões, Otilia Arantes (2000, p. 41) afirma que “ainda não foi dita a última palavra (materialista por certo) acerca da economia baseada na informação”. Não obstante, deve-se conferir o avanço teórico das linhas de investigação lançadas por Harvey (2005a, p. 219-240), Haddad (2004, p. 66-112) e Teixeira (2007). Em resumo, os autores tratam das novas formas de “rentismo” que envolvem a “produção capitalista do conhecimento” e das mercadorias-imagem, resultado do efeito útil ou “serviço da atividade intelectual” sob o comando e apropriação do capital (seja como informação, ciência, arte, tradições ou conhecimentos em geral).

O longo esforço de contextualização e delimitação temática levado a efeito até aqui, com suas digressões, atropelos e descaminhos, pretendia, pois, chegar a essa relação entre *paisagem* e *acumulação capitalista* - que, por certo, constitui apenas uma das vias possíveis de compreensão do processo de produção social do espaço.⁴⁶ Além de tudo que já foi dito, a importância metodológica dessa relação é confirmada, mais uma vez, pelo lugar que ocupa em vários momentos da obra de Harvey, de forma que, como ele mesmo diz, “boa parte dos meus próprios estudos nos últimos vinte anos [...] tem sido um esforço de mapear com exatidão tal processo, compreender as formas pelas quais o capital constrói uma paisagem geográfica à sua própria imagem” (2004, p. 233). No mesmo sentido, Fix (2007, p. 23) afirma que “a arquitetura e a forma urbana, ao mesmo tempo que configuram fisicamente o espaço, nos dão a percepção que temos da cidade. São, desse modo, a materialidade e a expressão simbólica de uma cidade. Por isso, são os produtos culturais que melhor nos ajudam a mapear a paisagem do poder e do dinheiro”.

Ambos os autores, contudo, apreendem e desenvolvem essa relação de maneira muito própria, na medida em que, para “compreender as formas pelas quais o capital constrói uma paisagem geográfica à sua própria imagem” ou, do mesmo modo, se quer desvelar os “fundamentos financeiros” da miragem que é a face global das metrópoles periféricas, “caracterizada pela multiplicação de megaprojetos, grandes torres de escritório, hotéis, casas de espetáculos, *shopping centers* e complexos de uso misto” (ibidem., p. 13), esses autores, para tanto, conduzem habilmente a discussão ao plano dos fundamentos econômicos, compreendendo, dessa forma, o complexo de relações que articulam “as estratégias do mercado imobiliário [...]; os circuitos de financeirização, que estimulam o *boom* imobiliário; as tentativas de ingresso do capital internacional; a ação do poder público e as novas formas de acesso ao fundo público” -

⁴⁶ Na afirmação de Souza (1994, p. 23), “para o geógrafo, inúmeras escolhas poderiam ser feitas para este caminhar. Interessou-nos, contudo explicar um dos aspectos daquilo que chamamos de geografia dos espaços metropolitanos [...] a paisagem que resulta desse processo”, partindo, pois, “do ponto de vista da fisionomia e da fisiologia da cidade e, conseqüentemente, do funcionamento do capital, que, ao reproduzir-se, produz e reproduz o espaço”. Sem entrar no mérito das dissensões teóricas que se arrastam historicamente em torno dos conceitos fundadores da Geografia (espaço, região, paisagem, território, lugar etc.) e sua relação com a apropriação por outras ciências, deve-se fazer referência, sobretudo, à teorização da “produção social do espaço”, compreendida como síntese ou totalidade dos processos particulares que dão base à diferenciação teórico-metodológica entre esses conceitos. Sobre isso, ver Lipietz (1988); Soja (1993); Gottdiener (1997); Lefebvre (1999); Villaça (2001).

o que significa investigar estrutural e concretamente a “atual configuração e dinâmica do sistema de produção do ambiente construído” (ibidem.).⁴⁷

Se, como diz Harvey (1982, p. 6-7), “a sociedade capitalista precisa, por necessidade, criar uma paisagem física - uma massa de recursos físicos construídos pelo homem - à sua própria imagem, apropriada, em linhas gerais, às finalidades da produção e do consumo”, e se isso requer a criação de valores de uso para aumentar a “progressiva acumulação de capital em uma escala expansível”,⁴⁸ então “a paisagem geográfica abrangida pelo capital fixo e imobilizado, é tanto a glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação” (HARVEY, 2005a, p. 53), já que “o surgimento de uma estrutura espacial diferente com a ascensão do capitalismo não é um processo livre de contradições. Para superar barreiras espaciais e ‘anular o espaço pelo tempo’, criam-se estruturas espaciais que, no fim, agem como barreiras contra a acumulação adicional” (ibidem.). Este é, por assim dizer, um mal necessário para autovalorização do valor e sua acumulação interminável, na medida em que, para se reproduzir e se valorizar, o capital precisa circular *também pelo espaço* e realizar a mais-valia de que é portador, imobilizando parte de seu montante na forma de infra-estruturas que garantam tal feito - “o movimento fluído *sobre* o espaço só pode ser estabelecido mediante a instalação de certas infra-estruturas físicas *no* espaço” (HARVEY, 2005, p. 87).⁴⁹

⁴⁷ Apesar da crítica de Gottdiener (1997, p. 186) de “redução do espaço ao ambiente construído, que Harvey defendia”- este conceito é empregado pelo geógrafo britânico para se referir a um “vasto sistema de recursos socialmente produzidos, compreendendo o valor de uso cristalizado na paisagem física, que pode ser utilizado para produção, troca e consumo”, incluindo, entre outros, um grande número de elementos: “fábricas, represas, escritórios, lojas, armazéns, rodovias, ferrovias, docas, estações de geração de energia, sistemas de água e esgoto, escolas, hospitais, parques, cinemas e restaurantes etc.” (HARVEY, 1990, p. 238). Elaborado a partir dos apontamentos de Marx sobre a circulação específica do valor do “capital fixo incorporado à terra” na forma de construções, este conceito é fundamental para a compreensão do processo de produção capitalista do espaço e, portanto, para a investigação da natureza do capital imobiliário.

⁴⁸ Na descrição de Engels (2008, p. 64), “[com] a tendência centralizadora da indústria [...] também a população se torna centralizada, como o capital [...] Surgem as ferrovias, os canais, as estradas [...] dispõe-se de um mercado, uma Bolsa aonde acorrem os compradores [...] Daí o crescimento extraordinariamente rápido das cidades industriais”.

⁴⁹ Vale acrescentar: “mas as condições e o modo específico de ocorrência dessa materialização espacial têm todo tipo de conseqüências. A acumulação do capital fundada no livre mercado, em sua incidência sobre um variegado terreno geográfico de dotações de recursos, histórias culturais, possibilidades de comunicação, quantidades e qualidades de trabalho (terreno geográfico que é cada vez mais um produto diferenciado de investimentos de capital em infra-estruturas, em ‘capital humano’ e ambientes construídos), produz ao mesmo tempo a intensificação do desenvolvimento geográfico desigual em termos de padrão e de perspectivas de vida”. (HARVEY, 2004, p. 233).

Exemplo das relações que delimitam a problemática em que se insere o objeto desta pesquisa, essa é apenas uma das situações em que as contradições fundamentais da *dinâmica geral* da acumulação aparecem e se materializam na forma da *dinâmica espacial* da acumulação. O que está em questão, portanto, é uma disposição analítica relativa à gênese, dinâmica e determinações constitutivas do capital imobiliário, enredadas no processo de desenvolvimento e associação vital entre produção do espaço, imobilização e valorização do capital.

Por tudo isso, uma abordagem que empurre a análise para além das impressões e das representações da cidade precisa perceber não só o que se expõe na paisagem urbana, como forma de aparecer dos sistemas de poder e valores dominantes, mas, sobretudo, deve compreender o processo real que se gesta por baixo, nos circuitos invisíveis da acumulação, tendo em vista reaver e atualizar a crítica às várias formas de manifestação do fetichismo e, por conseguinte, “a eficácia de processos de crítica pensados a partir da *dinâmica do desvelamento*”. Em razão disso, e por uma questão de rigor metodológico, aqui “não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados” (MARX e ENGELS, 2007, p. 94), como querem o materialismo e o idealismo grosseiros; ao contrário do que se tornou corrente, nos mais variados domínios do pensamento, aqui “se parte dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, *expõe-se* também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida”. (ibidem., grifou-se).

Essa exposição, por sua vez, é a “forma adequada” [*adäquaten Form*] ao movimento da crítica – crítica não só à “forma distorcida” do reflexo subjetivo, ideológico, mas primordialmente à “inversão efetiva” que a lei de apropriação que comanda as trocas e a produção da riqueza na sociedade capitalista sofre quando se abandona a “esfera ruidosa, existente na superfície e acessível a todos os olhos” (C, I, 1, p. 144) que aparece como o “verdadeiro éden dos direitos naturais do homem” (ibidem., p. 145), ou seja, “a esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho” (ibidem.), e se passa “ao local oculto da produção” (ibidem., p. 144), onde “há de se mostrar não só como o capital produz, mas também como ele mesmo é produzido, o capital” (ibidem.).

2.3. Da aparência do lugar ao lugar da aparência

Partir dos “homens realmente ativos” é partir do “concreto”, tal como determina o “método científico correto” (MARX, 1983, p. 218) de apropriação do real – e o concreto aqui não é senão “o fenômeno urbano”, a produção capitalista da cidade, que “manifesta hoje sua enormidade, desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação” (LEFEBVRE, 1969, p. 60). Isso constitui, porém, apenas um primeiro momento em que é exigida toda a capacidade de abstração possível diante da miríade de formas reais imediatas das quais é preciso partir – este seria, pois, o caminho de ida, por meio do qual “chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples” (MARX, 1983, p. 218). Nesta pesquisa, esse exercício fundamental de abstração significa, a um só tempo, distanciar-se do “concreto figurado” e apropriar-se da realidade em suas determinações essenciais, objetivas – já que essas abstrações não são meros artifícios analíticos, mas sim “abstrações reais”, concretas, “praticadas diariamente no processo social de produção” e operadas pelo movimento de forças sociais determinantes.⁵⁰

É preciso ter claro, muito embora, que “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida [...]” (MARX, 1983, p. 219). Assim, “partindo daqui”, das “determinações mais simples”, “seria necessário caminhar em sentido contrário”, fazer o caminho de volta, “até se chegar finalmente de novo [ao concreto], que não seria, desta vez, a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e relações numerosas” (ibidem.), tornando, agora, a reflexão teórica *concertada*, a ação prática *possível* e o devir outro do fenômeno urbano, apanhado em sua concretude, *imaginável* – referindo-se aos termos anversos da postulação de Lefebvre, aludida acima. Portanto, se “o primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento” (ibidem.). Não por outro

⁵⁰ Como diz Marx, referindo-se à redução das mercadorias a uma medida comum que permita a equivalência das trocas, “essa redução *aparece* como uma abstração, mas é uma abstração que é *praticada* diariamente no processo social de produção. A resolução de todas as mercadorias em tempo de trabalho não é uma *abstração* maior nem tampouco menos *real* que a de todos corpos orgânicos em ar” (PCEP, p. 33, grifou-se).

motivo, “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual [ou concreto pensado]” (ibidem.).⁵¹

Em *O Capital*, quando inicia sua exposição crítica partindo da mercadoria, para desenvolver, ao longo da seção I, as implicações de suas contradições iminentes ainda no ambiente da circulação simples, Marx não está apresentando, como supõem algumas leituras, nem a realidade capitalista imediatamente observada, nem sua constituição histórica, tampouco sua “pré-história”, remontando a uma formação social mercantil pré-capitalista. Como ele mesmo diz, “o que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e de circulação” (C, I, 1, p. 12), de maneira que a exposição marxiana “reconstrói, no plano ideal, o movimento sistemático do capital, enquanto diferente, logicamente, de sua emergência e universalização históricas e diferentes, como método, de sua reprodução real sistêmica” (MÜLLER, 1982, p. 21). Essa apresentação, porém, põe-se em movimento por via de “abstrações simples”, na medida em que o que se tem é a representação de algo - uma totalidade concreta que é um modo de produção - cujas determinações constitutivas, necessárias à sua compreensão, não foram ainda nem conceitualmente desenvolvidas nem analiticamente relacionadas.

Além de uma exigência metodológica objetiva, as “abstrações simples” correspondem à forma como as relações sociais sob o capitalismo aparecem na consciência dos agentes envolvidos neste processo. Neste sentido, a “abstração” é não só uma determinação da “intuição imediata” ou do “entendimento”, mas também do conhecimento racional que, por seu movimento reflexivo,⁵² repõe “a circulação simples” de forma a fazer com que, por meio da crítica, ela revele sua superficialidade e sua verdade apenas circunstancial, aparente, no interior de um movimento que “expõe

⁵¹ Por isso mesmo, diz Müller (1982, p. 23) “o verdadeiro concreto da realidade capitalista não é dado pela experiência direta da circulação de mercadorias e pelo movimento dos preços, isto é, pelas categorias da circulação, mas é o resultado de um processo de pensamento que reconstrói a constituição sistemática do capital a partir das determinações mais simples, abstratas e aparentes da produção capitalista [...] para chegar às mais ricas, concretas e essenciais”. O mesmo diz Grespan (2002, p. 44), para quem, “apesar de dialeticamente a exposição ter uma forma recursivo-progressiva, com o que vem depois sendo pressuposto do que vem antes, tanto quanto este é daquele, há um predomínio das formas mais ricas e complexas, nas quais as mais abstratas e iniciais *não são eliminadas*, mas redefinidas em seu papel”.

⁵² Como lembra Manfredo Oliveira (2004, p. 18), “precisamente nesta referência ao entendimento e ao seu saber, à ciência moderna, está para R. Fausto a diferença de base entre a dialética de Hegel e a dialética de Marx”, de modo que “a dialética emerge aqui como o procedimento adequado à captação de conexões sistêmicas, o que o método analítico das ciências modernas não pode fazer” (ibidem., p. 19).

progressivamente, a partir das determinações mais simples e abstratas do conteúdo, suas determinações cada vez mais ricas, complexas e intensas, até o ponto de sua unidade, que não é só unidade formal, mas unidade sintética de múltiplas determinações” (MÜLLER, 1982, p. 22-23).

As noções de abstração e aparência, não obstante seu uso corrente, implicam uma miríade de dificuldades por meio das quais há muito se desenrolam infundáveis debates, opondo matrizes filosóficas e infirmando suas premissas mais fundamentais. No que interessa especificamente à explanação desenvolvida até aqui, essas noções, para Marx, desnudam a parcialidade tanto da empiria simples como a insuficiência das formas de consciência presas às relações que homens estabelecem no seu agir social imediato. Mas não por isso a aparência deve ser abandonada; ao contrário, deve-se compreendê-la em suas oposições, avançando no sentido de intensificar e desvelar as contradições que revelam sua essência. Desta feita, a crítica às “formas aparentes” não é, de modo algum, um exercício que suprima absolutamente a aparência – como tal, ela sempre é a forma de aparecer de algo e, por isso, pressupõe uma essência a ser desvelada pela explicitação crítica.

Viu-se como, no estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista baseado na “fusão entre economia e cultura”, as noções de imagem, abstração e aparência assumem conotações específicas que custam entender, na medida em que suas relações com a produção material comportam não só formas mediadoras difíceis de identificar, mas fundamentalmente relações de necessidade e determinação que estão muito além do que as “formas distorcidas” do idealismo e do materialismo grosseiros podem supor. Diante disso, deve-se demonstrar não só, como sugere Debord (1997, § 34), que “o espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem”, mas que essa imagem é o reflexo de si mesmo, do capital, de sua natureza fetichista. Se, por um lado, sob a forma do “espetáculo”, o capital *aparece* como uma imagem de si, por outro, essa imagem só pode refletir sua verdadeira natureza: que o “capital é [...] uma finalidade em si” (C, I, 1, p. 129) – uma relação social *invertida*, cuja *autonomia aparece* como poder de *abstração* ante as formas materiais que lhe dão suporte. Noutros termos, trata-se de compreender como “a imagem” (que é uma *abstração ideal*) constitui a “forma final da reificação da mercadoria”, e como a mercadoria (que é uma *abstração real*) constitui, por sua vez, a forma de aparecer de uma *abstração em processo* – o capital. É o que se verá a seguir.

3. O CAPITAL EM GERAL

*“O infinito que as coisas não têm no progredir,
elas o têm no ciclo”*

(Marx citando Galiani, em *O capital*)

*“A cidade, ou o que dela resta, ou o que ela se
torna, serve mais que nunca à formação de
capital, isto é, à formação, à realização, à
distribuição da mais-valia”.*

(Lefebvre, em *A cidade do capital*)

“A riqueza [*Der Reichtum*] das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece [*erscheint*] como uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação [*Untersuchung*] começa, portanto, com a análise da mercadoria [*mit der Analyse der Ware*]” (C, I, 1, p. 45; MEW, 23, p. 49; G, p. 763; PCEP, p. 31).⁵³

Esta é a postulação com que Marx inicia a longa apresentação de sua crítica à Economia Política na forma de uma teoria do capital e da produção capitalista que retoma os termos gerais daquela “ciência”, articulados e apresentados a partir do desdobramento de *contradições objetivas* que não são e nem podem ser levadas a efeito por seus arautos, pois, para além das questões puramente metodológicas, desde que “a luta de classes assumiu, na teoria e na prática, formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras”, diz Marx, “ela fez soar o sino fúnebre da economia científica burguesa” – “a ciência burguesa da economia havia [...] chegado aos seus limites intransponíveis” (C, I, 1, p. 16-17). Mais do que um acerto de contas, que remonta aos escritos de juventude, tão logo o exercício de enfrentamento dessas contradições encontre na operação crítica marxiana “a forma adequada” [*adäquaten Form*] do seu desenvolvimento, verte-se numa disposição original e criadora que, em síntese, tem

⁵³ Numa pequena seção inacabada dos *Grundrisse*, com apenas duas páginas, intitulada “Valor”, Marx escreve: “A primeira categoria sob a qual se apresenta a riqueza burguesa é a de mercadoria” (G, p. 763). Em *Para a Crítica da Economia Política*, essa mesma idéia foi escrita assim: “À primeira vista, a riqueza burguesa aparece como uma enorme acumulação de mercadorias e a mercadoria isolada como seu modo de ser elementar” (PCEP, p. 31).

como *principio movens* algo que se constitui duplamente como uma *exposição dialética* do valor e, ao mesmo tempo, uma exposição da *dialética do valor*.⁵⁴

Neste momento, no interior da seção I, capítulo I, do livro primeiro d'*O Capital*, surgem diferentes determinações categoriais que, seguindo as implicações necessárias da antítese fundamental radicada na mercadoria, articulam-se e se desenvolvem de forma encadeada como momentos constitutivos de uma força social totalizadora que vai se revelando por meio de atributos como a substância, a grandeza e a forma do valor, suas relações e expressões de equivalência, as contradições entre a mercadoria como dinheiro e o dinheiro como pura forma do valor, até fechar uma espécie de círculo analítico com a *re-posição* da mercadoria, observada agora à luz de todo o desdobramento precedente, reunindo as determinações alcançadas numa crítica ao fetichismo - fenômeno por meio do qual os produtos da mão humana “parecem dotados de vida própria, figuras autônomas” (C, I, 1, p. 71) que, nessa manifestação particular e mais simples figurada na mercadoria, supõe-se ainda “relativamente fácil de penetrar” (ibidem., p. 77).⁵⁵

⁵⁴ A idéia de uma exposição (da) dialética do valor tentar traduzir aquilo que, numa carta a Lassalle, de 22 de fevereiro de 1858, Marx enuncia como sendo sua forma própria de proceder. Diz ele: “o trabalho com que eu estou preocupado atualmente é uma *crítica das categorias econômicas*, ou, se preferir, uma *exposição crítica do sistema da economia burguesa*. É tanto uma *exposição* do sistema quanto, por meio desta, uma *crítica* do mesmo”. (MARX, 1983a, p. 268, grifou-se).

⁵⁵ Para Fausto (1987, p. 144), “o objeto da seção I de *O Capital* é a teoria da circulação simples enquanto aparência do modo de produção capitalista”. Nessa mesma linha, Teixeira (2004, p. 63) afirma que o método de exposição d'*O Capital* é a “exposição das contradições da forma mercadoria, desde a mais simples, que se expressa através da oposição entre valor de uso e valor de troca, até chegar a sua forma mais complexa e concreta: a contradição entre capital e trabalho ou, se preferir, entre as classes sociais”. “Baseado na sua reformulação dos pressupostos da Economia Política ‘clássica’ sobre a circulação simples de mercadoria”, diz Grespan (1999, p. 67), “*O Capital* empreende uma análise rigorosa da relação de troca, determinação fundamental do sistema, posto que forma privilegiada de sociabilização dos trabalhos imediatamente privados [...] esta forma de sociabilização define a diferença entre valor de uso e valor enquanto oposição”. No entendimento de Coutinho (1997, p. 57), “o propósito primário de Marx era o de chegar à substantivação do valor (ao dinheiro) e ao capital, partindo da ‘forma elementar da riqueza’. Todo esse percurso seria feito valendo-se da oposição dos elementos já contidos na determinação da mercadoria, em suas sucessivas transformações”. Por sua vez, diria Benoit (1996, p. 21), “como se vê, neste primeiro capítulo, [...] já se pode perceber o movimento dialético geral do primeiro livro de *O Capital*. Desde o primeiro parágrafo, as negações contraditórias vão sendo lançadas, avançam, fecham-se e reabrem-se em círculos cada vez mais amplos. Os capítulos seguintes continuarão o mesmo curso, mas de maneira cada vez mais determinada se avançará dialeticamente para o fim, para o fim que, na verdade, é fundamento (*Grund*), é princípio. Assim, no método dialético, avançar é um retroceder”. Na avaliação de Giannotti (2000, p. 9), “*O Capital* [...] combina análise positiva da produção capitalista com a denúncia do fetiche da mercadoria”. Sabe-se das profundas disparidades que existem entre esses autores e do risco de reuni-los assim sem cerimônia. No entanto, sempre que oportuno, o diálogo implícito, permanente e obrigatório com os principais intérpretes de Marx, no que concerne aos temas que interessam a este trabalho, virá à tona na forma de referências como esta, que, por certo, não devem ser entendidas como uma *petitio principii*, a partir da qual este autor se exima de demonstrações necessárias.

De prime abord, se sabe que “todo começo é difícil; isso vale para qualquer ciência” (C, I, 1, p. 11). Ainda que se pretenda partir das determinações mais simples, gerais e abstratas, as possibilidades de fazê-lo são variadas. Não é sem razão, pois, que um sem-número de erros e deslizes são cometidos quando se intenciona reordenar, inverter ou deslocar quaisquer das categorias que estruturam a exposição marxiana - especialmente aquelas cujo encadeamento tem de se realizar ainda dentro dos limites do ambiente da “circulação simples de mercadorias” apresentado na seção I, *pressupondo-se* uma série de determinações condicionais que, quando da sua *posição*, rearticulam e redimensionam as categorias anteriormente apresentadas numa complexificação tendente a formas cada vez mais concretas, porque mais determinadas, da realidade.

Desta feita, por melhores que sejam as intenções dos intérpretes e críticos de Marx, os resultados dessas alterações acabam não justificando o propósito inicial, quer seja de esclarecimento, advertência, complementação ou “crítica” dessa ordem categorial expositiva – o que, por outro lado, não inviabiliza o esforço de uma *reconstituição interpretativa* do núcleo conceitual da crítica marxiana, orientada a pôr em destaque algumas relações imanentes, mais ou menos desenvolvidas na exposição da relação-capital, cujo tratamento específico pode organizar as bases para um desenvolvimento teórico à parte, na medida em que se elege a mercadoria, o dinheiro, o capital, as formas jurídicas pressupostas no processo de troca, etc., como um momento definido ou um “ponto de vista” a partir do qual se pretende refazer o percurso da exposição marxiana, em confronto com teorizações que lhe são exteriores.⁵⁶

Muitos desses *détours*, porém, refletem as dificuldades que envolvem o método dialético, não só quanto à ordem de exposição das “mediações necessárias” ou à exigência de se “distinguir o método de exposição formalmente, do método de

⁵⁶ Sobre o insucesso das inversões na ordem expositiva marxiana, ver a crítica de Fausto (1987, p. 141 e ss.) a *Marchands, Salariat et Capitalistes*, de C. Benetti e J. Cartelier, seguida por Meneleu Neto (1992) e Paulani (1994; 1998), estendida por estes a Brunhoff (1978), Carvalho (1986) e Mollo (1991; 1993). Ainda sobre as implicações teóricas decorrentes de inversões metodológicas na ordem de apresentação das categorias n’*O Capital* de Marx, ver a crítica de Benoit (1999, p. 81-84) a Teixeira (1999). Grespan (1999) e Coutinho (1999) também antecipam resultados e determinações que deveriam aparecer somente depois de desenvolvidas categorias mais simples. No caso desses três últimos autores, contudo, não se considera que tenha havido prejuízo à integridade do pensamento marxiano por conta das antecipações e inversões que realizam, de modo que a “defesa da literalidade e o respeito rigoroso do modo de exposição de Marx”, como quer Benoit (1999, p. 82), se tornariam, neste caso, um proselitismo formalista. Coutinho (1997) sabe bem do que se trata quando se está diante de uma *exposição crítica*. Segundo ele, “a pressuposição não se evidencia devido às características do método expositivo: não se podem antepor categorias ainda não obtidas pelo desenvolvimento antitético do sujeito” (ibidem., 1997, p. 176).

pesquisa” (C, I, 1, p. 20), mas fundamentalmente quanto ao estatuto de ser das “deduções” categoriais – se lógicas ou históricas, como sói mesmo entre os versados, ou se pertencentes a um *tertium datur* da solução dialética raramente concebida, que reflete a ordem e o movimento da “hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa” (PCEP, p. 19; G, p. 28, grifou-se).⁵⁷

Sem mais, retomando a questão inicial, “o entendimento do capítulo I, em especial a parte que contém a análise da mercadoria”, a julgar pela advertência do próprio Marx, “apresentará, portanto, a dificuldade maior” (C, I, 1, p. 11). Feito isso, escolhe-se um ponto de partida - a “investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria” (ibidem, p. 45). Por quê? Porque “para a sociedade burguesa, a forma celular da economia é a forma de mercadoria do produto do trabalho” (ibidem, p. 11-12); “porque o corpo desenvolvido é mais fácil de estudar do que a célula do corpo” (ibidem.). Assim retiradas de seu contexto – o primeiro prefácio d’*O Capital*, de 1867 –, essas justificativas mais parecem orbitar como impositações simplificadoras, muito embora correspondam ao modo como a riqueza capitalista *aparece* em sua imediatidade, pois revela “a forma de mercadoria do produto do trabalho” e, ainda imediatamente, evidencia que “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa [*ein Ding*], a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie” (C, I, 1, p. 45; MEW, 23, p. 49). O que faz da mercadoria o ponto de partida, no entanto, é algo muito mais intrincado e misterioso do que isso; algo para o

⁵⁷ Imagina-se que estas sejam as três grandes querelas que circundam a questão do método no marxismo, ou seja, a problemática da ordem de exposição, a relação entre investigação e exposição e o estatuto de ser das categorias. Algumas postulações ilustram o quanto essas noções são controversas. Teixeira (2000, p. 113), por exemplo, afirma que, “no seu movimento de acumulação e desenvolvimento, o capital cria formas sociais dentro das quais suas contradições podem mover-se e realizar-se. Depois de investigadas e compreendidas suas conexões internas, estas formas devem ser expostas numa *seqüência lógico-necessária*, que traduza o *lugar hierárquico*, ocupado por cada uma delas no interior da dinâmica do processo de acumulação”. Nessa pequena passagem, aparecem os termos exatos das querelas acima referidas: 1) o estatuto de ser das categorias (pois é “o capital que cria formas sociais”); 2) a questão da exposição e da investigação (“Depois de investigadas e compreendidas [...] devem ser expostas”); e 3) a ordem de exposição (entendida, simultânea e equivocadamente, como uma “seqüência lógico-necessária” que traduz o “lugar hierárquico”). Esse logicismo está presente também em Belluzzo (1987, p. 78), para quem “o percurso da análise não é apenas lógico, senão eminentemente genético, como Marx adverte na *Introdução à Crítica da Economia Política*”, e em Borges Neto (2002, p. 4), quando afirma que “tanto o tratamento do dinheiro quanto o do capital desdobram-se logicamente, de forma natural, da duplicidade do caráter do trabalho e da especificidade do trabalho abstrato enquanto uma substância social”. Seguindo de perto Ruy Fausto, Meneleu Neto (1992) traz à baila postulações estranhas ao seu pensamento, quando afirma, por exemplo, que, “como Marx pretende explicar o *desenvolvimento lógico-estrutural* do capital, o dinheiro é uma categoria fundamental, e não um mero acessório fenomênico” (ibidem., p. 19, grifou-se); ou quando infere que “a indistinção entre exposição lógico-estrutural e a exposição histórico-genética, que Marx havia criticado em Hegel [...] continua produzindo adeptos” (ibidem., p. 203).

qual é preciso munir-se da “faculdade de abstrair” para desvendá-lo por trás da “forma sob a qual ela se apresenta [*Form worin sie erscheint*]”, ou seja, em “sua ‘forma natural’ [*in ihrer Naturalform*]” como um “valor de uso [*Gebrauchswert*]” (GW, § 79).

De lado as eventualidades com que se defrontou Marx no período imediatamente anterior à publicação de *Para a crítica da economia política* (1859), cujos infortúnios giravam em torno da necessidade de encontrar uma “forma adequada” para a exposição, especificamente quanto à idéia de começar pela mercadoria – e isso constitui um capítulo à parte na história editorial⁵⁸ d’*O Capital* –, começar pela mercadoria, pois, significa não só apreender as determinações que envolvem a forma geral e elementar que assume o produto do trabalho, ou seja, a forma social da produção material e da riqueza, nas sociedades “em que domina o modo de produção capitalista”, mas, além disso, significa olhar essa sociedade a partir de uma *perspectiva* determinada, ou seja, a partir do “ponto de vista” dos agentes da troca.⁵⁹

Essa escolha, por um lado, implica uma *posição* (no sentido de que se põe em evidência um *momento* que orienta a exposição categorial do *todo*) e, por outro, uma série de *pressuposições* que só aparecerão ou serão *postas* por força da auto-exposição dessas determinações. Sendo essa escolha, por assim dizer, uma perspectivação objetiva, uma exigência das determinações do objeto, essas pressuposições, mesmo que ao nível da apresentação, correspondem igualmente a pressuposições reais.⁶⁰ Por certo,

⁵⁸ Sobre isso, ver Paula (2008) e seu esforço de, a partir de correspondências trocadas entre Marx e seus interlocutores, reconstruir os momentos decisivos que antecedem a primeira apresentação da crítica à economia política, publicada em 1859. Além da precisão em repor o quadro que perfaz uma espécie de história editorial d’*O Capital*, o autor demonstra perspicácia ao partir da idéia de que os “grandes livros, a epopéia homérica, a novela de Kafka, o romance de Tolstoi, são impensáveis sem as suas frases iniciais” (PAULA, 2008, p. 169). Segundo ele, “é esse também o caso da primeira frase de *O capital*. E, no entanto, a ‘descoberta’ do significado metodologicamente indispensável da mercadoria como ponto de partida do capital só se deu, de fato, quando Marx já havia ‘descoberto’ todo o essencial de sua ‘crítica da economia política’” (ibidem.).

⁵⁹ Em seu método de exposição, Marx evidencia que a função do sujeito da análise é dar forma conceitual à necessidade de desenvolver teoricamente relações a partir de perspectivas ou “pontos de vistas” determinados pelo próprio objeto. Isso é notório quando ele afirma que “a mercadoria é [...] o pressuposto da circulação. E como, **do seu ponto de vista**, só é possível apropriar-se de mercadorias alheias, em consequência de trabalho alheio, mediante a alienação do próprio trabalho, *o processo de apropriação da mercadoria*, anterior à circulação, aparece *necessariamente, do seu ponto de vista, como apropriação efetuada por intermédio do trabalho*” (G, p. 903, grifou-se em negrito). Quando se refere à possibilidade das crises próprias do capitalismo, Marx diz que “o desenvolvimento dessa possibilidade até que se realize exige todo um conjunto de condições que, do *ponto de vista* da circulação simples de mercadorias, ainda não existem, de modo algum” (C, I, 1, p. 100, grifou-se).

⁶⁰ Uma passagem ilustra bem isso: “Encaramos, portanto, de início a acumulação *em abstrato*, isto é, como mero momento do processo direto de produção. De resto, na medida em que a acumulação se realiza, o capitalista consegue vender a mercadoria produzida e retransformar em capital o dinheiro

são muitas as implicações dimanadas por uma impostação desta ordem, cuja novidade ou singularidade ante a tradição do pensamento ocidental reenviaria a análise para a discussão em torno do estatuto onto-metodológico da analítica marxiana, o que, por sua vez, não poderia passar sem tributo às formulações de Chasin (1995) acerca da “teoria das abstrações”. Porém, de lado essa exigência, e para fazer menção a uma manifestação concreta deste procedimento, deve-se atentar, em especial, para o fato de que, quando observado pela perspectiva ou pelo “ponto de vista” das (trocas de) mercadorias, o processo de abstração, que reduz os diversos trabalhos individuais “a trabalho sem diferenças, uniforme, simples”, condiciona ou reduz apenas formalmente essa diversidade à abstração, sendo estas, pois, uma “abstração provisória”, mas não por isso “menos real”.⁶¹

Assim, pois, é a relação de troca de mercadorias, ou melhor, dos produtos do trabalho, que comanda a abstração *formal* do trabalho, tornando-o, neste momento da apresentação, *trabalho abstrato*, geral, indiferenciado quanto às suas qualidades e ante a qualidade de seus produtos como valores de uso, e cuja expressão ideal é a “forma jurídica” dessa relação.⁶² Assim, pois, “sobre a base dos valores de troca o trabalho é

recebido por ela. Além disso: o fracionamento da mais-valia em diversas partes nada muda em sua natureza nem nas condições necessárias em que ela se torna elemento da acumulação. Qualquer que seja a proporção da mais-valia que o produtor capitalista retém para si mesmo ou cede a outros, ele sempre se apropria dela em primeira mão. O que, portanto, é *pressuposto em nossa apresentação* da acumulação, é *pressuposto de seu processo real*. Por outro lado, o fracionamento da mais-valia e o movimento mediador da circulação obscurecem a simples forma básica do processo de acumulação. Por isso, sua *análise pura* exige a *abstração provisória* [*vorläufiges Wegsehen*] de todos os fenômenos que escondem o *jogo interno* de seu mecanismo” (C, I, 2, p. 152; MEW, 23, 590, grifou-se).

⁶¹ Vale citar o próprio Marx, quando ele afirma que, “para medir os valores de troca das mercadorias pelo tempo de trabalho contido nelas, os diversos trabalhos devem estar *reduzidos* a trabalho sem diferenças, uniforme, simples; *em breve*, a trabalho que é qualitativamente o mesmo, e, por isso, se diferencia apenas quantitativamente. Essa redução *aparece* como uma abstração, mas é uma abstração que é *praticada* diariamente no processo social de produção. A resolução de todas as mercadorias em tempo de trabalho não é uma *abstração* maior nem tampouco menos *real* que a de todos corpos orgânicos em ar” (PCEP, p. 33, grifou-se). Resta claro que essa é uma abstração objetiva, operada pelo real, ao contrário do esforço subjetivo do método de abstrair que, no entanto, lhe é correspondente. Por isso, diz Marx, “para compreender as formas em sua pureza é preciso começar por abstrair todos os momentos que nada têm a ver com a mudança e a constituição de formas enquanto tais” (C, II, p. 25).

⁶² “Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma” (C, I, 1, p. 79). Nesse sentido, liberdade, igualdade e propriedade, que são pressuposições reais necessárias às relações de troca de mercadorias, aparecem e se constituem como “formas jurídicas” dessas relações mercantis. Essas condições formais da troca, porém, são negadas e convertidas em seu contrário logo que a mercadoria

posto como trabalho geral só mediante a troca” (G, p. 88), ou melhor, “trabalho que põe valor de troca é, por isso, trabalho *abstratamente geral*” (PCEP, p. 32) – só depois, no evoluir da exposição, essa abstração será, com o desenvolvimento da grande indústria, um movimento real *efetivo*, tendo encontrado aí sua “forma adequada” de desenvolvimento, de modo que “o que, portanto, é pressuposto em nossa apresentação [...] é pressuposto de seu processo real”. Assim, a determinação social do valor implica perceber a sutil diferença entre *trabalho abstrato* (referido ao *valor de troca*, posto na circulação de mercadoria) e o *trabalho socialmente necessário* (referido ao *valor*, posto na produção, que pressupõe a grande indústria).⁶³ Do mesmo modo, é a troca de mercadorias que, operando por abstrações ou reduções formais, comanda a gênese da forma dinheiro.⁶⁴

Sendo assim, não se pode adotar, pois, no curso da própria exposição ou, principalmente, para efeito de refutação ou crítica ao constructo marxiano, critérios gnósio-epistêmicos, lógicos ou valorativos que não sejam aqueles que derivam dessa escolha pelo “ponto de vista” da mercadoria, cujas pressuposições e posições, ao longo do desenvolvimento categorial objetivo ao qual esse “ponto de vista” corresponde, sofrem inversões e negações tais que apenas confirmam seu caráter de “abstrações provisórias”. Isso pode ser visto quando se tem em mente que a força de trabalho só se

força de trabalho é levada da circulação para a produção, ou melhor, quando se passa da aparência imediata à essência do modo de produção capitalista – da simples troca de mercadorias à produção de mais-valia. Sobre a função das “formas jurídicas” da circulação simples n’*O Capital*, baseadas na *igualdade* formal da *livre* troca entre *proprietários*, ver Fausto (1987) e Pasukanis (1989). Para um desdobramento teórico lastreado nessas referências, ver Teixeira (1995), Oliveira (2007), Azevedo (2008) e Melo (2008).

⁶³ “(...) pois a concorrência, a formação do tempo médio e a imposição da norma social são processos que dizem respeito ao mundo do capital. A homogeneização dos trabalhos e sua redução apenas ao tempo são produtos da indústria moderna” (COUTINHO, 1997, p. 61). Destacando outro aspecto do processo de abstração, Grespan (1999, p. 36) diz que “a oposição do trabalho abstrato aos trabalhos concretos e, daí, do valor ao valor-de-uso, não é resultado de uma abstração generalizante efetuada pelo teórico, mas produto real-efetivo do modo com que se constitui o capital como objeto específico, devendo a teoria limitar-se a reproduzi-la e apresentá-la através de conceitos”. Deve restar evidente que a *abstração formal* comandada pela mercadoria, como se viu acima, corresponde a exigências *formais* da ordem da circulação simples, que é um momento constitutivo do processo *real* de produção do capital, e não “resultado de uma abstração generalizante efetuada pelo teórico”.

⁶⁴ No que ele chama de “gênese lógica do dinheiro”, Fausto (1987, p. 145) entende que o dinheiro deriva logicamente da mercadoria porque “o dinheiro aparece como algo mais complexo do que a mercadoria”. Isso, bem entendido, significa que, como esclarece Meneleu Neto (1992, p. 74), “o dinheiro possui determinidades que não se confundem com a mercadoria. Esse algo mais, quer dizer mais determinado, é suficiente para que o dinheiro seja excluído como ponto de partida. Restando a mercadoria como objeto mais simples, menos determinado”. Vale lembrar que Marx fala apenas da “gênese [*die Genesis*] dessa forma dinheiro” (C, I, 1, p. 54; MEW, 23, p. 62), sendo uma excrescência da leitura de Fausto a idéia que se trata de uma “gênese lógica”. Para seguir o próprio Marx, seria melhor referir-se à “gênese dessa forma dinheiro” como sendo uma gênese *formal*.

torna uma mercadoria *sui generis* - *única e distinta* de todas as outras porque produz valor - quando empregada pelo capital na produção; enquanto se permanece sob a ótica das trocas de mercadorias, portanto, no âmbito da circulação simples, a força de trabalho é formalmente uma mercadoria *como qualquer outra*, de tal modo que, do contrário, não seria possível sequer adquiri-la, por meio da troca de *equivalentes*, para o consumo produtivo do capital.⁶⁵

Como forma de demonstrar a pertinência dessas colocações, propõe-se acompanhar o desdobramento crítico-expositivo e categorial do valor, tal como fora empreendido por Marx em sua “marcha da análise” perfilada ao longo d’*O Capital*, na intenção não só de explorar conceitualmente a noção de capital, mas extrair de sua imanência, como “resultado de sua própria análise”, as determinações negativas que operam sobre o desenvolvimento de suas leis gerais certas inversões e, além disso, pensar a crise, como propõe Grespan (1999, p. 27), “enquanto negatividade imanente ao capital, enquanto manifestação de uma contradição constitutiva do capital”, ou ainda, “enquanto manifestação privilegiada de autonegação do capital” (ibidem., p. 28). Noutros termos, breves e salteados, tentar-se-á desenvolver uma *exposição crítica da contradição* em movimento que é o capital.

Dito isto, pode-se começar lembrando, *allegro ma non troppo*, que o dinheiro constitui uma determinação ou uma dedução necessária da (troca de) mercadoria, para além de uma derivação meramente lógica ou estritamente “histórica”, no sentido de que sua gênese se deve a alguma casualidade ou que sua existência tenha sido concebida por

⁶⁵ “Mas o que são os custos de produção — do trabalhador, isto é, os custos para produzir ou reproduzir o próprio trabalhador? Inconscientemente, essa questão tomou, para a Economia Política, o lugar da original, já que, com os custos de produção do trabalho enquanto tal, ela ficou girando em círculo e não conseguiu sair do lugar. Portanto, o que ela chama de valor do trabalho (*value of labour*) é na realidade o valor da força de trabalho, que existe na personalidade do trabalhador e difere de sua função, o trabalho, tanto quanto uma máquina de suas operações. Ocupada com a diferença entre os preços de mercado do trabalho e seu assim chamado valor, com a relação entre esse valor e a taxa de lucro, ou entre ele e os valores-mercadoria produzidos por meio do trabalho etc., nunca descobriu que a *marcha da análise* [*der Gang der Analyse*, no sentido de que, para Marx, a análise correta se auto-evidencia em suas determinações necessárias] não apenas tinha evoluído dos preços de mercado do trabalho a seu suposto valor, mas, além disso, levava a dissolver esse mesmo valor do trabalho novamente no valor da força de trabalho. A inconsciência sobre esse *resultado de sua própria análise*, a *aceitação sem crítica* das categorias ‘valor do trabalho’, ‘preço natural do trabalho’ etc. como expressões últimas adequadas da relação de valor examinada, emaranhou a Economia Política clássica [...] em confusões e contradições insolúveis, enquanto ofereceu à Economia vulgar uma base segura de operações para sua superficialidade, dedicada principalmente ao culto das aparências” (C, I, 2, p. 129; MEW, 23, p. 561, grifou-se).

efeito de convenção, numa perspectiva institucionalista.⁶⁶ De toda forma, essa dedução categorial inicia um longo percurso expositivo, em cujos momentos fundamentais será necessário se deter brevemente.

Assim, pois, partindo do capítulo I, da seção I, do livro I d'*O Capital*, onde Marx apresenta a derivação do dinheiro, ou melhor, a “gênese da forma dinheiro” (a partir da mercadoria, no interior da *circulação simples*), passa-se ao capítulo III, ainda no livro I, onde são explícita e cuidadosamente expostas as funções (ou determinidades) do dinheiro, para, em seguida, já na segunda seção, capítulo IV, estabelecer-se as condições sob as quais o dinheiro se torna um valor que se valoriza, um “sujeito automático”, cujo movimento é uma “finalidade em si” – trata-se da *constituição do capital*. Tendo que desenvolver todas as relações necessárias, a continuidade da reflexão acerca da constituição do capital estará, por um momento, apenas pressuposta.⁶⁷ Na seção V do livro III, contudo, Marx chegará à figura desenvolvida do capital-dinheiro, o capital monetário, cuja forma própria de valorização implicará a apresentação do capital portador de juros e do capital fictício, bem como do sistema bancário e do “papel do crédito na produção capitalista”. Nesse sentido, não obstante a necessidade de pensar

⁶⁶ Malgrado a preocupação constante de Marx para com a investigação histórica, a exposição crítica das categorias da economia burguesa que ele desenvolve está baseada no fato de que “seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem [mercadoria, valor, dinheiro, capital, renda da terra] se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna [...] Trata-se da sua *hierarquia no interior* da moderna sociedade burguesa” (PCEP, p. 19; G, p. 28, grifou-se). Sobre isso, Grespan (1999, p. 37) assevera: “*O capital* não é uma narrativa histórica”; mesmo assim “suas categorias têm como referência um objeto histórico constituído – não a forma eterna, natural e única da produção social – de modo que muitas vezes as passagens da apresentação dependem de pressupostos históricos, evidenciando a impossibilidade de uma mera dedução lógica dos conceitos” (ibidem., p. 38). Também Kay (1977, p. 28) diria que “a teoria elaborada no *Capital* é histórica apenas na medida em que as categorias que ela revela são historicamente específicas do modo de produção capitalista e não são aplicáveis a qualquer outra forma de sociedade”.

⁶⁷ A preocupação passa a ser dirigida à produção da mais-valia absoluta e relativa (seções III, IV e V, do livro I). Em seguida, o “processo de acumulação capitalista” revela a “conversão das leis de propriedade da produção de mercadoria em leis de apropriação capitalista” (seção VII, livro I). “O processo de circulação do capital” e os ciclos de reprodução do capital-dinheiro, do capital-produtivo e do capital-mercadoria são objeto do livro II, além dos chamados “esquemas de reprodução”. No livro III, quando pretende “encontrar e expor as formas concretas que surgem do *processo de movimento do capital como um todo* [...] da forma em que elas mesmas aparecem na superfície da sociedade, na ação dos diferentes capitais entre si, na concorrência e na consciência costumeira dos agentes da produção” (C, III, 1, p. 23), Marx discorre longamente sobre a formação da taxa geral de lucro, sua tendência de queda e suas “causas contrariantes” (seções I a IV do livro III), além de considerar o papel do lucro do capital comercial na formação da taxa média de lucro. Só então, depois de tudo isso, quando observa a “divisão do lucro em juro e lucro do empresário” (seção V, do livro III), Marx retoma a reflexão acerca da constituição do capital nos termos exatos da autonomização do valor em relação aos seus suportes, discutindo a natureza do “capital portador de juros” e se estenderá por uma série de postulações acerca do capital monetário e do sistema bancário.

apropriadamente o estatuto de ser de um procedimento fundado na contradição e que, como se viu, opera com base em abstrações reais, pode-se dizer que o esforço de Marx é, em síntese, uma tentativa de reconstruir “a dialética como método de apresentação (*Darstellungsmethode*) das determinações progressivas do capital” (MÜLLER, 1999, p. 14).

Da mesma forma, malgrado todo o desdobramento que será preciso expor minimamente em seguida, deve-se destacar *avant tout* que o interesse pelo curso dessa reflexão consiste em compreender a apresentação dialética da mercadoria, do dinheiro e do capital como a demonstração de uma *tendência à autonomização do valor em relação aos seus suportes materiais* – o que, por sua vez, constitui apenas uma determinação, um momento do processo de *abstração geral* das formas sociais comandado por uma *abstração em movimento*: o capital.⁶⁸ E se trata, precisamente, de uma *tendência*, já que, a partir da identificação da idéia de “limite do capital”, pode-se “distinguir os movimentos cíclicos e tendenciais do capital que possuem o caráter de necessidade daqueles que possuem o de simples possibilidade; ou ainda, distinguir os elementos necessários e os possíveis na determinação dos movimentos reais do capital” (GRESPLAN, 1999, p. 31).⁶⁹

⁶⁸ Essa hipótese da “autonomização do valor sobre seus suportes materiais” foi extraída, por certo, da leitura minuciosa d’*O Capital* e, principalmente, dos *Grundrisse*, tal como será demonstrado por meio de citações que fundamentam e confirmam a hipótese nos termos próprios em que ela foi construída neste trabalho. Para tanto, contudo, algumas referências foram fundamentais. Segundo Coutinho (1997, p. 189, grifou-se), “esse movimento de autonomização do valor reitera o caráter auto-referido do capital, uma relação social que se define pelo próprio objetivo do sujeito: o capital é valor que se valoriza”. Para Teixeira (2007, p. 29, grifou-se), a “apresentação dialética do dinheiro e do capital mostra a tendência que tais formas têm de *autonomizar-se do substrato material* que lhes dá suporte”. Conforme Rotta (2008, p. 103, grifou-se), “o sistema lógico apresentado por Marx tem uma mensagem central clara: a *progressiva autonomização do valor* em relação ao valor de uso [...] Autonomização aqui entendida como a introdução de novas camadas mediadoras entre dois pólos que constituem o mesmo objeto, a mercadoria”. Para Paulani (2009, p. 6, grifou-se), “as *formas verdadeiramente sociais* tendem, por sua própria lógica, a se *autonomizar* das formas sociais das quais são antípodas, tentando, a cada passo, se desvencilhar dos entraves concretos que impedem sua plenitude e criando assim novos níveis de tensão e *novas formas de autonomização*”. Malgrado o acordo acerca da progressiva abstração e autonomização do valor, que segue o próprio Marx, a inflexão logicista que esses autores, exceto Coutinho (1997), “aplicam” estranhamente à analítica marxiana leva não só a um desacordo metodológico de princípio, mas a uma série de conseqüências teórico-analíticas que precisariam de demonstração particular no que concerne aos seus limites e equívocos.

⁶⁹ Segundo Gresplan (1999), o conceito de necessidade em Marx “é complexo, não só porque dá ainda espaço para a contingência ou porque se manifesta nos fenômenos do cotidiano, mas principalmente porque se refere a determinações opostas que convivem sempre na totalidade contraditória formada pelo capital” (ibidem., p. 46). Em síntese, diz ele, “a ‘possibilidade’ se opõe à ‘efetividade’ e (...) a relação entre estas categorias é mediada pela ‘necessidade’” (ibidem., p. 43).

Essa tendência de autonomização, que se move pela *exteriorização de contradições iminentes*, tende igualmente para a “irrupção violenta” desse movimento contraditório na forma de *crises*. Tendo em vista a diversidade dos momentos e das formas em que se manifesta, desde quando se apresenta como autonomia do dinheiro enquanto forma do valor e equivalente geral em relação às mercadorias até as manifestações mais desenvolvidas das crises gerais de sobreacumulação e das crises financeiras, essa tendência de autonomização do valor constitui algo como a “*Odisséia do capital*”, uma sucessão de integração e ruptura, e não por outro motivo, deve-se estar certo de que, como afirma Marx, “é necessário desenvolver com exatidão o conceito de capital, já que o mesmo é o conceito básico da economia moderna, tal como o capital mesmo - cuja contrafigura abstrata é seu conceito – é a base da sociedade burguesa. Da concepção certa do suposto fundamental da relação, tem que derivar todas as contradições da produção burguesa, assim como o limite ante o qual ela mesma tende a se superar” (G, p. 237).

Seguindo essa postulação geral, diante da enunciação apenas sumária daquilo que ainda carece de demonstração, passa-se à exposição (da) dialética do valor, o “suposto fundamental da relação”, desenvolvendo-a, sobretudo, a partir das determinidades assumidas no interior de seus momentos constitutivos, cujas *inversões objetivas* estabelecem o sentido e a identidade das relações entre a circulação simples de mercadorias, a constituição do capital e o capital como totalidade.

3.1. A circulação simples de mercadorias

O valor e a mercadoria como dinheiro

Inicialmente, a autonomização do valor se põe em movimento a partir da contradição radicada na mercadoria ou, como diz Marx, na “antítese interna entre valor de uso e valor” (C, I, 1, p. 63), sendo, pois, sua forma exterior de manifestação.⁷⁰ A forma mais desenvolvida dessa antítese no âmbito da circulação simples, ou seja, a relação entre mercadoria e dinheiro, está baseada em formas precedentes que seguem a

⁷⁰ “A antítese interna entre valor de uso e valor, oculta na mercadoria, é, portanto, representada por meio de uma antítese externa, isto é, por meio da relação de duas mercadorias, na qual uma delas, cujo valor deve ser expresso, funciona diretamente apenas como valor de uso; a outra, ao contrário, na qual o valor é expresso vale diretamente apenas como valor de troca” (C, I, 1, p. 63).

ordem categorial expositiva vislumbrada pela consecução da forma simples, singular ou accidental (forma I)⁷¹, forma de valor total ou desdobrada (forma II) e forma geral de valor (forma III). No interior de cada uma dessas formas, sempre ocorre uma relação entre as posições “relativa” e “equivalente”, correspondentes às funções assumidas pelas mercadorias na troca. De lado toda a demonstração necessária, levada a efeito extenuadamente pelo próprio Marx, resta destacar que à posição ou “forma equivalente” cabe uma função determinada que lhe confere uma “permutabilidade direta”.⁷²

Isso significa que, se na forma simples do valor (forma I), recorrendo ao exemplo do próprio Marx (20 varas de linho = 1 casaco), o casaco, ao assumir a função de equivalente, tem valor enquanto casaco, sendo, pois, diretamente trocável, ao passo que o linho está limitado à sua relação eventual como o casaco, que reflete seu valor como um espelho; então, na forma mais desdobrada do equivalente geral (forma III), “a forma equivalente de uma mercadoria” realiza sua função, sua “permutabilidade direta”, diante da imensidão de todo o universo das mercadorias.

No que interessa à compreensão da tendência de autonomização do valor sobre seus suportes materiais, cabe destacar que, mesmo havendo em ambas as posições (relativa e equivalente) mercadorias com seu duplo caráter de valor de uso e valor, a troca opera uma abstração que, sob “o ponto de vista da mercadoria”, retomando o fio da análise anterior, resulta uma equação em que a “unidade de diferenças” entre valor de uso e valor “se *representa* inversamente em cada um dos dois pólos” (C, I, 1, p. 94, grifou-se), de modo que se tem formalmente apenas o valor de uso, na posição relativa, e valor, na posição equivalente.⁷³

⁷¹ “A forma simples de valor de uma mercadoria é, por conseguinte, a forma simples de manifestação da antítese entre valor de uso e valor, nela contida” (C, I, 1, p. 63). Resta claro, como se viu anteriormente, que não se trata de uma sociedade mercantil pré-capitalista. Aqui, uma vez mais, Marx realiza uma “abstração provisória” que corresponde *ipso facto* a uma “abstração real”. Como bem adverte Meneleu Neto (1992, p. 81) “o que é analisado na forma simples do valor não é uma sociedade das trocas diretas, mas a forma de expressão do valor”.

⁷² “Viu-se: ao expressar uma mercadoria A (o linho) seu valor no valor de uso de uma mercadoria diferente B (o casaco) imprime a esta última uma forma peculiar de valor, a de equivalente. A mercadoria linho traz sua própria qualidade de ter valor à luz, pelo fato de que o casaco, sem assumir uma forma de valor diferente de sua forma corpórea, se lhe equipara. O linho exprime assim, de fato, sua própria qualidade de ter valor na circunstância de que o casaco é com ele diretamente permutável. A forma equivalente de uma mercadoria é conseqüentemente a forma de sua permutabilidade direta com outra mercadoria” (C, I, 1, p. 59).

⁷³ “A princípio, as mercadorias entram no processo de intercâmbio sem serem douradas, nem açucaradas, da forma que chegam ao mundo. Esse processo produz uma duplicação da mercadoria em mercadoria e

Isso implica, acompanhando Marx, que “a mercadoria [na posição relativa] *é realmente valor de uso*, a sua existência *como valor* aparece apenas *idealmente* no preço, que a relaciona com o ouro, situado no outro pólo, como sua figura real de valor” (C, I, 1, p. 94, grifou-se). Por seu turno, “ao contrário, o material ouro somente funciona como materialização do valor, dinheiro. Por isso, *é realmente valor de troca*. Seu *valor de uso* se apresenta apenas *idealmente* na série das expressões relativas de valor em que se relaciona com as mercadorias situadas de outro lado, como o círculo de suas figuras de uso reais” (ibidem., grifou-se).

Se, por um lado, a existência do valor da mercadoria “apenas idealmente no preço” parece mais trivial porque mantém sua forma mundana, na medida em que “é realmente valor de uso”, por outro, o dinheiro é que sofre com as operações mistificadoras das inversões fetichistas, pois, mesmo como “unidade de diferenças”, seu valor se autonomiza e se abstrai ante o seu valor de uso, tornando o dinheiro uma mercadoria que funciona apenas como valor – sem esquecer, porém, que “essas formas antitéticas das mercadorias são os movimentos reais de seu processo de intercâmbio” (ibidem.), ou ainda, que “essa redução aparece como uma abstração, mas é uma abstração que é praticada diariamente” (PCEP, p. 33). E como isso ocorre? Como a abstração operada sobre a “unidade de diferenças” radicada na mercadoria dá origem ao dinheiro? Em seu atributo de equivalente *geral*, o dinheiro resplandece como uma mercadoria especial, “eleita” entre seus pares. “Mas apenas a ação social”, diz Marx, “pode fazer de uma mercadoria equivalente geral” (C, I, 1, p. 80-81), e não o estabelecimento por meio de convenções institucionais ou, muito menos, a efetivação de uma necessidade lógica imanente ao dinheiro. “A ação social de todas as outras mercadorias, portanto, *exclui* determinada mercadoria para nela representar universalmente seus valores. A forma natural dessa mercadoria vem a ser assim a forma equivalente socialmente válida. Ser equivalente geral passa, por meio do processo

dinheiro, *uma antítese externa*, dentro da qual elas representam sua *antítese imanente entre valor de uso e valor*. Nessa antítese, as mercadorias confrontam-se, como valores de uso, com o dinheiro, como valor de troca. Por outro lado, *ambos os lados da antítese são mercadorias*, portanto, unidades de valor de uso e valor. Mas essa *unidade de diferenças* se *representa* inversamente em cada um dos dois pólos, e por isso representa, ao mesmo tempo, a correlação entre eles” (C, I, 1, p. 94, grifou-se).

social, a ser a função especificamente social da mercadoria excluída. Assim ela torna-se - dinheiro” (ibidem.).⁷⁴

De todo modo, o que se vê é que a determinação abstrata do valor na forma de equivalente geral predomina e se autonomiza sobre a materialidade do valor de uso que está em seu corpo, em sua “forma natural” de mercadoria, e isso vai em par com a “inversão efetiva” que envolve o *fetichismo do dinheiro*, cuja dificuldade, em parte, “não reside em compreender que dinheiro é mercadoria, porém como, por que, por meio de que [*sic*] mercadoria é dinheiro” (C, I, 1, p. 84).⁷⁵ Esta primeira forma ou momento da tendência de autonomização do valor - em que “sua qualidade como valor não só pode como deve, ao mesmo tempo, adquirir uma existência [*Existenz*] distinta de sua existência natural [*natürlichen*]” (G, p. 60) - resulta de uma abstração do valor de uso da mercadoria que funciona como dinheiro, como um equivalente geral das trocas, tornando-o, por assim dizer, apenas um “valor de uso formal”, funcional, pois sua “forma equivalente socialmente válida” ou sua existência social impõe-se à sua existência material-natural de valor de uso, e nessa inversão tendencial, a forma determina a matéria.⁷⁶

⁷⁴ Como diria Machado de Assis, em *Dom Casmurro*, “porque a regra da divisão é aquilo da Escritura: ‘Muitos são os chamados, poucos os escolhidos’”.

⁷⁵ Com astúcia, Harvey (1990, p. 246) lembra que “Marx também insiste em que o dinheiro expressa um poder social que depende fundamentalmente da criação do valor real por meio da cristalização do trabalho social em mercadorias materiais. A relação entre o dinheiro como a *expressão geral do valor* e as mercadorias como a *cristalização real do valor* forma o eixo sobre o qual gira a análise”. Em seguida, ele dirá: “o dinheiro representa, acima de tudo, o valor de troca por excelência, e portanto se encontra na posição oposta a todos as mercadorias e seus valores de uso. O dinheiro assume um poder independente e externo em relação à troca porque, como equivalente universal, é a encarnação mesma do poder social. Ademais, as pessoas privadas podem se apropriar deste poder social e podem usá-lo” (ibidem., p. 250). Nesse sentido, diz Marx (C, I, 1, p. 85), “o enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante”.

⁷⁶ “O valor de uso da mercadoria monetária dobra. Além de seu valor de uso particular *como mercadoria*, como ouro por exemplo serve para obter dentes, como matéria-prima para artigos de luxo etc., ela adquire um valor de uso formal decorrente de suas funções sociais específicas” (C, I, 1, p. 83, grifou-se). Além desse “valor de uso formal” de funcionar *como dinheiro*, o valor de uso da mercadoria monetária adquire uma outra função: a de ser um “valor de uso adicional” quando a mercadoria funciona não (somente) como dinheiro, mas também *“como capital”* (C, III, 1, p. 255, grifou-se). Como diz Marx: “dinheiro – considerado aqui como uma expressão autônoma de valor, exista ela de fato em dinheiro ou em mercadoria – pode na base da produção capitalista ser transformado em capital [...] Produz lucro [...] Assim adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital” (ibidem.).

Medida do valor e moeda

Essa tendência continua em seu movimento, impondo um caráter provisório às “formas adequadas” em que se desenvolvem essas contradições, cujo equilíbrio ou normalidade são constantemente rompidos pelas crises que, por sua vez, “são sempre apenas *soluções momentâneas* violentas das *contradições*, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado” (C, III, 1, p. 188). Assim, pois, na particularidade de suas formas funcionais, tal como apresentadas por Marx no capítulo III d’*O Capital*, essas contradições entre existência material-natural e subsunção formal perpassam paulatinamente o dinheiro, quer seja como medida do valor, como meio de circulação (moeda) ou como dinheiro propriamente dito.

Como medida do valor, o dinheiro revela do modo mais imediato sua condição de ser mercadoria - cristalização de tempo de trabalho socialmente necessário despendido na produção de coisas úteis. Como se viu, a antítese interna da mercadoria, ou a contradição entre a forma natural e a forma social que constitui sua “unidade de diferenças”, culmina na forma exterior do equivalente geral, ao encontrar no dinheiro a possibilidade de subsunção formal do seu valor de uso e, com isso, a possibilidade de, em sua particularidade (de ser mercadoria), assumir a determinação social de equivalente geral. Dessa forma, resta claro que “não é por meio do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo todas as mercadorias, enquanto valores, trabalho humano objetivado, e portanto sendo em si e para si comensuráveis, elas podem medir seus valores, em comum, na mesma mercadoria específica e com isso transformar esta última em sua medida comum de valor, ou seja, em dinheiro” (C, I, 1, p. 87).⁷⁷

⁷⁷ Marx leva a efeito uma longa discussão acerca das funções distintas que o dinheiro assume como medida dos valores e como padrão de preços. No que interessa aqui, essa questão será importante para compreender a relação entre padrão de preços e a moeda de curso forçado. Em síntese, Marx avalia que “como medida dos valores e como padrão dos preços, o dinheiro exerce duas funções inteiramente diferentes. É medida dos valores por ser a encarnação social do trabalho humano, padrão dos preços por ser um peso fixado de metal. Como medida de valor, serve para transformar os valores das mais variadas mercadorias em preços, em quantidades imaginárias de ouro; como padrão dos preços, mede essas quantidades de ouro. Na medida dos valores, as mercadorias se medem como valores; o padrão dos preços, ao contrário, mede as quantidades de ouro em um *quantum* de ouro, e não o valor de um *quantum* de ouro no peso do outro. Para o padrão dos preços, determinado peso de ouro tem de ser fixado como unidade de medida. Aqui, como em todas as outras determinações de medida de grandeza de mesma denominação, a estabilidade das relações de medida torna-se decisiva. Por isso, o padrão de preços cumpre sua função tanto melhor quanto mais invariavelmente um mesmo *quantum* de ouro sirva de unidade de medida. Como medida de valores o ouro somente pode servir porque ele mesmo é produto de trabalho, sendo, portanto, um valor potencialmente variável” (C, I, 1, p. 89).

Se, por um lado, o “dinheiro, como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho” (ibidem.), por outro, ele tem de funcionar como meio de circulação. Na fórmula geral da circulação simples de mercadoria (M-D-M), apresentam-se duas fases: M-D (venda) e D-M (compra). Em sua continuidade, ocorre o que Marx chama “a metamorfose das mercadorias”, na medida em que se dá a “transformação da mercadoria em dinheiro e sua retransformação de dinheiro em mercadoria” (C, I, 1, p. 94). Numa sociedade de produtores individuais que se relacionam por meio da troca de seus produtos, a divisão do trabalho estabelece entre esses indivíduos uma dependência tanto maior quanto mais ampla for a distribuição do trabalho social entre as atividades produtivas.⁷⁸

Sendo assim, sob o ponto de vista da troca de mercadorias, para comprar é preciso vender. Isso levaria a crer que vendas e compras criam uma para outra sua necessidade de realização, estabelecendo, pois, uma regularidade aparentemente imperturbável. “Nada poderia ser mais ridículo”, diz Marx (ibidem., p. 99), partindo de um demonstração simples: “o comprador tem a mercadoria, o vendedor o dinheiro, isto é, uma mercadoria que conserva uma forma apta para a circulação [...] Ninguém pode vender, sem que outro compre. Mas ninguém precisa comprar imediatamente apenas por ter vendido” (ibidem., p. 100).

Malgrado todas as implicações que se poderia extrair daí, não só para a compreensão da circulação simples como *aparência necessária* do modo de produção capitalista, mas também quanto à impertinência de uma série de teorias fundadas sobre esse dogma grosseiro, que remonta a Jean-Baptiste Say (1767-1832), interessa, contudo, apenas entender como a separação dessas duas fases revela uma das formas de autonomização do valor experimentada na determinidade de dinheiro como meio de

⁷⁸ Em vários momentos, como se disse anteriormente, Marx adverte quanto à necessidade de pensar a partir da perspectiva da (troca de) mercadoria quando se trata de apanhar as determinações das formas do valor - mercadoria e dinheiro - no ambiente da circulação simples. Por isso, diz ele: “É necessário expor aqui de maneira simples, sem nos referir a relações de produção mais desenvolvidas, as relações econômicas dos indivíduos que são os sujeitos do intercâmbio, tal como as relações se apresentam no processo de troca até aqui exposto” (G, p. 901). Ou ainda: “No processo simples de troca, tal como se desdobra nos diversos momentos da circulação, não entra, certamente, a produção das mercadorias. Estas estão supostas, antes, como valores de uso já prontos. Devem estar disponíveis antes de que se inicie o intercâmbio: simultaneamente, como no caso da compra e venda ou, pelo menos, tão logo se tenha concluído a transação, como na forma da circulação em que o dinheiro serve como meio de pagamento. Estejam presentes simultaneamente ou não, entra na circulação como preexistentes. *Por conseguinte, o processo de surgimento das mercadorias, portanto também o de sua apropriação originária, se encontram fora da circulação*” (G, p. 903)

circulação. “Que os processos, que se confrontam autonomamente, formem uma unidade interna”, diz Marx, “significa por outro lado que a sua unidade interna se move em antíteses externas” (ibidem.). A exteriorização das antíteses internas, viu-se, ocorre com o surgimento da forma-dinheiro. Quando realiza seu “salto mortal”, ou seja, quando a mercadoria se metamorfoseia em dinheiro, o valor assume uma forma adequada porque autônoma - pelo menos momentaneamente, já que logo terá que passar pela “retransformação de dinheiro em mercadoria”. Isso ocorre porque, na circulação simples de mercadoria, a finalidade das trocas é permitir a aquisição de mercadorias (valores de uso) para o consumo final. Nesse sentido, o dinheiro é apenas um meio de troca – “como mediador da circulação das mercadorias, o dinheiro assume a função de meio circulante” (C, I, 1, p. 100). Quando passa de dinheiro à mercadoria (compra), restabelece-se, pois, a unidade que havia sido desfeita (venda-compra) - o que não se dá, porém, sem “custos” ou “riscos”. Por isso mesmo, “se a autonomização externa dos internamente não-autônomos por serem mutuamente complementares se prolonga até certo ponto, a unidade se faz valer de forma violenta, por meio de uma – crise” (ibidem.).⁷⁹

Outra forma de manifestação da tendência de autonomização do valor condicionada pelo dinheiro como meio de circulação diz respeito à possibilidade de a moeda ser substituída por representantes de si mesma, por signos do valor. Viu-se que “como medida do valor, o dinheiro revela da forma mais imediata sua condição de ser mercadoria”, pois, o “dinheiro, como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho”. Por isso mesmo, as mercadorias refletiam seus valores em quantidades equivalentes de tempo de trabalho, na medida em que o próprio equivalente geral, por exemplo, o ouro, era uma mercadoria. Porém, como diz Marx, “na circulação, as moedas de ouro se desgastam, umas mais, a outra menos” (C, I, 1, p. 107). A implicação conceitual disso, confirmada historicamente pelo modo como os Estados administram sua base monetária

⁷⁹ Numa síntese que recapitula os momentos fundamentais desenvolvidos no interior da seção I, Marx afirma: “a antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, de trabalho privado, que ao mesmo tempo tem de representar-se como trabalho diretamente social, de trabalho concreto particular, que ao mesmo tempo funciona apenas como trabalho geral abstrato, de personificação da coisa e reificação das pessoas - essa contradição imanente assume nas antíteses da metamorfose das mercadorias suas formas desenvolvidas de movimentos. Essas formas encerram, por isso, a possibilidade, e somente a possibilidade, das crises. O desenvolvimento dessa possibilidade até que se realize exige todo um conjunto de condições que do *ponto de vista* da circulação simples de mercadorias, ainda não existem, de modo algum” (C, I, 1, p. 100, grifou-se).

(cunhagem de moedas, dívida pública etc.), é que “coisas relativamente sem valor, bilhetes de papel, podem, portanto, funcionar [...] como moeda” (ibidem., p. 108).⁸⁰

Quando, em sua função de moeda, o dinheiro não precisa mais ser mercadoria, podendo ser mero “bilhete de papel”, então a tendência à autonomização do valor se confirma, intensificando a contradição que surge entre suas determinidades *postas* – a abstração socialmente necessária do equivalente geral que o dinheiro encarna como meio de circulação se autonomiza e se opõe à sua materialidade natural como medida do valor.⁸¹

O dinheiro como dinheiro

Como foi visto, o dinheiro assume duas determinações (medida de valor e meio de circulação) que, no desenvolvimento de suas funções, não só põem em curso a tendência de autonomia do valor como também carregam consigo a necessidade de restabelecer “de forma violenta” a unidade dos momentos “internamente não-autônomos” que remontam à “antítese interna” da mercadoria. Assim, “a mercadoria

⁸⁰ “Da função do dinheiro como meio circulante surge sua figura de moeda. A fração de peso de ouro representada pelo preço ou nome monetário das mercadorias, tem de defrontar-se com estas na circulação sob a forma de uma peça de ouro de igual denominação ou moeda [...] na circulação as moedas de ouro se desgastam [...] O título de ouro e a substância de ouro, o conteúdo nominal e o conteúdo real começam seu processo de dissociação [...] O ouro como meio circulante diferencia-se do ouro como padrão dos preços e *deixa com isso de ser também equivalente verdadeiro das mercadorias*, cujos preços realiza. [...] Se o próprio curso do dinheiro dissocia o conteúdo real do conteúdo nominal da moeda, sua existência metálica de sua existência funcional, ele já contém latentemente a possibilidade de substituir o ouro metálico em sua função de moeda por senhas de outro material, ou por símbolos. [...] O conteúdo metálico das senhas de prata e de cobre é determinado de forma arbitrária pela lei. Na circulação elas se desgastam ainda mais rapidamente que a moeda de ouro. E, portanto, *sua função monetária torna-se, de fato, totalmente independente de seu peso, isto é, de todo o valor*. Coisas relativamente sem valor, bilhetes de papel, podem, portanto, funcionar em seu lugar como moeda. Nas senhas metálicas de dinheiro, *o caráter puramente simbólico* ainda está em certa medida oculto. Na moeda papel revela-se plenamente” (C, I, 1, p. 107-108, grifou-se).

⁸¹ Sobre isso, Harvey (1990, p. 249) afirma: “o papel moeda puro – ‘papel moeda emitido pelo Estado com curso forçado [...] – corta completamente a conexão entre o dinheiro e o processo de produção de qualquer mercadoria-dinheiro. O abastecimento de dinheiro torna-se assim liberado de qualquer restrição física à produção, e se podem lograr melhor as vantagens de oferta e economia de circulação. Sem embargo, o poder do Estado chega a ser então muito mais pertinente, porque o respaldo político e legal deve substituir o respaldo proporcionado pela mercadoria-dinheiro a fim de que os usuários de papel moeda puro possam ter confiança em seu valor e estabilidade” (p. 249). Isso amplia enormemente os problemas relativos à inflação e ao caráter fiduciário da moeda. Contudo, refutando qualquer ilusão acerca do controle que o Estado possa exercer sobre sua atividade de emissão, Marx assegura, como conclusão de uma longa discussão com o proudhonismo, que “os males da sociedade burguesa não podem ser remediados através das ‘transformações’ bancárias ou através da criação de um ‘sistema monetário’ racional” (G, p. 53). Novamente Machado de Assis, em *Dom Casmurro*: “Deus recebe em ouro, Satanás em papel”.

que funciona como medida de valor e também, corporalmente ou por intermédio de representantes, como meio de circulação, é dinheiro” (C, I, 1, p. 110). No entanto, essas seriam, por assim dizer, suas funções menos desenvolvidas, já que, em sua constituição plena, o dinheiro funciona, por um lado, como tesouro, “onde aparece em sua corporalidade áurea (ou prateada), isto é, como mercadoria monetária, portanto, nem apenas de forma ideal, como na medida de valor, nem sendo suscetível de representação [por signos de valor], como no meio circulante” (ibidem.); por outro lado, ele atua como meio de pagamento, condição sob a qual “sua função, quer a execute em pessoa, quer por meio de representantes, fixa-o como figura de valor exclusiva ou única existência adequada do valor de troca perante todas as demais mercadorias, enquanto simples valores de uso” (ibidem.).

No interior da circulação simples, o dinheiro realiza a tendência de autonomização do valor de dois modos, correspondentes às suas determinações de tesouro e de meio de pagamento. Como “ninguém precisa comprar imediatamente apenas por ter vendido” (ibidem., p. 100), então é possível que o processo de circulação seja interrompido ao final de sua primeira fase (M-D), quando do “salto mortal da mercadoria” (ibidem., 95). Por isso mesmo, diz Marx, “o meio circulante converteu-se em tesouro ao interromper o processo de circulação em sua primeira fase ou ao ser subtraída da circulação a forma transformada da mercadoria” (ibidem., 115). Por sua vez, “o meio de pagamento entra na circulação, porém, depois que a mercadoria já se retirou dela. O dinheiro já não media [*sic*] o processo. Ele o fecha de *modo autônomo*, como *existência absoluta* do valor de troca” (ibidem., grifou-se). Nestas duas circunstâncias, é a função de meio de circulação que é suprimida, e é a posição plena do dinheiro, no desdobramento de suas determinações, que lhe confere uma autonomia que remonta a sua condição de equivalente geral. Desta feita, o “dinheiro como dinheiro” realiza a tendência de autonomia do valor quer seja porque, como tesouro, se nega à circulação; quer seja porque, quando funciona como meio de pagamento, ele está ausente da circulação efetiva que é a metamorfose do valor.

Por tudo isso, “a figura de valor da mercadoria, dinheiro, torna-se [...] agora um fim em si” (ibidem.). Isso permite que, em seu desenvolvimento, o dinheiro seja substituído por certificados de dívida (títulos), assumindo uma autonomia frente à circulação, de tal modo que, para que as mercadorias circulem, basta sua mera idealidade, tal como os signos de valor. Isso porque “a ele como forma universal de

riqueza, se contrapõe todo o mundo de riquezas reais. Ele é a pura abstração dessas riquezas, e, por isso, fixado desta forma, é uma pura ilusão” (G, p. 144). Nesta determinidade, pois, o dinheiro se torna dinheiro de crédito, que “se origina diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, já que são colocados em circulação os próprios certificados de dívidas por mercadorias vendidas, para transferir os respectivos créditos” (ibidem., p. 117).⁸²

Justamente por isso, na função do dinheiro como meio de pagamento e, especificamente, em sua determinidade de dinheiro de crédito, a tendência de autonomização do valor assume mais uma conotação. Veja-se: como tesouro, o valor precisa se retirar da circulação “encarnando-se” no ouro de tal modo que, inversamente, “o entesourador sacrifica, por isso, ao fetiche do ouro os seus prazeres da carne” (ibidem., p. 113) - diz Marx em anedota. Como meio de pagamento, porém, ele não precisa nem mesmo se fazer presente na circulação, senão como “mera idealidade” na forma de títulos que substituem a mercadoria dinheiro no processo de troca.

No entanto, “a função do dinheiro como meio de pagamento implica uma contradição direta” (C, I, 1, p. 116). Para além da contradição entre as determinações do dinheiro como medida de valor e meio de circulação, trata-se agora da contradição entre suas determinidades de medida de valor e meio de pagamento. Assim, pois, “na medida em que os pagamentos se compensam, ele [o dinheiro] funciona apenas idealmente como dinheiro de conta ou medida de valor. Na medida em que tem-se de fazer pagamentos efetivos ele não se apresenta como meio circulante, como forma apenas evanescente e intermediária do metabolismo, senão como a encarnação material do trabalho social, *existência autônoma do valor de troca*, mercadoria absoluta.” (ibidem., grifou-se). Quanto mais ampla se torna a cadeia de compensações que o dinheiro realiza como dinheiro de conta, quanto maior o número de agentes privados envolvidos nesta teia como credores e devedores que passaram a ser, mais suscetível ela se torna a

⁸² “O dinheiro de crédito pressupõe [...] relações que, do ponto de vista da circulação simples das mercadorias, ainda nos são inteiramente desconhecidas. Observemos, porém, de passagem, que, do mesmo modo que a verdadeira moeda papel origina-se da função do dinheiro como meio circulante, o dinheiro de crédito possui sua raiz naturalmente desenvolvida na função do dinheiro como meio de pagamento” (C, I, 1, p. 108).

ameaças de impossibilidade de compensação.⁸³ Quando isso se confirma, surge, então, a crise.⁸⁴

3.2. A constituição do capital

Como se viu, o desenvolvimento mesmo da forma dinheiro - forma exterior da antítese interior da mercadoria - estabelece diferenciações entre a medida do valor, o meio de circulação e o dinheiro como dinheiro. Cada uma destas determinações não só *particulariza a contradição geral* da forma mercadoria, mas *intensifica a forma particular da contradição* que encarna, tal como se intentou apresentar anteriormente. Será necessário agora demonstrar que, à medida que a contradição objetiva entre a forma social do valor e a forma natural do valor de uso permanece em movimento, sua continuidade auto-expositiva deverá levar ao capital.⁸⁵

A circulação simples, “movimento plenamente desenvolvido e recíproco dos valores de troca” (G, p. 167), tem por finalidade e objeto os valores de uso, adquiridos por meio da troca.⁸⁶ Por isso mesmo, a autonomia conferida ao dinheiro “é só negativa, fugaz ou ilusória”, na medida em que ele precisa, em algum momento, para dar continuidade às trocas, retornar às suas determinações de medida de valor (“sua figura somente ideal de dinheiro”) e meio de circulação (“dinheiro sonante”).

⁸³ “A ‘desvalorização’ do dinheiro de crédito é um assunto privado que pode ter consequências sociais. A desvalorização do papel moeda emitido pelo Estado (devida a mudanças na conversibilidade ou simplesmente ao fato de que se imprimiram mais cédulas do que o devido) é antes de tudo um problema social (com claras consequências privadas e distributivas)” (HARVEY, 1990, p. 251).

⁸⁴ “Essa contradição estoura no momento de crises comerciais e de produção a que se dá o nome de crise monetária. Ela ocorre somente onde a cadeia em processamento dos pagamentos e um sistema artificial para sua compensação estão plenamente desenvolvidos. Havendo perturbações as mais gerais desse mecanismo, seja qual for a sua origem, o dinheiro se converte súbita e diretamente de figura somente ideal de dinheiro de conta em dinheiro sonante. Torna-se insubstituível por mercadorias profanas. O valor de uso da mercadoria torna-se sem valor e seu valor desaparece diante de sua própria forma de valor” (C, I, 1, p. 116).

⁸⁵ “Para alcançar o conceito de capital é necessário partir [...] do valor de troca já desenvolvido no momento da circulação [...]. Vimos que no *dinheiro enquanto tal*, o valor de troca já adotou uma *forma autônoma* que, quando melhor vista, *é só negativa, fugaz ou ilusória*. O dinheiro só existe em relação à circulação e como possibilidade de introduzir-se nela, mas perde esta determinação *tão logo se realiza*; retorna então a suas duas determinações anteriores como valor de troca e como meio de troca” (G, p. 170, grifou-se).

⁸⁶ “A circulação simples de mercadorias - a venda para a compra - serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades” (C, I, 1, p. 129).

O movimento do valor em direção à autonomização resulta do deslocamento das contradições que, desenvolvidas de acordo com as determinações das formas que ele assume, têm por condição elementar a antítese da mercadoria. Nesse percurso de auto-desenvolvimento, o valor que era, na circulação simples, apenas uma substância (tempo de trabalho socialmente necessário) mobilizada por uma finalidade exterior, torna-se, como capital, um “sujeito automático” (C, I, 1, p. 130), envolvido “numa relação privada consigo mesmo” (ibidem.).⁸⁷

Essa superação dialética, que, por um lado, realiza a passagem do valor de mera substância à substância-sujeito, traduz, por outro, a necessidade de derivar analiticamente o capital a partir do dinheiro, tal como o dinheiro deriva da mercadoria, de modo que “a forma mercadoria simples é, por isso, o germe da forma dinheiro” (C, I, 1, p. 70). Por força de um movimento de negação “indefinida”, *quanto mais o dinheiro se afirma como dinheiro, quanto mais pleno em sua autonomia ele se torna, mais tende a se converter em algo que é não-dinheiro*. Ou, como diz Marx, “tão logo o dinheiro, como valor de troca que não só se torna autônomo em relação à circulação, mas que se mantém nela, deixa de ser dinheiro, pois enquanto tal não vai além de sua forma negativa: torna-se capital” (G, p. 171).⁸⁸

Ao circular, tendo em vista apenas servir de mediação para a aquisição de valores de uso, o dinheiro assume a função de meio de circulação ou moeda,

⁸⁷ Na circulação do *dinheiro como capital*, “na circulação *D-M-D*, [...] ambos, mercadoria e dinheiro, funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro o seu modo geral, a mercadoria o seu modo particular, por assim dizer apenas camuflado, de existência. Ele passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático” (C, I, 1, p. 130). Sobre a passagem da “substância” a “sujeito”, ou sobre como “o capital é a substância social tornada sujeito”, ver Fausto (1987, II).

⁸⁸ A idéia de que “tão logo o dinheiro [...] deixa de ser dinheiro [...] torna-se capital” (G, p. 171), implica algo cuja potência explicativa não se pode aqui sequer tocar superficialmente. Pense-se apenas que, quando Marx acompanha o desenvolvimento de uma *forma* que, por assim dizer, *deixa de ser ao se tornar plena*, ele não está fazendo referência a uma simples negação predicativa. Esse tipo de raciocínio, pelo contrário, remete a algo semelhante à “distinção importantíssima” entre o que, segundo Žižek (2008, p. 37), Kant chama de “juízo negativo e indefinido”. Nos termos do próprio Žižek, trata-se de uma “lacuna paraláctica”, uma possibilidade ontológica posta entre o *ser* (no caso, aquilo que *é* dinheiro) e o *não-ser* (o que *não é* dinheiro): o *ser-não* (aquilo que *é não-dinheiro*, ou seja, o capital, que *é* capital ou *é não-dinheiro* na medida em que *é e não é* dinheiro). “*Hic Rhodus, hic salta!*” (C, I, 1, p. 138). O mesmo vale para a forma particular de mercadoria em que o capital se transfigura momentaneamente, em seu processo de valorização (D-M-D’). Como diz Marx, “fixadas as formas particulares de aparição, que o valor que se valoriza assume alternativamente no ciclo de sua vida, então se obtêm as explicações: capital é dinheiro, capital é mercadoria. De fato, porém, o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo, enquanto valor original, se autovaloriza” (C, I, 1, p. 130).

determinada por uma finalidade exterior. No processo de constituição do capital, porém, essa finalidade é interiorizada pela substância-valor que, ao tornar imanente o sentido de sua circulação, transforma o dinheiro em sujeito de um processo.⁸⁹ Como diz Marx, “o valor torna-se, portanto, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital” (C, I, 1, p. 131).

Como proprietário de dinheiro, o capitalista precisa comprar e reunir meios de produção e força de trabalho que, no âmbito da circulação simples, são mercadorias igualmente dispostas e adquiridas no mercado por seus valores, determinados pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução. Nesse sentido, “para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho” (C, I, 1, p. 140).

Isso pressupõe um longo processo histórico de expropriação e “acumulação primitiva”, em que a instituição da propriedade privada sobre a terra tem um lugar central. Por certo, do *ponto de vista* da circulação simples, “o que [...] caracteriza a época capitalista é que a força de trabalho assume, para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria que pertence a ele, que, por conseguinte, seu trabalho assume a forma de trabalho assalariado” (C, I, 1, p. 141, n. 41) e, do mesmo modo, “só a partir desse instante se universaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho” (ibidem.).⁹⁰ No entanto, do ponto de vista do processo histórico de constituição do sistema capitalista ou mesmo das condições de produção do capital, a formação da propriedade do solo é um pressuposto não só em relação ao capital, mas também à transformação da força de trabalho em mercadoria, “e esta é uma condição histórica que encerra uma

⁸⁹ “Dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital diferenciam-se primeiro por sua forma diferente de circulação. A forma direta de circulação de mercadorias é *M-D-M*, transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Ao lado dessa forma, encontramos, no entanto, uma segunda, especificamente diferenciada, a forma *D-M-D*, transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. Dinheiro que em seu movimento descreve essa última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, de acordo com sua determinação, já é capital” (C, I, 1, p. 125-126).

⁹⁰ “Por que esse trabalhador livre se defronta com ele na esfera da circulação é questão que não interessa ao possuidor de dinheiro, que encontra o mercado de trabalho como uma divisão específica do mercado de mercadorias. E tampouco ela nos interessa por enquanto. Nós nos ateremos ao fato na teoria assim como o possuidor de dinheiro na prática” (C, I, 1, p. 140).

história mundial. O capital anuncia, portanto, de antemão, uma época do processo de produção social” (C, I, 1, p. 141).⁹¹

No que interessa à análise da tendência de autonomização e abstração do valor, a constituição do capital significa, ao mesmo tempo, uma internalização da finalidade das trocas e uma reversão de seus termos, na medida em que a diferença qualitativa entre valores de uso deixa de ser o *leitmotiv* das trocas, tal como aparece na superfície do sistema do capital, ou seja, no âmbito da circulação simples, e passa a se guiar pela diferença quantitativa entre o valor adiantado (na forma de meios de produção e força de trabalho) e o valor realizado pela circulação do capital.⁹²

Essa autonomia que, por certo, já não é mais apenas “negativa, ilusória e fugaz”, como no caso do dinheiro, também não é plena e absoluta.⁹³ Mesmo mantendo uma “relação privada consigo mesmo”, o capital permanece continuamente preso à necessidade iniludível de reunir meios de produção e força de trabalho para, por meio do processo de trabalho e produção da mais-valia, valorizar-se a si mesmo.⁹⁴

⁹¹ “(...) a privatização da propriedade territorial e o subsunção formal do produtor a um sistema de produção e intercambio de mercadorias não alcança necessariamente essa forma de propriedade territorial [capitalista] que é um puro reflexo das relações de produção capitalistas” (HARVEY, 1990, p. 347). No entanto, “quando o capital não encontra propriedades de terras como uma pré-condição, ‘ele mesmo as cria’, pela simples razão de que ‘a separação do trabalhador com relação à terra e à propriedade da terra é condição fundamental da produção capitalista e da produção de capital’” (ibidem., p. 348).

⁹² “A circulação simples de mercadorias - a venda para a compra - serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável” (C, I, 1, p. 129).

⁹³ “Se na circulação simples o valor das mercadorias adquire no máximo, em confronto com seu valor de uso, a forma autônoma de dinheiro, aqui ele se apresenta subitamente como uma substância em processo e semovente, para a qual mercadorias e dinheiro são ambos meras formas. Mas ainda mais. Em vez de representar relações mercantis, ele entra agora, por assim dizer, numa relação privada consigo mesmo” (C, I, 1, p. 130).

⁹⁴ “O produto - a propriedade do capitalista - é um valor de uso, fio, botas etc. Mas, embora as botas, por exemplo, constituam de certo modo a base do progresso social e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica as botas por causa delas mesmas. O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même* [que se ama por si mesma]. Produzem-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam *substrato material*, portadores do valor de troca. E para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia” (C, I, 1, p. 155, grifou-se).

3.3. O capital como totalidade

A mercadoria capital

A análise desenvolvida até aqui segue os termos gerais da exposição crítica do próprio Marx, na medida em que, como ele mesmo diz, “o dinheiro como a forma transmutada da mercadoria foi o nosso ponto de partida. E foi ao *dinheiro* que chegamos *como a forma transmutada do capital*, tal como percebêramos que a mercadoria é pré-condição e resultado do processo de produção do capital” (*Teorias*, III, p. 1507).

Ora, diante dessa “pré-condição”, dessa necessidade de “produzir um valor de uso que tenha um valor de troca”, a determinação do dinheiro como dinheiro, especificamente em sua determinidade de dinheiro de crédito, constitui para o processo de valorização do valor e acumulação do capital uma forma ainda mais avançada da tendência de autonomização do valor, já que, por meio do crédito, o processo de valorização do capital se distancia da necessidade imediata e dos limites do processo de produção e realização da mais valia. Como assevera Marx, o crédito “dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária” (C, I, 2, p. 288).

Logo se vê, porém, que esse artifício, esse “enorme mecanismo social para a centralização dos capitais” (C, I, 2, p. 197), consiste apenas numa forma que internaliza a contradição deslocada entre o “impulso sem medida” de valorizar indefinidamente o valor e a necessidade de fazê-lo por meio da produção de riqueza material natural, pela apropriação útil da natureza – “condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana” (C, I, 1, p. 153).

Depois de constituído, o capital se torna uma “força totalizadora, que se constitui abarcando e subordinando a si as demais relações sociais e condições exteriores (pressupostos históricos que ele transforma em resultado de sua reprodução)” (MÜLLER, 1999, p. 15). Não é diferente com o sistema de crédito. Por isso mesmo, “com o desenvolvimento do comércio e do modo de produção capitalista, que somente produz com vistas à circulação”, diz Marx, “essa base naturalmente desenvolvida do sistema de crédito é ampliada, generalizada e aperfeiçoada” (C, III, 1, p. 301). O capital

encontra aí não só uma forma mais avançada em que se manifesta de modo geral sua contradição imanente, mas intensifica e amplia por força de novas determinações essa contradição geral. A invenção do crédito, que acelera o desenvolvimento das forças produtivas e o processo de acumulação e centralização do capital, cria também uma forma adequada para o desenvolvimento irrestrito da especulação e, conseqüentemente, de formas mais amplas de crise.⁹⁵

Essa contradição tem para D. Harvey uma importância conclusiva, na medida em que relaciona o sistema de crédito e sua teoria dos ajustes espaciais. Preocupado em extrair daí elementos para a melhor compreensão dessa relação, ele observa a culminância dessa contradição e, seguindo Marx, afirma: “aquilo que no começo parecia um mecanismo saudável para expressar os interesses coletivos da classe capitalista, como um meio para superar ‘as barreiras e grilhões inerentes à produção’ e assim elevar os fundamentos materiais do capitalismo a novos níveis de perfeição, ‘transforma-se na principal alavanca do excesso de produção e especulação’. As ‘formas absurdas’ de capital fictício passam ao primeiro plano, e permitem que ocorram junto ao sistema de crédito o ‘auge das distorções’” (HARVEY, 1990, p. 291-92).⁹⁶

Se, como se disse no início deste terceiro tópico, “o dinheiro como a forma transmutada da mercadoria foi o nosso ponto de partida. E foi ao dinheiro que chegamos como a forma transmutada do capital”, então resta saber que forma é essa. Como o

⁹⁵ Atento aos fatos da época, Engels insere na edição do livro III d’*O capital* uma série de referências que atestam ser a especulação um “verdadeiro negócio”. Diz ele: “quanto maior a facilidade com que se pode obter adiantamentos sobre mercadorias não vendidas, tanto mais esses adiantamentos são tomados e tanto maior a tentação de fabricar mercadorias ou lançar as já fabricadas em mercados distantes, somente para obter sobre elas, de início, adiantamentos em dinheiro. Como todo o mundo de negócios de um país pode ser tomado por tal embuste, e como acaba isso, a história do comércio inglês de 1845 a 1847 dá um exemplo contundente. Vemos aí o que o crédito pode fazer [...] E esse verdadeiro negócio, em regra, também já estava sobrecarregado. Os atraentes lucros altos tinham levado a operações bem mais extensas que as justificadas pelos recursos líquidos disponíveis. Mas o crédito estava aí mesmo, fácil de obter e, ainda por cima, barato. [...] Todos os valores internos das bolsas estavam tão altos como jamais estiveram. Por que deixar passar a bela oportunidade, por que não velejar a todo o pano?” (C, III, 1, p. 307).

⁹⁶ Analisando a tendência de monopolização do capital, endossada pelo sistema de crédito, Mazzucchelli (1982, p. 12) assevera que “o resultado é a exacerbação das tendências imanentes do capitalismo. De um lado, afirma-se definitivamente seu caráter expansivo [...] De outro, agrava-se a instabilidade própria da economia capitalista”. Belluzzo (2005a, p. 7), outrossim, afirma que “a autonomização do capital-dinheiro sob a forma de capital a juros e a correspondente expansão do sistema de crédito são os elementos que impulsionam a centralização do capital e promovem a fusão de interesses entre a alta finança e a indústria. A modalidade de organização capitalista que concretiza essa fusão de interesses é a sociedade anônima, cujo caráter ‘coletivista’ se sobrepõe aos capitais dispersos e, ao mesmo tempo, reforça sua rivalidade”.

capital, depois de constituído como finalidade em si, se transmuta em dinheiro, uma forma cuja autonomia não é senão “negativa, ilusória e fugaz”? A resposta está na seqüência da consideração que o próprio Marx faz do percurso da exposição até ali desenvolvida, ou seja, “que a mercadoria é precondition e resultado do processo de produção do capital” (*Teorias*, III, p. 1507). A forma-mercadoria está no começo e no fim da exposição, mas certamente não sob as mesmas determinidades. Diferentemente do *capital-mercadoria*, ou seja, a forma de mercadoria que o capital-produtivo assume durante uma das fases de seu ciclo de reprodução, trata-se aqui do momento em que o capital-dinheiro, que é uma forma do capital-produtivo, converte-se ele mesmo em mercadoria, resultando no que se pode chamar de *mercadoria capital*.

O capital portador de juros e o capital fictício

Como foi visto anteriormente, o dinheiro ou uma soma de valor qualquer - “exista ela de fato em dinheiro ou em mercadoria” - assume pelo menos três formas do valor de uso: um valor de uso propriamente dito, como mercadoria; um “valor de uso formal”, como dinheiro; e um “valor de uso adicional”, como capital.⁹⁷

O capital portador de juros é precisamente a determinidade deste valor de uso adicional, ou seja, quando o capital-dinheiro (ou capital na forma de dinheiro) ou dinheiro como mera soma de valor se torna mercadoria, que pode ser emprestada ou alugada, torna-se *ipso facto* um capital portador de juros. Isso porque essa soma de valor “produz lucro, isto é, capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinado quantum de trabalho não pago, mais-produto e mais-valia, e apropriar-se dele”. Ao produzir lucro se torna capital, e como capital se torna mercadoria que produz lucro - e, com isso, a exposição categorial marxiana reencontra sua origem na mercadoria: “a mercadoria é precondition e resultado do processo de produção do capital” (*Teorias*, III,

⁹⁷ “Dinheiro - considerado aqui como expressão autônoma de uma soma de valor, exista ela de fato em dinheiro ou em mercadorias - pode na base da produção capitalista ser transformado em capital e, em virtude dessa transformação, passar de um valor dado para um valor que se valoriza a si mesmo., que se multiplica. Produz lucro, isto é, capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinado quantum de trabalho não pago, mais-produto e mais-valia, e apropriar-se dele. Assim, adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui justamente no lucro que, uma vez transformado em capital, produz. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis*. Ou, o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria” (C, III, 1, p. 255).

p. 1507). Mais do que isso, sobretudo, importa perceber que “no capital portador de juros está, no entanto, consumada a concepção do fetiche-capital, a concepção que atribui ao produto acumulado do trabalho, e ainda fixado na forma de dinheiro, o poder de produzir, em virtude de uma qualidade inata e secreta, como um puro autômato, em progressão geométrica, mais-valia” (C, III, 1, p. 299).⁹⁸

Se, como adverte Marx, “a forma distorcida em que se exprime a inversão efetiva [das relações sociais] reproduz-se naturalmente nas idéias dos agentes desse modo de produção” (*Teorias*, p. 1494), então, para essa concepção fetichista, o capital portador de juros não é uma relação social, mas uma coisa – e, nesse sentido, “a *coisa* (dinheiro, mercadoria, valor) já é capital como mera coisa, e o capital aparece como simples coisa; o resultado do processo global de reprodução aparece como propriedade que cabe por si a uma coisa [...] A relação social está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro consigo mesmo” (C, III, 1, p. 293-294).

Pelo princípio da capitalização, que não é senão “a formação do capital fictício” (C, III, 2, p. 11), essa forma do capital portador de juros faz com que qualquer soma de dinheiro, qualquer retorno em rendimento monetário determinado e regular, provenha ele de um capital ou não, apareça como juro de um capital. Surge, então, o capital fictício, seja ele proveniente de títulos sobre dívida pública, ações, letras de câmbio ou quaisquer títulos de valor. Como capital “fictício”, tanto sua origem é ilusória, como no caso da dívida pública, que não representa senão direitos sobre a

⁹⁸ A atualidade dessa questão posta por Marx ganha maior evidência quando se tem em vista algumas das idéias e conceitos centrais com que Eduardo Giannetti (2005) elabora sua “teoria das trocas e escolhas inter-temporais”. Para melhor compreendê-la, seria necessário situá-la num contexto histórico amplo, marcado pelas controvérsias clássicas em torno da permanente necessidade de justificativa e legitimação das formas aparentes da produção e distribuição da riqueza social, tal como são vislumbradas na superfície da sociedade mercantil-capitalista. Não obstante suas radicais diferenças, algumas teorias (clássica, utilitarista, neoclássica, keynesiana e pós-keynesiana) guardam entre si, ao fim e ao cabo, uma tendência à naturalização das formas sociais capitalistas (salários, lucros, juros e rendas), de modo a compor um pano de fundo sobre o qual se projeta crítica à reificação e à mistificação daquilo que, como fora demonstrado por Marx, constitui as formas variadas e elementares da mais-valia ou da expropriação do excedente econômico. De maneira geral, no campo do pensamento econômico burguês, é comum a atribuição de que o rendimento do capital (lucros, rendas e juros) é devido a condições de ordem natural, física, absoluta ou moral, aparecendo em função de proezas como a abstinência, numa espécie de compensação pelo esforço de privação do prazer; a produtividade técnica do capital; o trabalho de organização do empresário ou mesmo a pura “produtividade do tempo”. Sem cerimônias, o pensamento de Giannetti imiscui-se nessa seara e sintetiza um novo impulso que garante a essa tradição uma linha de argumentação e raciocínio originais, edificados sobre uma base de reconhecida sofisticação retórica, biologização dos fenômenos sociais, individualismo metodológico e ontologização dos juros – que, em sua forma monetária, segundo o autor, não são senão uma expressão particular de um fenômeno geral de trocas inter-temporais essencialmente ligado à existência das variadas formas de vida.

arrecadação futura, quanto sua valorização nos mercados de capital, que varia de acordo com a taxa de juros, numa proporção inversa. Por isso, diz Marx, “mesmo lá onde o título da dívida - o título de valor - não representa, como no caso das dívidas públicas, um capital puramente ilusório, o valor-capital desse título é puramente ilusório” (C, III, 2, p. 11).

No que concerne especificamente à tendência à autonomização e abstração do valor em relação aos seus suportes e determinações materiais, desenvolvida paulatinamente até aqui, esse momento de constituição do capital fictício significa um ponto de inflexão fundamental, já que “o movimento autônomo do valor desses títulos de propriedade [...] confirma a aparência, como se eles constituíssem capital real ao lado do capital ou do direito ao qual possivelmente dêem título” (ibidem.), e essa autonomia consiste precisamente no fato de que “seu valor de mercado obtém uma determinação diferente de seu valor nominal, sem que o valor (ainda que a valorização) do capital real se altere” (ibidem.).

Tendo avançado em relação ao valor de uso da mercadoria, ao lastro metálico do dinheiro, aos signos de valor, à produção de mais-valia, eis que o capital, na forma do capital fictício, se autonomiza em relação *a si mesmo*. Se antes, de acordo com a fórmula do capital-produtivo, tinha-se de produzir “não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia” (C, I, 1, p. 155), agora, de acordo com o princípio da capitalização, “em D-D’ temos a figura irracional do capital, a inversão e reificação das relações de produção em sua potência mais elevada.” (C, III, 1, p. 294).⁹⁹

⁹⁹ “É neste sentido que assume assinalada importância o desenvolvimento do capital a juros e do sistema de crédito, que, em conexão com o processo de centralização do capital, passa a determinar a transformação das relações de concorrência, a ampliação das modalidades de valorização do capital, a alteração na forma das crises e o agravamento da instabilidade característica do regime de produção. É assim que o monopólio, ao exacerbar as tendências imanentes da produção capitalista, torna absolutamente explícita a estreiteza dos limites privados do processo de socialização, revelando os traços característicos de uma estrutura de transição”. (MAZZUCHELLI, 1982, p. 192). Como será visto mais a diante, outrossim, “a autonomização do capital-dinheiro sob a forma de capital a juros e a correspondente expansão do sistema de crédito são os elementos que impulsionam a centralização do capital e promovem a fusão de interesses entre a alta finança e a indústria. A modalidade de organização capitalista que concretiza essa fusão de interesses é a sociedade anônima, cujo caráter ‘coletivista’ se sobrepõe aos capitais dispersos e, ao mesmo tempo, reforça sua rivalidade” (BELLUZZO, 2005a, p. 7)

4. O CAPITAL IMOBILIÁRIO

“Nulle terre sans seigneur”

*“L’argent n’a pas de maître”*¹⁰⁰

(Marx, citando adágios franceses, em *O capital*)

4.1. A circulação do capital pelo ambiente construído

As formas da circulação

No capítulo XXIII do livro I d’*O capital*, ao enunciar a “lei geral da acumulação capitalista”, em seu movimento progressivo de acumulação, concentração e centralização do excedente e da riqueza na forma valor, Marx adverte: “o mundo ainda estaria sem estradas de ferro, caso ficasse esperando até que a acumulação de alguns capitais individuais alcançasse o tamanho requerido para a construção de uma estrada de ferro. No entanto, a centralização mediante as sociedades por ações chegou a esse resultado num piscar de olhos” (C, I, 2, p. 198).

Ao estender essa exigência do investimento em ferrovias a outras estruturas físicas e imóveis incorporadas a terra no espaço urbano, pode-se imaginar também, num exercício de conjectura semelhante e particularmente no que interessa a este trabalho, que a produção capitalista da cidade ou o “fenômeno urbano” como se conhece hoje não seriam mais do que uma “utopia da forma espacial” (HARVEY, 2004, p. 227), um projeto urbanístico “radioso”, que jamais sairia da cabeça de um Ebenezer Howard ou de um Le Corbusier, se não fossem a magnitude do capital monopolista e a necessidade de edificação material e simbólica do seu poder, cuja consolidação, desde fins do século XIX, especialmente nas grandes cidades norte-americanas, fomentou um mercado especulativo de terras e propriedades urbanas, passando a ser um setor determinante para a acumulação de capital sob o comando dos grandes grupos corporativos,

¹⁰⁰ “Nenhuma terra sem senhor” e “O dinheiro não tem mestre”.

geralmente associados aos poderes públicos, constituindo verdadeiras “máquinas de crescimento urbano” (LOGAN e MOLOTCH apud FERREIRA, 2003, p. 208).¹⁰¹

Em suas expressões mais evidentes e características (expansão territorial, residencial e dos sistemas de saneamento, energia, abastecimento, comunicação e transportes; concentração de equipamentos e serviços de uso coletivo; verticalização etc.), a estruturação do espaço urbano implica, de toda forma, uma crescente *imobilização* de capital em infra-estruturas físicas que servem de suporte à produção, circulação e consumo de bens e serviços, configurando “uma paisagem geográfica, abrangida pelo capital fixo e imobilizado” (HARVEY, 2005a, p. 53), que, por sua vez, reflete em sua imagem as forças sociais e as contradições fundantes do modo capitalista de produção e organização do ambiente construído. “Por conseguinte, a cidade pode ser considerada como um meio tangível, construído, como um meio que é um produto social” (HARVEY, 1973, p. 206). Além disso, a maior imobilização do capital nessas estruturas e elementos significa uma menor autonomia de circulação em relação aos seus “suportes materiais”. Importa saber, pois, qual a solução ou a forma (ainda que provisória) encontrada pelo capital para o deslocamento dessa contradição.

Em seu processo de reprodução contínua e ampliada, o capital precisa reduzir não só os custos, mas também o tempo empregado na produção e na circulação das mercadorias, tendo em vista aumentar a frequência das rotações do capital e, portanto, a massa de lucros acumulada em determinado período (C, III, 1, p. 113-115). Essa exigência abstrata da autovalorização do valor, no entanto, precisa encontrar os meios adequados à sua realização. Por isso mesmo, “a necessidade de minimizar o custo de circulação e o tempo de giro promove a aglomeração da produção em alguns centros urbanos, que se tornam as oficinas da produção capitalista” (HARVEY, 2005a, p. 52). A cidade, pois, surge como uma condição e um resultado do capital que se acumula, permitindo uma maior facilidade da circulação.¹⁰²

¹⁰¹ Em sua forma mais recente, esse tipo de aliança ou “governança urbana” constitui objeto de análise para Harvey (2005a). O “empreendedorismo urbano”, como ele chama, requer “(...) a criação de padrões locais de investimento, não apenas em infra-estruturas físicas, como transportes e comunicações, instalações portuárias, saneamento básico, fornecimento de água, mas também em infra-estruturas sociais de educação, ciência e tecnologia, controle social, cultura e qualidade de vida. O propósito é gerar uma sinergia suficiente no processo de urbanização, para que se criem e se obtenham rendas monopolistas tanto pelos interesses privados como pelos poderes estatais” (ibidem, p. 232).

¹⁰² “[...] essa particular facilidade de tráfego e a rotação de capital assim acelerada [...] provoca, inversamente, uma concentração acelerada, por um lado, do centro da produção, por outro, de seu

Se “as cidades se formam através da concentração geográfica de um produto social excedente” (HARVEY, 1979, p. 226), então “em parte a cidade é um depósito de capital fixo acumulado por uma produção prévia. Construída com uma tecnologia dada e edificada no contexto de um modo de produção determinado (o que não significa que todos os aspectos da forma construída de uma sociedade sejam funcionais ao modo de produção)” (HARVEY, 1979, p. 213).¹⁰³ Para seguir uma advertência de Marx quando discute a questão do capital fixo e imóvel e a disponibilidade do excedente para re-investimento, importa atentar, pois, para a “proporção entre a parte imóvel, materialmente fixada da riqueza de um país, e a parte móvel do mesmo” (C, II, p. 120)

Se, como diz Harvey (1982, p. 6-7), “a sociedade capitalista precisa, por necessidade, criar uma paisagem física - uma massa de recursos físicos construídos pelo homem - à sua própria imagem, apropriada, em linhas gerais, às finalidades da produção e do consumo”, e se isso requer a criação de valores de uso para aumentar a “progressiva acumulação de capital em uma escala expansível”, então “a paisagem geográfica abrangida pelo capital fixo e imobilizado, é tanto a glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação” (HARVEY, 2005a, p. 53), já que “o surgimento de uma estrutura espacial diferente com a ascensão do capitalismo não é um processo livre de contradições. Para superar barreiras espaciais e ‘anular o espaço pelo tempo’, criam-se estruturas espaciais que, no fim, agem como barreiras contra a acumulação adicional” (ibidem.).

mercado” (C, II, p. 189). Engels (2008, p. 64) observou, outrossim, que “[com] a tendência centralizadora da indústria [...] também a população se torna centralizada, como o capital [...] Surgem as ferrovias, os canais, as estradas [...] dispõe-se de um mercado, uma Bolsa aonde acorrem os compradores [...] Daí o crescimento extraordinariamente rápido das cidades industriais”. Desta forma, diz Lefebvre (1999, p. 20), “uma ordem específica, a da produção industrial gerada pela burguesia (no quadro das relações de produção capitalista, dirá explicitamente Marx) engendra, segundo Engels, uma desordem específica, desordem urbana”, que conforma de modo característico a clássica cidade industrial do período da livre concorrência capitalista, onde a produção, diz Soja (1993, p. 214), nunca fora antes tão “geograficamente concentrada, tão localizadamente central, tão densamente aglomerada”.

¹⁰³ Noutro momento, Harvey repetirá a preocupação com a pecha de “funcionalismo” que lhe fora atribuída, certa vez, por Gottdiener (1997). Diz ele: “Além disso, também sustentarei que, sob o capitalismo, a fonte permanente de preocupação envolve a criação das infra-estruturas sociais e físicas que sustentam a circulação do capital. Não significa que interpreto todos esses fenômenos como rigorosamente funcionais em relação à circulação de capitais. Porém, os sistemas legal, financeiro, educacional e da administração pública, além dos sistemas ambientais não-naturais, urbanos e de transportes, para mencionar algumas das organizações chave que tenho em mente, precisarão ser desenvolvidos para sustentar a circulação do capital se for para reproduzir a vida cotidiana efetivamente” (HARVEY, 2005a, p. 130).

Este é, por assim dizer, um mal necessário da autovalorização do valor e sua acumulação interminável, na medida em que, para se reproduzir e se valorizar, o capital precisa circular *também pelo espaço* e realizar a mais-valia de que é portador, imobilizando parte de seu montante na forma de infra-estruturas que garantam tal feito - “o movimento fluído *sobre* o espaço só pode ser estabelecido mediante a instalação de certas infra-estruturas físicas *no* espaço” (HARVEY, 2005, p. 87). É uma contradição elíptica, diria Marx, que o capital tenha tanto mais autonomia para circular quanto menos autonomia tenha ao se fixar em estruturas imóveis ou não, que servem de suporte a essa circulação.

Essa contradição é compreensível, na medida em que “o princípio geral de funcionamento é o seguinte: tanto o capital quanto o trabalho podem tornar-se mais móveis no espaço ao preço de imobilizar uma fração do capital total no espaço” (HAVEY, 1990, p. 398) e, com isso, diz Marx, “cresce simultaneamente também a parte da riqueza social que, em vez de servir como meio de produção direto, é investida em meios de transporte e de comunicação e no capital fixo e circulante exigido para sua operação” (C, II, p. 189).¹⁰⁴

O fato é que os capitais individuais, em sua permanente concorrência, procuram as melhores condições não só para produzir mais-valia, reduzindo os custos da produção, mas também os melhores arranjos para a realização desse excedente. Deste modo, interessa ao capital dispor de condições que lhe assegurem certas vantagens, e “se as condições que o capacitam a efetuar uma rotação mais rápida são, elas mesmas, condições compráveis, por exemplo a localização dos pontos de venda, então pode

¹⁰⁴ Essa relação de determinação negativa entre imobilização e mobilização aparece, inclusive, no caráter de “abstrações provisórias” da questão relativa à qual dentre as formas do capital é a mais adequada ao seu conceito: se o capital fixo, como aparece nos *Grundrisse*, ou se é o fictício, como aparece n’*O capital*. Cf. Rosdolsky (2001, p. 301-302). O capital fixo constitui essa forma adequada na medida em que eleva o grau de exploração da mais-valia relativa e, portanto, amplia a base de valorização do capital. Além disso, pressiona a continuidade do processo de reprodução, sob pena de sua desvalorização e perda de grande investimento (ibidem., p. 304). Além das discussões relativas à mudança tecnológica, inovação técnica e concorrência, à tendência de queda da taxa de lucro etc., “a circulação específica do capital fixo” é uma questão central para compreensão das alterações que as mudanças tecnológicas causam ao ambiente construído. Imagine quais as implicações sobre o “arranjo territorial intra-urbano” e suas localizações (Villça, p. 69-70) quando as ferrovias são, por exemplo, desativadas (desvalorização do capital fixo) para dar lugar às rodovias, que elevam a produtividade, aumentando substantivamente o investimento em “capital fixo independente” ou nas “condições de produção ‘gerais’ ou ‘comunitárias’ [estradas, canais, ferrovias]” (Rosdolsky, p. 567, n. 38). O capital fictício, por sua vez, “é a fórmula original e geral do capital [...] é o capital acabado, unidade do processo de produção e circulação”, sem os constrangimentos da produção material (C, III, 1, p. 293).

pagar uma renda extra por isso, ou seja, parte de seu superlucro se transforma em renda fundiária” (C, III, 1, p. 236).

Essa rotação, no entanto, tem formas particulares de existência, na medida em que se refere a processos de circulação observados do ponto de vista das mercadorias ou do capital. Isso se traduz nas acepções variadas em que Harvey faz referência ao costume chamar de “circulação do valor pelo ambiente construído”. O que ele quer dizer, por exemplo, quando afirma que “a formação do mercado de terras e propriedades, tem repercussões sumamente importantes sobre a circulação do capital pelo ambiente construído em geral”? (HARVEY, 1990, p. 239). Tendo em vista vários momentos em que o geógrafo britânico faz menção a esse fato, pode-se distinguir pelo menos três formas de circulação do capital relativas ao espaço urbano.

Numa primeira conotação, a infra-estrutura que compõe o ambiente construído permite a “circulação espacial”, diretamente relacionada ao “tempo de circulação [do valor] enquanto mercadoria”.¹⁰⁵ Trata-se das atividades de comércio, serviços, armazenamento e transporte, realizadas em espaços estruturados e especializados de acordo com as funções desempenhadas por cada estabelecimento. Como “as mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e se trocar” (C, I, 1, p. 79), têm de ser levadas por seus “guardiões”, e isso constitui propriamente sua “circulação espacial”. Para tanto, é preciso um investimento substantivo em “meios de trabalho” (C, I, 1, p. 151) como prédios e armazéns e, principalmente, em “condições gerais de produção”,¹⁰⁶ de tal modo que, “em cada esfera da produção propriamente dita - indústria, agricultura, mineração, etc. - a transferência de capital de uma esfera para outra oferece dificuldades consideráveis, especialmente por causa do capital fixo existente” (C, III, 1, p. 159).

¹⁰⁵ “Quanto mais perecível uma mercadoria, quanto mais imediatamente depois de sua produção for preciso consumi-la e, portanto, também vendê-la, tanto menos ela pode se distanciar de seu local de produção, tanto mais estreita, portanto, sua esfera de *circulação espacial*, tanto mais local a natureza de seu mercado de venda. Portanto, quanto mais perecível uma mercadoria, tanto maior por sua condição física, o limite absoluto de seu *tempo de circulação enquanto mercadoria*, tanto menos ela se adequa a ser objeto da produção capitalista. Só poderá ser objeto desta última em lugares densamente povoados ou à medida que as distâncias locais se encurtem pelo desenvolvimento dos meios de transporte. A concentração da produção de um artigo em poucas mãos e num lugar densamente povoado pode, porém, criar um mercado relativamente grande também para artigos tais como os de grandes cervejarias, laticínios, etc. (C, II, p. 93, grifou-se).

¹⁰⁶ “Por condições de produção ‘gerais’ ou ‘comunitárias’ compreendem-se [...] estradas, canais, ferrovias etc.” (ROSDOLSKY, 2001, p. 567, n. 38).

Ao contrário da *circulação espacial*, que se apropria e usa o espaço como um meio de trabalho, diretamente ou como meio de produção, indiretamente (C, I, 1, p. 79), a *circulação produtiva* do capital ou a circulação do capital como um valor que se valoriza implica uma relação com o espaço como “objeto de trabalho”, de modo que a rotação do capital ocorre por meio da produção do ambiente construído. Trata-se, portanto, da atividade construtiva ou, nos termos de Topalov (1979, p. 53), do “ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção civil”.¹⁰⁷ Assim é que a circulação produtiva do capital (na forma da circulação do valor) pelo ambiente construído cria, em contrapartida, um ambiente construído para a circulação espacial do capital (e da força de trabalho) como mercadorias.

Se essas formas de circulação – a circulação física das mercadorias pelos espaços comerciais e a circulação do capital como valor por meio da produção do ambiente – pressupõem algum tipo de aprisionamento do capital aos seus suportes materiais, quer como meio de trabalho quer como objeto da produção, então a forma de circulação do valor mais adequada ao capital é aquela que lhe proporcione maior autonomia de movimento e, por conseguinte, aquela cuja abstração constitua um estágio superior na tendência que fora acompanhada até aqui. Quando o capital está preso fisicamente a determinados equipamentos ou “ativos” imóveis¹⁰⁸, ou quando está “empatado” num investimento ou na fase inicial do ciclo de reprodução, sua autonomia somente é possível por meio da “circulação ideal” dos títulos de valor que passam a ser livremente negociados, tendo em vista o rendimento que proporcionam na forma de juros.¹⁰⁹

¹⁰⁷ “Este termo designa aqui as partes de capital investidas nas construtoras, e cuja forma funcional dominante é o capital produtivo – em oposição ao capital imobiliário ou ao capital de empréstimo, cujas formas funcionais dominantes são respectivamente: o capital-mercantil e o capital-dinheiro” (TOPALOV, 1979, p. 5, n. 2).

¹⁰⁸ Harvey (1990) ilustra alguns exemplos de “artículos” (itens, elementos) do capital fixo que não se limitam às máquinas, procurando assentar uma concepção ampliada de capital fixo. Dessa forma, “os barcos e píeres, ferrovias e locomotivas, represas e pontes, abastecimento de água e sistemas de drenagem, centrais de energia elétrica, edifícios de fábricas, bodegas, etc.” são itens do capital fixo. Porém, a semelhança entre estes e os meios de trabalho diretos, como as máquinas “cessa rapidamente [...] Por isso, devemos separar o conceito de capital fixo e considerar algumas das ‘peculiaridades’ especiais que surgem então” (1990, p. 228).

¹⁰⁹ “Parte dos *meios de trabalho*, incluindo as condições gerais, é imobilizada num local tão logo entra no processo de produção como meio de trabalho, e é preparada para funcionar produtivamente, como por exemplo as máquinas. Ou é produzida, de antemão, nessa forma *imóvel* vinculada ao local, como por exemplo o melhoramento no solo, edifícios de fábricas, altos-fornos, canais, ferrovias etc. [...] A circunstância, porém, de que os *meios de trabalho* estão *localmente fixados*, com suas raízes fincadas na

Por conta dessa circulação ideal dos títulos sobre o capital fixo e imóvel, a heterogeneidade dos agentes proprietários de terra sofre, por assim dizer, uma abstração formal, na medida em que podemos “detectar uma característica central que guia a conduta de todos os agentes econômicos, independentemente de quem são e do que dita seus interesses imediatos: é a crescente tendência a tratar a terra como um puro bem financeiro”. (HARVEY, 1990, p. 349-350). Por isso mesmo, segundo Harvey, “aqui está a chave da forma e dos mecanismos da transição à forma puramente capitalista da propriedade privada da terra” (ibidem.), de modo que, “quando o comércio com terras se reduz a um ramo especial da circulação do capital a juros, então eu argumentaria que a propriedade territorial logra sua forma verdadeiramente capitalista” (ibidem., p. 350).¹¹⁰

Quando se observa a dinâmica dos conflitos em torno do ambiente construído, torna-se evidente a função que a circulação ideal dos títulos de valor, na forma comum das hipotecas, assume. Sobre isso, Harvey (1982, p. 13) assegura que “a maioria dos moradores de casa própria não é totalmente proprietária de suas casas. Em geral eles contraem empréstimos com base numa hipoteca. Isso coloca o capital financeiro numa posição hegemônica com relação ao funcionamento do mercado de habitações [...] A aparente entrada dos trabalhadores nas formas menores de propriedade de habitações é, na realidade, em grande parte, seu exato oposto: a penetração do capital-dinheiro numa posição de controle, dentro do fundo de consumo”.

base fundiária, confere a essa parte do capital fixo um papel próprio na economia das nações. Não podem ser enviados para o exterior, nem podem circular como mercadorias no mercado mundial. Os *títulos de propriedade* sobre esse capital fixo podem mudar de mão, ele pode ser comprado e vendido e, nessa mediada, *circular idealmente*. Esses títulos de propriedade podem circular até em mercados estrangeiros, por exemplo, sob a forma de ações. Mas, com a mudança das pessoas que são proprietárias dessa espécie de capital fixo, não muda a proporção entre a parte imóvel, materialmente fixada da riqueza de um país, e a parte móvel do mesmo” (C, II, p. 120, grifou-se).

¹¹⁰ Noutra ocasião, Harvey (1980, p. 265) afirma que: “isso só é possível apenas porque o capital fictício é orientado para a espera por um valor futuro, de modo que de um só golpe revela-se que o valor da terra está intimamente relacionado com o sistema de crédito, o mercado de ações e o capital financeiro de um modo geral. Em tais condições a terra é tratada como um bem financeiro que é comprado e vendido (...) Como todas as formas de capital fictício, o que se vende é a esperança de retornos futuros, ou seja, de lucros futuros”. A idéia de que a terra “é tratada como um puro bem financeiro”, como uma forma do capital fictício, constitui o fundamento da refutação de Harvey quanto à hipótese corriqueira de que a teoria do valor de Marx e sua teoria da renda da terra seriam incompatíveis entre si, dado que a terra, por não ser produto do trabalho, não tem valor, não podendo, pois, ser explicada com base no mesmo. Como em qualquer capital fictício, o valor da terra é um valor “puramente ilusório” (C, III, 2, p. 11), tanto em sua origem quanto em sua valorização, diretamente relacionada “com o sistema de crédito, o mercado de ações e o capital financeiro de um modo geral”.

É curioso observar como a ferrovia, um empreendimento que mobilizou enormemente a acumulação capitalista no último quartel do século XIX, relaciona essas três formas de circulação do capital. É certo que, com a implementação da rede ferroviária, a circulação espacial se amplia de modo revolucionário, ao passo que o tempo de rotação do capital aí empatado também cresce vertiginosamente, o que impede novos investimentos em virtude da lentidão no retorno da mais-valia. A solução para essa contradição latente é, pois, a circulação ideal de títulos, na medida em que a “sociedade por ações” centraliza os capitais individuais e capitaliza o patrimônio, que é um “bem de raiz”, permitindo sua circulação como um valor-capital.¹¹¹

O sistema de crédito

Não existe mais, portanto, a necessidade imobilizar o crédito tomado ou o investimento a ser feito. A autonomia de circulação do capital, mesmo que ele seja de fato utilizado para a obtenção de capital fixo, é proporcionada pela “sociedade anônima” – ela pode captar, ampliar e mobilizar estrategicamente o “capital social”,¹¹² em qualquer ocasião oportuna, a partir da emissão de ações, tendo em vista novos investimentos ou mesmo o pagamento de dívidas bancárias acumuladas, sem ter de esperar o retorno do valor imobilizado no capital fixo.¹¹³

¹¹¹ Como bem observa Belluzzo (2005a, p. 7-8), “o ‘capital financeiro’ é a etapa mais avançada do capitalismo porque nela a capacidade de mobilização dos capitais se transforma em função da força de supressão das barreiras tecnológicas e de mercado, nascidas do próprio processo de concentração – em particular daquelas que decorrem do aumento das escalas de produção, com imobilização crescente de grandes massas de capital fixo”. No entanto, aumentos na produtividade e na aceleração do tempo de rotação do capital podem ser conseguidos apenas com mudanças na cooperação do trabalho, independentemente de avanços tecnológicos. Como diz Marx, “a construção de uma ferrovia é acelerada pela a organização de grandes exércitos que atacam assim a obra em diversos pontos do espaço. O tempo de rotação é reduzido pelo crescimento do capital adiantado” (C, II, p. 175). Para tanto, embora não haja imobilização em capital fixo, “mais meios de produção e mais força de trabalho têm de estar reunidos sob o comando do capitalista” (ibidem.).

¹¹² “O capital, que em si repousa sobre um modo social de produção e pressupõe uma concentração social de meios de produção e força de trabalho, recebe aqui [na sociedade anônima] diretamente a forma de capital social (capital de indivíduos diretamente associados) em antítese ao capital privado, e suas empresas se apresentam como empresas sociais em antítese às empresas privadas. É a abolição [*Aufhebung*] do capital como propriedade privada, dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista” (C, III, 1, p. 332).

¹¹³ Sobre esses e outros proporcionados pela sociedade anônima (ganho de escala, inovação técnica, preços baixos, produtividade, “superlucros”, etc.), ver Hilferding (1985, p. 128-129). Acompanhando a teorização de Hilferding sobre o capital financeiro, Pinto (1997, p. 24) destaca “o que há de essencial no capitalismo moderno: a transformação da riqueza privada - de haveres produtivos em títulos negociáveis -

Como observa Arrighi (1996; 2008), em sua proposta braudeliana de mapear a geografia histórica do capitalismo a partir da idéia de “ciclos sistêmicos de acumulação”, o moderno império dos bancos de que falava Marx - cujas origens remontam às primeiras caixas de depósito genovesas e holandesas fundadas no período do renascimento comercial e urbano do século XIII em diante - desenvolveu-se ao longo do século XVIII, desde a fundação do Banco da Inglaterra (1694), dedicando-se inicialmente à provisão de liquidez e crédito à atividade produtiva da manufatura, às finanças governamentais e, sobretudo, ao financiamento do comércio internacional por meio das letras de câmbio que circulavam pelo mundo. Nesse período, a hegemonia industrial e comercial inglesa garantiu uma trajetória auspiciosa e de relativa estabilidade à dinâmica sistêmica, organizada num ambiente de livre concorrência entre capitais de magnitudes bastante desproporcionais.

Contudo, a ativa presença do Estado nas industrializações “atrasadas” (francesa, norte-americana, alemã, russa, japonesa, italiana etc.) e na expansão neocolonial ou imperialista do último quartel do século XIX, com a conseqüente emergência do protecionismo comercial, criou um cenário de forte instabilidade e crises monetárias que culminaram na primeira Grande Depressão, de 1873-96, marcada pelo paradoxo do aumento exponencial e contínuo da produção em meio à deflação generalizada, induzida pela ampliação da oferta agrícola e industrial e pela redução do poder de consumo das massas em função do desemprego resultante das inovações (DOBB, 1973, p. 366-390; HOBSEBAWM, 1988, p. 65-66).

Durante esse período, ao longo da transição depressiva, ocorreram transformações que colocaram o processo de produção e a organização dos capitais num patamar histórico superior, relacionando as inovações técnicas (que permitiam o uso de novos materiais e fontes de energia), o desenvolvimento da ciência aplicada produtivamente (que garantia a continuidade das inovações) e a ampliação da escala de produção (que exigia a conquista de mercados para absorção do excedente). Em virtude dessa reestruturação, o volume de capital para os novos investimentos passou a ser imensamente maior, o que impunha a necessidade de centralização dos recursos e novas diretrizes para a organização da empresa capitalista de tal modo que, por um lado, a *sociedade por ações* tornou-se a forma predominante de composição dos grandes

e a centralização do controle sobre os meios de produção - através da expansão da grande sociedade por ações em substituição à empresa familiar”.

capitais e, por outro, o crédito de circulação e o crédito de capital a que se limitavam os *bancos* no desempenho de sua função intermediária foram suplementados pela função-investimento, sobretudo pelas fusões e aquisições de empresas e indústrias que passaram a formar grandes grupos corporativos – *pools*, cartéis, trustes, *holdings*, numa seqüência que reflete as formas históricas forjadas pelo capital para suprimir a concorrência e fugir das legislações restritivas que tentavam feericamente obstar sua tendência imanente de autodeterminação expansiva. (MAZZUCHELLI, 1984, p. 92; PINTO, 1994, p. 50).

Essa relação entre o moderno sistema de crédito bancário e o capital produtivo se tornou tanto mais estreita e interdependente quanto mais amplas se apresentavam a centralização dos capitais e a escala de reprodução, e isso na medida em que a ambos interessava a eliminação da concorrência. Desta feita, como observou Marx (C, I, 2, p. 197), a aglutinação do dinheiro “por meio de uma rede de fios invisíveis” convertida num “gigantesco mecanismo social de centralização de capitais” - seja na forma do sistema de crédito bancário ou das sociedades por ações - permitia às indústrias imobilizar grandes massas de valor em capital fixo, implementando inovações que tendiam a reduzir o tempo de rotação do capital e o custo unitário das mercadorias e, inversamente, aumentar a produtividade e a escala de reprodução, encadeando a concentração de maiores lucros e a incorporação dos capitais vencidos na “batalha da concorrência” (idem.); já para os bancos, que desfrutavam dos ganhos de fundação, emissão e corretagem, os sobrelucros (de escala, inovação, localização etc.) obtidos pela formação desses conglomerados industriais geravam fluxos de dividendos proporcionalmente maiores.

Inaugura-se, por tudo isso, a “era capitalista desenvolvida, em que, por um lado, capitais enormes estão concentrados em mãos de indivíduos, e por outro, aparece ao lado do capitalista individual, o capitalista associado (sociedade por ações) e, ao mesmo tempo, o sistema de crédito está desenvolvido” (C, II, p. 174). Esses eram os novos tempos do *capitalismo monopolista*; tempos em que “magnatas da indústria e da estrada de ferro tornavam-se também banqueiros, e banqueiros passavam a controlar as indústrias” (OLIVEIRA, 2003, p. 238).¹¹⁴

¹¹⁴ Os intelectuais do início do século XX, mais críticos ou mais conservadores, já percebiam claramente que “a estrutura do capitalismo moderno tende a lançar um poder cada vez maior nas mãos dos homens que manejam o mecanismo monetário das comunidades industriais – a classe dos financistas” (HOBSON,

Em suma, “a execução de obras que exigem um período de trabalho significativamente longo e em larga escala só passa completamente à produção capitalista”, diz Marx, “quando a concentração de capital já é muito significativa e, por outro lado, quando o desenvolvimento do sistema de crédito oferece ao capitalista o cômodo recurso de adiantar e, portanto, arriscar capital alheio em vez de próprio” (C, II, p. 174). Ou, noutros termos, “sobre a base da produção capitalista [...] operações mais extensas, de duração mais longa, condicionam maiores adiantamentos de capital monetário, por tempo mais longo. A produção em tais esferas depende, portanto, dos limites dentro dos quais o capitalista individual dispõe de capital monetário” (C, II, p. 265). Se isso constitui, por um lado, uma dificuldade inicial enfrentada pelos capitais individuais, por outro, “essa barreira é rompida pelo sistema de crédito e pelas associações a ele conectadas, por exemplo, as sociedades por ações” (C, II, p. 265).

De fato, há uma relação de interdeterminação entre o sistema de crédito e a concentração do capital, pois, “à medida que o crédito medeia, acelera e eleva a concentração de capital em uma mão, ele contribui para abreviar o período de trabalho e, com isso, o tempo de rotação” (C, II, p. 175). Essa concentração, contudo, não é apenas relativa ao capital; ela diz respeito também aos aglomerados urbanos que, no entanto, constituem uma base para a mesma. Como diz Marx, “com a concentração

1985, p. 175), na medida em que “(...) uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial” (HILFERDING, 1985, p. 219). “Por meio de diversas formas de crédito, de retenção de ações, de obrigações e de partes do fundador, o capital bancário opera desse modo como organizador da indústria” (BUKHARIN, 1986, p. 64). Isso ocorre porque “(...) desenvolve-se, por assim dizer, a união pessoal dos bancos e das empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com os outros pela compra de ações, pela entrada dos diretores dos bancos nos conselhos fiscais (ou de administração) das empresas industriais e comerciais e vice-versa” (LÊNIN, 1979, p. 606). Diga-se, ainda, que “os investimentos sem controle em países distantes ameaçavam transformar amplas camadas da sociedade em jogadores, mudar toda a economia capitalista de um sistema de produção para um sistema de especulação financeira, e a substituir os lucros da produção pelos lucros em comissões” (ARENDT *apud* HARVEY, 2004, p. 122, n.13). A relação entre o capital centralizado e as estruturas de mercado e padrões de concorrência nacionais produz, no entanto, formas ou padrões diversos de articulação entre o capital-produtivo (industrial) e o capital-monetário (bancário). Entre eles, distinguem-se, por exemplo, a grande empresa fordista multidivisional norte-americana, supostamente independentes dos bancos; o conglomerado alemão de “fusão” orgânica entre banco e indústria (*hausbank*); e os *keiretsu* japoneses, em que empresas menores se organizam em torno de um núcleo empresarial de maior poder que estabelece relações com bancos comerciais e de investimento fortemente controlados pelo Estado. Esses modelos, estruturados desde fins do século XIX e consolidados ao longo dos “anos gloriosos” (1945-75), sofreram, contudo, sérias mudanças no contexto da desregulamentação monetário-financeira pós-1973. Sobre isso, ver Braga (1996, p. 85; 1998, p. 157) e Aglietta (2004, p. 88).

assim acelerada de massas humanas e de capital em dados pontos, progride a concentração dessas massas de capital em poucas mãos” (ibidem., p. 189).

De acordo com algumas noções vistas até aqui, pode-se dizer que “a expansão de todo o negócio em escala proporcional - [...] no que tange a toda a estrutura do negócio, as edificações, por exemplo, etc. [...] – só é possível dentro de certos limites, mais amplos ou mais estreitos, e, além disso, requer um volume de capital adicional que só uma acumulação de mais-valia por vários anos pode proporcionar” (C, II, p. 238). Porém, se “o capital monetário que o capitalista ainda não pode aplicar em seu próprio negócio [pois ainda não alcançou o montante adequado à escala] é aplicado por outros, dos quais ele recebe juros por isso” (ibidem.), então desenvolvimento do sistema de crédito tende a suplantar esses limites. Isso acelera o tempo de rotação do capital, ampliando a acumulação, a concentração e centralização do mesmo. Essa concentração, como se disse, tem por base toda uma infra-estrutura que compõe o ambiente construído. A concentração das atividades e dos equipamentos no espaço e a concentração do capital como valor, alavancada pelo sistema de crédito, correspondem, portanto, às formas de circulação espacial, produtiva e ideal do capital pelo ambiente.¹¹⁵

Com o sistema de crédito, porém, a contradição entre a mobilização e a imobilização do capital não está solucionada, senão provisoriamente. “À primeira vista”, diz Harvey (1990, p. 228) “o crédito certamente aparece como um meio apropriado de superar as contradições entre o capital fixo e o circulante”. Contudo, “à medida que o crédito logra realizar essa função, absorve contradições dentro de sua própria esfera” (ibidem.). O evoluir dessas contradições absorvidas torna cada vez mais complexa estrutura e o funcionamento desse sistema, centralizado quer seja na forma da riqueza patrimonial pertencente aos grandes grupos industriais e corporativos, quer como fundo à disposição do gasto público - já que, no interesse de pôr o capital-dinheiro ocioso em atividade, “a dívida do Estado fez prosperar as sociedades por ações,

¹¹⁵ Os elementos para pensar essa determinação reflexiva entre as formas de circulação do valor pelo ambiente construído e a concentração do capital estão presentes numa passagem em que Marx afirma: “Na era capitalista desenvolvida, em que, por um lado, capitais enormes estão concentrados em mãos de indivíduos, e por outro, aparece ao lado do capitalista individual, o capitalista associado (sociedade por ações) e, ao mesmo tempo, o sistema de crédito está desenvolvido, um empreiteiro capitalista só excepcionalmente constrói por encomenda para pessoas individuais. Seu negócio é construir séries de casas e bairros para o mercado, assim como o negócio de capitalistas individuais é construir estradas de ferro por contrato” (C, II, p. 174).

o comércio com títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em uma palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia” (C, I, 2, p. 288).¹¹⁶

Não é difícil concluir, a partir disso, que a solução apresentada pelo sistema de crédito à contradição fundada na imobilização do capital é *essencialmente instável*, e isso acaba se refletindo na paisagem urbana, de modo que “a paisagem geográfica da atividade capitalista está eivada de contradições e tensões” (HARVEY, 2005, p. 87).¹¹⁷ Do mesmo modo, a análise da relação entre o sistema de crédito e a produção do espaço, tendo em vista “a categoria de capital fundiário e a importância considerável dos investimentos a longo prazo no ambiente construído, que são, por definição, imóveis geograficamente (exceto no sentido de acessibilidade relativa)”, revela que “tais investimentos, especialmente quando são do tipo especulativo, invariavelmente requerem novas ondas de investimento” (HARVEY, 2005a, p. 231). As questões relativas à irregularidade, à instabilidade, ao caráter especulativo e cíclico da circulação do capital pelo ambiente construído constituem o limiar para a discussão que segue.

4.2. A teoria do ajuste espacial e as crises de sobreacumulação

A teoria da “ordenação espaço-temporal” - contribuição seminal de David Harvey para a discussão do fenômeno urbano - pode ser sumariamente apresentada assim: o processo de autovalorização do valor como finalidade em si mesma faz da

¹¹⁶ Conforme Mazzucchelli (1985, p. 12), “o desenvolvimento do sistema de crédito e a estruturação de circuitos consolidados de valorização fictícia se revelam aí decisivos. A idéia é que o sistema de crédito estabelece uma articulação estrutural com os avanços do capitalismo (notadamente como os processos de concentração e centralização), daí resultando a subordinação do capital social a uma limitada minoria de capitalistas. Os principais fluxos de valorização se submetem, assim, ao controle dos grandes blocos de capital, que, em sua expansão, ampliam extraordinariamente o espaço de valorização, quer pela difusão diferenciada e maciça de produtos, quer ainda pela permanente diversificação da estrutura de ativos. Nesse quadro, a necessidade de mobilizar recursos líquidos em escala crescente passa a determinar a progressiva preponderância do financeiro na ordenação do sistema [...] O resultado é a exacerbação das tendências imanentes do capitalismo. De um lado, afirma-se definitivamente seu caráter expansivo [...] De outro, agrava-se a instabilidade própria da economia capitalista”.

¹¹⁷ “(...) a expansão do capital se dá de forma descontínua e através de movimentos cíclicos, deixando sua marca no ambiente construído. Vale dizer, quando materializados, os investimentos no ambiente construído se distinguem por serem *fixos*, *imóveis* e de *longa duração*, uma vez que incorporam mercadorias que não são inteiramente consumidas em um único período de produção, depreciando-se lentamente, e, mais, caracterizam-se por serem consumidas no local de sua produção. Além disso, seu financiamento tipicamente envolve somas volumosas e longos períodos de amortização. Essas características fazem com que, num determinado momento, a estrutura urbana, ainda que sendo um de seus produtos, se imponha ao capital” (SMOLKA e CUNHA, 1980, p. 41)

acumulação capitalista um movimento que se sobrepõe imperativamente ao mundo dos homens, desencadeando - contra e por meio deste - uma lógica incontrolável e expansível sob a *forma-mercadoria*. Por sua vez, isso leva às crises cíclicas de sobreacumulação do capital que, geralmente, encontram na *expansão geográfica do ambiente construído* ou no *deslocamento temporal* dos excedentes de capital e trabalho uma solução temporária para a estagnação geral que sobrevém aos sistemas territoriais.¹¹⁸ A continuidade do processo de valorização que exigira anteriormente o escoamento dos excedentes produzidos leva, mais uma vez, à sobreacumulação, desencadeando assim um ciclo de valorização/desvalorização enredado por uma dialética insana de destruição criativa.¹¹⁹

A produção de uma economia do espaço

As críticas feitas à economia política marxista – além das arquiconhecidas sobre a ausência da “dimensão cultural” em sua abordagem – são dirigidas geralmente à abstração com que são anunciadas e tratadas as leis (de tendência) do processo de produção e reprodução capitalista; ou seja, sua abordagem é essencialmente: 1) abstrata e não empírica e 2) histórica e não-geográfica. Não obstante as observações acauteladas do próprio Harvey sobre essas lacunas - principalmente quanto à segunda - é inegável, como foi visto, que em Marx existem teses gerais, embora dispersas, sobre as relações abstrato/concreto e espaço/tempo. Por isso mesmo, retornando aos escritos marxianos, Harvey lançou mão de suas reflexões sobre “a produção capitalista do espaço”, desenvolvendo posteriormente o que ele propôs como sendo uma “geografia histórica do capitalismo” (HARVEY, 2005a, p. 43).

Os pontos apresentados aqui - na intenção de se ter uma dimensão geral sobre teoria da ordenação espaço-temporal - podem ser assim relacionados: (1) a continuidade

¹¹⁸ Sem entrar no mérito das dissensões teóricas que se arrastam historicamente em torno dos conceitos fundadores da Geografia (espaço, região, território, lugar etc.), Harvey se refere comumente aos “sistemas territoriais” como um conceito equivalente ao que ele chama de “coerência regional estruturada”, conceito este, por sua vez, apresentado de maneira mais rigorosa, cumprindo possivelmente uma função de síntese entre economia e política em seu pensamento. Como ele afirma, “as *alianças regionais de classe*, vinculadas vagamente *num território* e organizadas habitualmente (ainda que não exclusiva ou unicamente) pelo Estado, são uma resposta necessária e inevitável à necessidade de defender os *valores já materializados* e a *coerência regional estruturada* já alcançada”. (HARVEY, 2005b, p. 151, grifou-se).

¹¹⁹ “O efeito é o ataque dos poderes de ‘destruição criativa’ do capitalismo à paisagem geográfica provocando violentos movimentos de oposição vindos de todos os quadrantes” (HARVEY, 1992, p. 234).

do processo de produção do valor leva a (2) crises de sobreacumulação, exigindo para o escoamento do excedente produzido (3) a expansão geográfica, mediante ajustes ou deslocamentos espaço-temporais. Toda essa trama é sustentada pelos (4) circuitos do capital e seus sistemas territoriais correspondentes que, por fim, apresentam (5) um desenvolvimento geográfico desigual.

Capital, crise e ordenação espaço-temporal

A fórmula “acumulação pela acumulação, produção pela produção”, proposta por Marx, toca fundo o cerne e expõe a *força irracional* da produção capitalista.¹²⁰ Essa força, porém, não é uma figura de retórica ou mera abstração fantasiosa. Absolutamente. Ela surge como síntese dialética das ações singulares, viva e cotidianamente experimentadas pelos indivíduos enquanto personificação de forças sociais.¹²¹

No capitalismo, a anarquia da produção e da concorrência dos capitais privados põe em movimento um processo de contradições internas que leva freqüentemente à sua irrupção na forma de crises. Nessa “grande feira que é o mundo”, diria Engels, o equilíbrio entre as forças concorrentes é algo inteiramente acidental. Desta feita, a generalização das trocas campeia vastos territórios e irradia intensiva e extensivamente a antítese fundamental radicada na mercadoria entre valor de uso e valor de troca, cujas manifestações ou momentos se tornam cada vez mais complexos à medida que sua auto-exposição crítica evolui. Essa “antítese interna”, como foi visto, se exterioriza em momentos autônomos, numa relação de compra e venda.¹²²

¹²⁰ Em Marx, a irracionalidade do capital ou de uma relação qualquer tem dois sentidos indiretamente relacionados: por um lado quer dizer algo cuja origem não se pode conhecer imediatamente (p.ex. a irracionalidade do capital fictício) e, por outro, se refere a algo incontrolável e que se realiza como negação do que é propriamente humano.

¹²¹ “Apenas como *personificação do capital*, o capitalista é respeitável. Como tal, ele partilha com o entesourador o instinto absoluto do enriquecimento. O que neste, porém, aparece como mania individual, é no capitalista efeito do *mecanismo social*, do qual ele é apenas uma engrenagem. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista faz do contínuo aumento do capital investido numa empresa industrial uma necessidade e a concorrência impõe a todo capitalista individual as leis imanentes do modo de produção capitalista como leis coercitivas externas. Obriga-o a ampliar seu capital continuamente para conservá-lo, e ampliá-lo ele só o pode mediante acumulação progressiva” (C, I, 2, p. 172).

¹²² De acordo com Marx, “se, por exemplo, compra e venda – ou o movimento da metamorfose da mercadoria – apresenta a unidade de dois processos, ou melhor, o percurso de um processo através de duas fases opostas, sendo essencialmente, portanto, a unidade de ambas as fases, igualmente é a separação das mesmas e sua autonomização uma face à outra. Como elas, então, se co-pertencem, a autonomização

A “autonomização dos movimentos co-pertinentes só pode aparecer violentamente” como “crise (...) na qual a unidade se efetua, a unidade dos diferentes”. Não obstante a generalidade desse nível de abstração, apresentando a modalidade da crise ainda no âmbito da circulação simples de mercadorias, a contradição entre compra e venda reaparece ao nível da acumulação capitalista como a contradição entre produção (capital produtivo) e circulação (capital comercial, financeiro, renda da terra, etc.) – fases diferentes e *opostas* de um mesmo processo: a reprodução ampliada do capital.

De maneira geral, a acumulação capitalista deve ter satisfeitas três de suas pressuposições fundamentais: 1) a existência de um excedente de mão-de-obra, ou seja, um exército industrial de reserva que imprima sobre os trabalhadores empregados uma pressão para o rebaixamento dos salários; 2) oferta de meios de produção (máquinas, matérias-primas, infra-estrutura, etc.) para o consumo produtivo do capital e 3) a existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas. Assim, diz Harvey (2005a, p. 45), “em cada um desses aspectos, o progresso da acumulação capitalista talvez encontre uma barreira¹²³ que, uma vez atingida, provavelmente precipitará uma crise de determinada natureza”.

A crise de superprodução aparece, do lado do capital, como excesso de mercadorias produzidas, de capital-dinheiro sem aplicação imediata possível ou como capacidade ociosa das forças produtivas; do lado do trabalho, surgem imensas massas desempregadas, subutilizadas e com baixos salários. Além disso, falências, taxas decrescentes de lucro, queda da demanda efetiva, subemprego crônico são fenômenos que caracterizam esse período lúgubre, porém, visceralmente *necessário* ao capitalismo,

dos movimentos co-pertinentes só pode aparecer violentamente, como processo destrutivo. É a crise, precisamente, na qual a unidade se efetua, a unidade dos diferentes. A autonomia, que os momentos pertencentes um ao outro e complementares adotam reciprocamente, é anulada violentamente. A crise manifesta, assim, a unidade dos momentos reciprocamente autonomizados. Não ocorreria nenhuma crise sem esta unidade interior dos aparentemente indiferentes um ao outro” (*Teorias*, p. 936).

¹²³ Grespan (1999, p. 136) consegue identificar uma diferença sutil entre os significados de “limite” (*Grenzen*) e “barreira” (*Schranke*) presentes no idealismo hegeliano e incorporados por Marx. De maneira geral, o limite é algo exterior, que deve ser incorporado e ultrapassado continuamente. A barreira “é o limite posto ao capital pelo próprio capital (...) que ele deve superar (...) e, assim, constituir-se como capital”. Compreende-se, pois, porque, para Marx, “o capital é o impulso desmedido e sem barreiras de ultrapassar suas barreiras”. (*idem.*)

já que sobrevém inevitavelmente em função de leis imanentes à acumulação e, ao mesmo tempo, cria e reúne condições para a sua própria reabilitação.¹²⁴

Em geral, as “crises periódicas devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional” (*idem.*), atingindo, pois, um nível novo e superior. Isso resulta da 1) maior produtividade do trabalho em função das inovações surgidas para ampliar a margem de lucro rebaixada durante a crise – além da desvalorização forçada dos equipamentos antigos do capital fixo; 2) menor custo da força-de-trabalho, dado o desemprego em massa; 3) abertura de setores novos e lucrativos para o capital ocioso (acumulação primitiva) e 4) do recrudescimento da demanda que esvazia os estoques de mercadoria, permitindo reiniciar a produção, voltar à sua escala normal anterior à crise ou mesmo superá-la.

Esse recrudescimento da demanda, por sua vez, vai sendo substanciado à medida que o capital se reproduz por meio de sua *intensificação e expansão*. Entre os meios de intensificação da exploração de atividades e mercados, pode-se fazer referência à incursão do capital na agricultura de subsistência, à diversificação das redes de distribuição e a uma maior especialização do trabalho, criando funções de administração e gerência do terciário moderno, por exemplo. Além disso, o estímulo do “consumo programado” tanto racionaliza a demanda como mobiliza atividades em cadeia (propaganda, engenharia de produção, a “indústria” da moda, etc.). Até mesmo o crescimento populacional – ainda que a longo prazo - garante à exploração capitalista uma base sobre a qual se intensificam suas atividades.

Quanto à expansão, são colocadas em movimento estratégias como o comércio exterior, a conquista de novas regiões e territórios, a exportação de capitais e, em última instância, a criação de um “mercado mundial”. Além disso, a rigidez de certos arranjos que montam a estrutura de relações entre capital, Estado e trabalho, a supervalorização em certos ambientes construídos e a saturação da capacidade de consumo do mercado

¹²⁴ Em Marx, a *necessidade* de um fenômeno, que embora permaneça um *dever ser* (um vir a ser, como tendência), precisa reunir as condições materiais e objetivas para a sua realização; condições estas, aliás, socialmente gestadas no *interior do processo* como pressuposições a posições devidas, que fazem aparecer contradições até então veladas. Essa *necessidade*, pois, não é nem de longe uma veleidade, um desiderato moral e ingênuo nem tampouco a realização de uma teleologia idealista, um plano que surge e se concretiza independentemente de forças sociais determinantes (forças produtivas, relações de produção e suas contradições). Reunir condições objetivas e materiais da própria realização (e a ideologia se inclui aí como *força material* “quando se apodera das massas”) é um pressuposto que vale tanto para as crises do capital quanto para as revoluções *políticas e sociais*. Cf. Mézáros (2004).

interno levam também à expansão, já que, via de regra, “quanto mais difícil se torna a intensificação, mais importante é a expansão geográfica para sustentar a acumulação de capital” (HARVEY, 2005a, p. 48).

A essa necessidade de expansão correspondem também as relações entre transportes, comunicação e integração espacial, o que implica em infra-estruturas físicas (rodovias, portos, usinas, etc.) e sociais (educação, pesquisa, fiscalização, etc.) que proporcionam ao capital excedente (na forma mercadoria, moeda ou capacidade produtiva) um meio de aplicação *a longo prazo*, permitindo, com isso, seu deslocamento espaço-temporal. As inversões do capital excedente, porém, não podem ser feitas diretamente – não há como transformar um excedente em forma de sapatos ou camisas em estradas ou escolas! Para tanto, pois, é fundamental a mediação de instituições de crédito e, principalmente, do Estado, tornando viáveis as operações financeiras. O sistema de relações que surge daí, envolvendo agentes e interesses variados, configura o que Harvey (1990, p. 408-410; 2005, p. 93) chama de “circuitos do capital”.

Circuitos do capital e desenvolvimento geográfico desigual

Como diz o próprio Harvey (2005, p. 93), “a idéia de ordenação espaço-temporal é bastante simples”. A condição geral de sua premência, já dissemos, advém quando “a sobreacumulação num dado sistema territorial representa uma condição de excedentes de trabalho (desemprego em elevação) e excedentes de capital (registrados como acúmulo de mercadorias no mercado que não podem ser dissolvido sem uma perda, como capacidade produtiva ociosa e/ou como excedentes de capital monetário a que faltam oportunidades de investimento produtivo e lucrativo)”.

Esses excedentes podem encontrar duas vias de absorção: 1) o deslocamento temporal mediante investimentos de capital com rendimento a longo prazo ou gastos sociais, como educação e pesquisa; 2) o deslocamento espacial, substanciado na conquista de novos mercados, capacidades produtivas, recursos, etc. em novos lugares. A combinação dessas duas vias de escape, por exemplo, costuma ocorrer por meio das

ações de Estados imperialistas, que mantêm com territórios dependentes uma relação geográfica desigual.¹²⁵

No deslocamento *temporal*, os fluxos de capital são retirados do domínio da produção e do consumo imediatos - que Harvey chama de circuito primário¹²⁶ - e são redirecionados para um circuito secundário (de formação de fundo de consumo e capital fixo) ou para um circuito terciário (de gastos sociais e de investimento em pesquisa e desenvolvimento) que absorvem investimentos de longa duração.¹²⁷

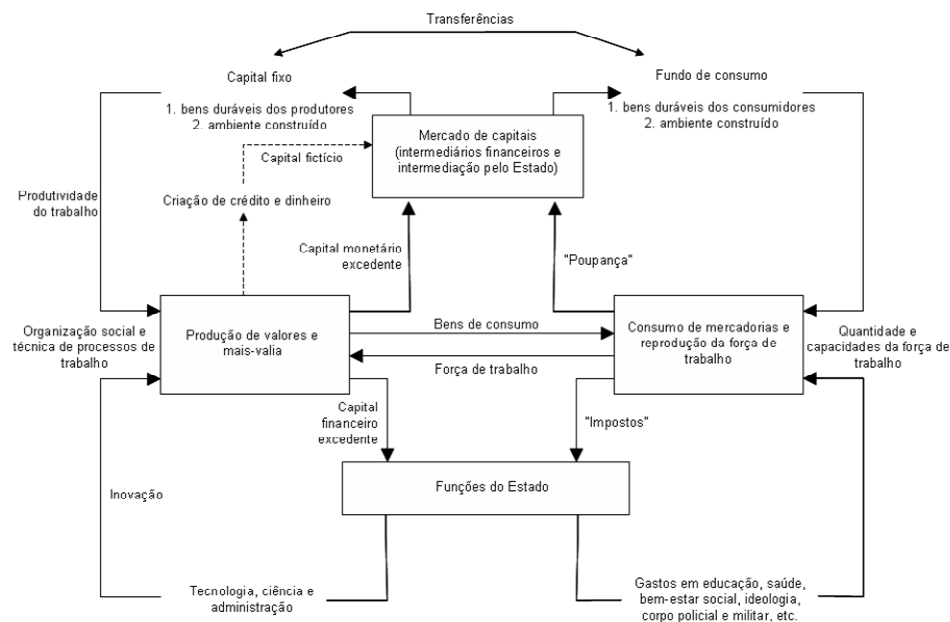


Fig. 1 – Circuitos de acumulação do capital, com base em Harvey (2005, p. 95).

¹²⁵ “Por outra parte, a renovação do ambiente construído resulta também das atividades do Estado. Esta ação se manifesta com particular ímpeto nas ondas sucessivas de investimentos públicos que são necessários para compensar as crises periódicas de demanda agregada, assim estabilizando o circuito dos vários capitais, incluindo o do capital imobiliário. Adicione-se que são investimentos que não devem redundar *diretamente* em aumento da capacidade produtiva da economia. No entanto, são aplicações que viabilizarão um novo ciclo de expansão para o capital privado” (SMOLKA e CUNHA, 1980, p. 40).

¹²⁶ Os conceitos de circuitos primário, secundário e terciário não equivalem exatamente aos departamentos I e II (e III, bens de consumo de luxo ou duráveis) da reprodução em Marx. Ao que parece, o circuito primário, por excelência, contém os departamentos I e II (produção de valor e reprodução da força de trabalho). O excedente produzido aí e redirigido aos circuitos secundário e terciário (equivalentes ao departamento III) mantém, no entanto, relação com os departamentos I e II ao restabelecer a produção no circuito primário (produção de bens de capital e bens de consumo, respectivamente).

¹²⁷ O longo prazo desses investimentos se refere ao período de retorno (tempo de giro ou rotação) do valor à produção, ou melhor, à sua forma monetária (D-M-D’). Quanto maior a escala de produção de uma mercadoria, maior é o capital adiantado que é exigido e maior é o tempo de rotação (tempo de produção mais tempo de circulação). Cf. Marx (1985, vol. III).

No interior do circuito secundário, os fluxos se dividem em *capital fixo* para a produção (instalações fabris e equipamentos, capacidade de geração de energia, entroncamentos ferroviários, portos, etc.) e a produção de um *fundo de consumo* (habitação, lazer, etc.), sendo que algumas das estruturas criadas podem servir tanto ao consumo como à produção (uma via expressa, p.ex.). É importante notar, sobretudo, que parte do capital que vai para o circuito secundário é incorporada à terra e forma uma “banco de ativos fixos” num dado lugar ou, como diz Harvey (2005, p. 94), “uma ambiente construído para a produção e o consumo (o que inclui parques industriais, portos e aeroportos, redes de transporte e comunicações, sistemas de água e esgoto, hospitais, escolas, etc.)”. Esses investimentos, por sua vez, formam um núcleo físico estruturante que define e singulariza a *região*.

Os fluxos que são dirigidos ao circuito terciário do capital (investimentos de longo prazo em infra-estruturas sociais) também se dividem entre produção e consumo. Assim, podem financiar atividades de pesquisa e desenvolvimento ou a qualificação de mão-de-obra a curto prazo, bem como ampliar o investimento em saúde, educação e assistência social, gerando melhorias no consumo coletivo dos equipamentos e serviços públicos e, portanto, na reprodução da força de trabalho. É bom lembrar que parte desses recursos também fica imobilizada na forma de ambiente construído (escolas, hospitais, praças, etc.).

Se os excedentes de capital (e trabalho) encontram na mobilidade desses circuitos conexos um via de absorção temporária, isso pode levar também, no entanto, a um *sobreinvestimento* nos circuitos secundário e terciário, o que acarretará, por exemplo, excedentes de habitação, instalações portuárias, fábricas, ociosidade de vagas no sistema educacional, etc.¹²⁸

Como se pode ver no esquema da figura 1, toda essa movimentação só é possível pela mediação fundamental das instituições do Estado e/ou financeiras. São elas que detêm o monopólio de gerar e oferecer crédito, na forma de capital fictício (ativos em títulos ou notas promissórias desprovidos de suporte ou lastro em riqueza

¹²⁸ “As variações na taxa de lucro do capital produtivo afetam as decisões de investimento, inclusive as do capital imobiliário. Nos períodos da crise de realização (nos quais se amplia a margem ociosa da capacidade produtiva) há uma redução na taxa real de lucros e acelera-se a depreciação do estoque de capital, inclusive o imobilizado em edificações” (SMOLKA e CUNHA, p.41-42)

material, mas que podem ser usados como dinheiro). O resgate do valor desses capitais fictícios pode ser feito por pagamento direto da dívida ou, indiretamente, por meio de maior receita fiscal gerada para a compensação da dívida pública. Porém, a teoria dos gastos (ou investimentos produtivos) feitos pelo Estado, tendo em vista ampliar a arrecadação, vem demonstrando freqüentemente que o sobreinvestimento seguido do endividamento estrutural do erário nacional leva conseqüentemente à ruína fiscal.¹²⁹

Quanto ao deslocamento *espacial*, se existem excedentes de capital e força de trabalho que não podem ser absorvidos internamente num dado sistema territorial (num Estado-nação ou numa região), “é imperativo enviá-los a outras plagas onde possam encontrar novos terrenos para sua realização lucrativa, evitando assim que se desvalorizem” (HARVEY, 2005, p. 99). Isso pode ser feito sob o expediente do mercado externo, por exemplo, que procura noutros territórios solvência para o excesso de capital na forma-mercadoria. O contato com economias não-capitalistas (ou não monetarizadas) cria sérias dificuldades à troca, principalmente aos países importadores. Muitas vezes, a economia de origem financia o provimento dos meios de compra através de “doações” e empréstimos que levam as economias não-capitalistas ao endividamento. As transações financeiras ocorrem melhor entre economias capitalistas, mas que se caracterizam por forte desenvolvimento geográfico desigual, já que, às vantagens de exportação/importação dos produtos e matérias primas que faltam numa ou noutra região, seguem também os excedentes de lucro, dada a diferença de produtividade entre essas economias – esse é o efeito da superexploração do trabalho e da mais-valia extra nos países periféricos. Numa economia cada vez mais financeirizada, as conseqüências da dependência vivida pelas economias nacionais (e locais) em relação sistema de crédito mundial e seus fluxos especulativos ampliam-se enormemente.

¹²⁹ “Observe-se, no entanto, que a taxa de lucro nunca é nula para todos os capitais. Diminuindo sua rentabilidade o capital reage, ora exportando o excedente, ora acionando o Estado como coordenador dos mecanismos de recuperação econômica. Em uma situação de crise, quando surge capacidade doméstica ociosa, a mobilização dos mecanismos de financiamento da dívida pública pode redirecionar o excedente para investimentos não diretamente produtivos, garantindo assim sua rentabilidade. Uma das formas em que isso pode ser feito é através de aplicações na reconstrução e re-estruturação do ambiente construído. Destaque-se que alterações substanciais em alguma parte da economia urbana provocarão uma reavaliação na estrutura de vantagens locais, afetando portanto o ritmo de depreciação dos demais capitais imobilizados no espaço [...] Enfim, a intervenção do Estado é decisiva na estruturação da planta urbana. Sua intermediação no processo de acumulação afeta o ritmo de depreciação e reconstrução do ambiente construído. Suas ações determinam o padrão de acessibilidade que influencia as decisões locais e cumulativamente as economias de aglomeração que, conjuntamente com o anterior, criam as condições para o surgimento das rendas diferenciais urbanas” (SMOLKA e CUNHA, p. 42).

É interessante observar, contudo, que o escoamento do capital excedente para regiões inexploradas cria as bases para a formação de economias capitalistas que vão ao longo do tempo gerar suas próprias crises de sobreacumulação, e isso é tanto mais provável quanto mais acelerado for o desenvolvimento tardio dessas economias. Tendo isso em vista, Harvey supõe haver dois desfechos gerais possíveis: 1) as ordenações espaço-temporais abrem-se *sucessivamente*, “capitais excedentes são absorvidos (...) [e] o sistema capitalista permanece estável como um todo, embora as partes vivenciem dificuldades periódicas (como desindustrialização aqui ou desvalorizações parciais ali)” (2005, p. 103); 2) instaura-se uma “competição internacional acirrada [...] entre Estados na forma de guerras comerciais e guerras de divisas, com o risco sempre presente de confrontos militares” (ibidem.).¹³⁰ A dialética entre a *lógica territorial do poder* e a *lógica capitalista da acumulação* estabelece onde, como e quando esses confrontos devem ocorrer.

4.3. Crise imobiliária – a contradição particular

Como qualquer outro capital produtivo, o capital imobiliário enfrenta as contradições gerais próprias da produção capitalista relativas, sobretudo, à sobreacumulação. No entanto, o processo capitalista de produção do espaço e do ambiente construído possui obstáculos específicos: primeiro, a questão do monopólio sobre a propriedade fundiária e da elevação da renda da terra; segundo, a necessidade de um “capital de giro” exterior ao setor que viabilize a rotação do capital construtivo, conforme a observação clássica de Topalov (1979).

É imprescindível, portanto, que esse capital acione o sistema de crédito ou as alternativas de captação de recursos, como a abertura de capital e a conseqüente emissão de ações, para que se possa arcar com os custos relativos à compra de materiais, à força de trabalho (parte dela, inclusive, qualificada, como é o caso dos engenheiros), ao cesso e qualificação para utilização de inovações tecnológicas e, fundamentalmente, para a

¹³⁰ Harvey supõe e apresenta esses confrontos principalmente em escala internacional (ou mundial). É importante perceber que, além da guerra comercial, a guerra fiscal parece dar o tom dos conflitos entre regiões de desenvolvimento “histórico-geográfico” desigual no interior mesmo de Estados nacionais.

aquisição ou aluguel de terrenos urbanos que encarecem enormemente o produto final, devido à cadeia de agentes envolvidos na especulação fundiária.¹³¹

É no interior dessa cadeia que a produção da cidade, especificamente a produção do espaço urbano na forma do ambiente construído, aparece como um mercado privilegiado para os agentes das “altas finanças”. Nesse cenário de intensa mobilidade e centralização do capital, a *produção imobiliária* e o *capital financeiro* estreitam suas relações por meio de mecanismos que, por um lado, diversificam as formas de captação de recurso para o financiamento da atividade construtiva em suas várias fases e, por outro, tornam possível a valorização financeira dos imóveis a partir da emissão de títulos de dívida e de propriedade negociados no mercado de capitais, lastreados em hipotecas sobre os “bens de raiz” que são os imóveis. Com isso, além de proporcionar ganhos setoriais de produtividade e oportunidades de valorização para essas frações do capital, as alternativas de *financiamento* da produção imobiliária e de *financeirização* dos ativos imobiliários¹³² abrem uma fronteira de exploração intensiva e extensiva para o capital em geral, ampliando-se enormemente o potencial de reprodução sistêmica do capitalismo.

Para tanto, um conjunto de inovações financeiras e estratégicas foram progressivamente implementadas em diferentes momentos, nos vários mercados nacionais e locais, entre as quais se destacam aquelas lançadas por instituições bancárias e não-bancárias de investimento e crédito, como os Fundos de Investimento Imobiliário (FII), os Fundos de Locação (MP 255/05) e os Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI's); aquelas praticadas pelas empresas incorporadoras, como a *Initial Public Offering* (IPO) ou “abertura de capital”, as *joint ventures*, as permutas financeiras e os *land Banks*; e ainda as inovações propostas pelo poder municipal, como os Certificados

¹³¹ “Por razões de conveniência analítica”, diz Harvey (1982, p. 7), “admito que existe uma clara distinção entre: (1) uma facção do capital que procura a apropriação de renda, quer diretamente (como os proprietários de terra, as empresas imobiliárias etc.) ou indiretamente (como os intermediários financeiros ou outros que investem em propriedades simplesmente visando uma taxa de retorno); (2) uma facção do capital procurando juros e lucro através da construção de novos elementos no ambiente construído (os interesses da construção); (3) o capital ‘em geral’ que encara o ambiente construído como um dreno para o capital excedente e como um pacote de valores de uso e com vistas ao estímulo da produção e da acumulação de capital; (4) a força de trabalho, que se utiliza do ambiente construído como um meio de consumo e como meio de sua própria reprodução”.

¹³² Essa financeirização deve ser pensada como sendo a transformação do “capital fixo independente” ou “incorporado à terra” (as “condições gerais da produção”, ou seja, o espaço urbano como valor de uso complexo) em capital fictício (soma de valor que se valoriza sem a produzir do valor). Nos termos de Harvey (1990, p. 349-350), isso corresponde à “tendência a tratar a terra como um puro bem financeiro”.

de Potencial Adicional de Construção (CEPAC's) - títulos emitidos pela prefeitura conforme disposição do Estatuto da Cidade.¹³³

Essas inovações, de maneira geral, garantem às incorporadoras a aceleração do tempo de rotação do capital imobilizado nos empreendimentos por meio do crédito ao consumo e o fluxo de terrenos (para incorporação e lançamento) e de capital de giro para a construção; aos investidores institucionais (fundos de pensão, em especial) e demais *players* do mercado financeiro, essas inovações permitem a securitização de ativos imobiliários¹³⁴, cuja valorização especulativa tende a alavancar o poder de compra dos investidores, criando um “efeito riqueza”; amplia as alternativas de investimento, reduzindo o risco da gestão de portfólio e, de acordo com a valorização do ativo imobiliário, proporciona um fluxo de rendimento crescente ou a oportunidade de lucros financeiros pela compra e venda desses títulos.¹³⁵

No que interessa especificamente à discussão que se estendeu até aqui, pode-se formular dizer a particularidade da crise imobiliária está baseada na necessidade de especialização da produção do ambiente construído. É, pois, essa divisão social do trabalho que fraciona e especializa o capital imobiliário, de acordo com as funções desempenhadas pelas parcelas de capital ou conforme o emprego dos capitais individuais na produção do ambiente. O capital construtor, por exemplo, ao produzir um imóvel para outrem, tende a ofertá-lo como “capital fixo independente” (HARVEY, 1990, p. 231), que pode corresponder a um capital-mercadoria (de acordo com a

¹³³ “Como qualquer um pode comprar o título, tendo ou não lote na região, e seu valor – como com qualquer título financeiro – pode variar, gera-se um novo tipo de especulação imobiliária, ‘financeirizada’”. (FIX, 2007, p. 105).

¹³⁴ De modo geral, o processo de securitização (ou titularização) permite que um ativo imobilizado e de baixa liquidez se torne mais líquido e negociável para os investidores, na medida em que os direitos de propriedade e de apropriação dos rendimentos do ativo se tornam transferíveis por meio de *securities* (títulos). Para o mercado imobiliário, há limites estruturais e obstáculos institucionais que dificultam o aumento da liquidez dos imóveis em relação a outros ativos. Cf. Fix (2007, p. 156).

¹³⁵ “Em suma, a relação entre rendas fundiárias e uso do solo urbano é complexa, podendo assumir diferentes formas dependendo do contexto em mãos. Assim, há de se considerar que os processos de formação e transformação da estrutura espacial dependem de fatores tais como: i) o maior ou menor grau de concentração do capital (particularmente o imobiliário) o que vem a determinar se as transformações no espaço ocorrem de maneira incremental e atomizada ou, pelo contrário, estruturam-se a partir das possibilidades de criação de externalidades e apropriação das rendas diferenciais e absolutas; ii) a amplitude da intervenção estatal, tanto no que diz respeito às características do planejamento urbano, da regulamentação do uso do solo e dos sistemas de tributação, como, principalmente, no que concerne os conflitos de interesse que ali se veiculam; iii) as formas de organização da produção e de reprodução da força de trabalho, na medida de suas interdependências com o ambiente construído” (SMOLKA e CUNHA, p. 49).

circulação produtiva, ou seja, da circulação do capital que produz o ambiente) ou o imóvel pode assumir a forma de uma “mercadoria capital” (C, III, 1, p. 264), circulando idealmente como uma soma de valor que é rende juros.

O imóvel na forma de *capital-mercadoria*, por um lado, precisa ser *vendido* e, para tanto, deve manter o ritmo da inovação, não só para realizar a mais-valia que contém, mas para fazê-lo de modo a conseguir, por meio da inovação, um sobrelucro. Como *mercadoria-capital*, por outro lado, o imóvel precisa ser *alugado*, emprestado como uma soma de valor na forma de mercadoria¹³⁶, tendo, pois, que manter ou buscar meios para sustentar sua valorização ao longo do tempo. Tem-se, então, uma grande contradição, uma antítese fundamental entre essas duas formas de valorização do imóvel. Enquanto *capital-mercadoria*, o imóvel precisa ser renovado, e isso implica diretamente a desvalorização do estoque de imóveis na forma de *mercadoria-capital* disponíveis para o aluguel. A *concorrência antagônica* entre essas duas formas de valorização, entre a *forma-lucro* do *capital-mercadoria* e a *forma-juro* da *mercadoria-capital* constitui, pois, a *forma particular* da crise imobiliária como crise do capital.

Noutros termos, diria Harvey (1990, p. 398) “essa situação é inerentemente conflitiva. Se a porção do capital que está livre para mover-se aproveita plenamente sua mobilidade potencial, então a outra porção do capital que está presa num lugar seguramente sofrerá todo tipo de revalorizações incertas (tanto aumentos como diminuições). Se o capital que está preso dentro do ambiente construído é propriedade de um setor separado do capital, então está preparado o cenário para o conflito entre esses atores”.

¹³⁶ “Certas mercadorias, pela natureza de seu valor de uso, só podem ser *emprestadas* como *capital fixo*, como casas, navios, máquinas etc. Mas todo capital emprestado, qualquer que seja sua forma e como quer que o reembolso seja modificado pela natureza de seu valor de uso, é sempre apenas uma *forma particular do capital monetário*” (C, III, 1, p. 259, grifou-se).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de todo o rigor da análise categorial, pormenorizada, levada ao extremo e à exaustão, não há muito o que dizer, senão que repetir. Para escapar de tamanha ingloria e, ao mesmo tempo, ensaiar por outras paragens, imagina-se que seja permitida uma licença poética, para se dizer o mesmo ou com o mesmo espírito numa forma outra. Que se faça, então, vossas as minhas palavras – “*de te fabula narratur*”.¹³⁷

Elegia aos geógrafos...

Nossa época tem sido profundamente marcada pelo drama e pelas angústias próprias de uma condição erigida sobre antinomias que, aparentemente, impõem sua irredutibilidade como uma lei férrea existencial, não restando a nós, aflitos e descontraídos, senão clamar aos céus ou renunciar *in continenti* a qualquer esboço de reação, a depender do nível de reificação dos infortúnios que nos assombram. Os eternos contrários parecem cristalizar seu antagonismo categorial, tornando insensato e vão qualquer esforço de síntese entre universal e singular, razão e emoção, reforma e revolução, economia e política, ciência e arte... Sim, nossa época sangrou e desfez laços sociais e comunitários de forma violenta, espalhando os males da incerteza, da vicissitude e do cinismo pelos interstícios do ser social que somos, inundando de desesperança nossas zonas centrais de comando e inebriando de gozo e satisfação as nervuras periféricas de nossos membros; cindindo corpo e mente, relativizou toda a existência sob a batuta da linguagem e da fantasia manipulada. Sem cerimônia, e muitas vezes de forma inconsequente, ensaiou a pretensa desconstrução do edifício já castigado e envelhecido das ciências herdeiras de um humanismo claudicante, operando a golpes e cavilosamente sérias incisões naquilo que lhe é da maior estima – e, assim, desfez o “Império da razão”.

É, porém, em meio a esse turbilhão de desventuras que a Geografia brasileira encarna, enquanto ciência, o mal da modernização tardia que nos é próprio: viver a incongruência das “idéias fora do lugar”, do “deixar de ser antes de ter sido”. Em seu curso, de positivista passa a “saber geográfico” como desrazão, tendo vivido a “crítica”

¹³⁷ “A fábula fala de ti”.

apenas como uma inspiração ou um momento glorioso que de retorno incerto ou quiçá improvável. No entanto, a consumação deste destino trágico, comum às outras ciências, convive arditamente com a possibilidade inaudita de realizar a “síntese necessária” para a qual há muito se fez vocacionada, esperando auspiciosamente o ato-momento de sua tarefa histórica. Homem e natureza, ciência e técnica, produção e reprodução, trabalho e lazer, cidade e campo, capital e trabalho, crescimento e distribuição, espaço e tempo - eis os termos, pois, sobre os quais a Geografia, como particularidade dialética, lança seu olhar. Em boa medida foi isso que se tentou fazer aqui; ensaiaram-se as primeiras notas do que em breve, esperamos, em sua singela contribuição particular, nos encherá de orgulho. Enquanto isso tardar, contentemo-nos com a sublime sensação de que, mesmo sem querer, ou estamos encerrando uma grande época ou erguendo o sol de uma outra. “*Dixi et salvavi animam meam*”.¹³⁸

¹³⁸ “Disse e salvei minha alma”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Pedro. A regulação urbana e o regime urbano: a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, (16) 2, 1995, p. 510-555.

_____. **Mercado e ordem urbana:** do caos à teoria da localização residencial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/FAPERJ, 2001.

_____. **A cidade caleidoscópica:** coordenação espacial e convenção urbana – uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

AGLIETTA, Michel. **Macroeconomia financeira:** mercado financeiro, crescimento e ciclos. São Paulo: Loyola, 2004. (Volume I).

ALBUQUERQUE, Eduardo. **A foice e o robô:** as inovações tecnológicas e a luta operária. São Paulo: Página 7 Artes Gráficas, 1990.

ALVES, A. J. L. O marxismo brasileiro e a querela lógica: Giannotti versus Ruy Fausto. In: **IV Colóquio Marx e Engels**. Campinas: Cemarx - UNICAMP, 2005, p. 1-10.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1999.

_____. **Considerações sobre o marxismo ocidental / Nas trilhas do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANTUNES, Jadir. **Da possibilidade à realidade:** o desenvolvimento dialético das crises em *O Capital* de Marx. Campinas: Unicamp, 2005 (Tese de Doutorado).

ANTUNES, Jadir e BENOIT, Hector. **Crise:** movimento dialético do conceito de crise em *O Capital* de Karl Marx. São Paulo, Týkhe, 2009.

AQUINO, Dayani C. **Os desdobramentos das contradições do processo de reprodução do capital:** elementos para o entendimento das crises. Curitiba: UFPR, 2007. (Dissertação de Mestrado).

AQUINO, João Emiliano F. A atualidade da crítica do Estado, In: **Contra-a-corrente**, nº 9. Fortaleza, 2000.

_____. **Reificação e linguagem em André Breton e Guy Debord**. São Paulo: PUC, 2005. (Tese de Doutorado).

_____. Cooperação complexa e aparência pós-moderna. In: TEIXEIRA, F.; FREDERICO, C. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008. (Prefácio).

ARANTES, Otília B. Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 11-73.

_____. **Urbanismo em Fim de Linha** - e Outros Estudos sobre o Colapso da Modernização Arquitetônica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

ARANTES, Pedro Fiori. O grau zero da arquitetura na era financeira. In: **Novos Estudos - CEBRAP**, 2008, vol., n° 80, p.175-195.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ASTARITA, Rolando. Un año de descenso en la crisis: septiembre 2007- septiembre 2008. In: **Material sobre la crisis financiera**. Buenos Aires-Argentina: CTA, 2008.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

AZEVEDO, Estênio E. B. **Crítica das formas jurídicas em Marx**. Fortaleza: UECE, 2008 (Dissertação de Mestrado).

BARAN, P. e SWEEZY, P. **Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

BARREIRA, I. A. F. **O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política em construção**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BARROSO, Aloísio Sérgio Rocha. **Capitalismo e crise contemporânea: a razão novamente oculta**. Campinas: UNICAMP, 2003. (Dissertação de Mestrado).

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **A revolta dos financistas: a política dos objetivos econômicos nacionais na era da transnacionalização capitalista**. Campinas: UNICAMP, 1996. (Dissertação de Mestrado).

BATISTA JR., Paulo Nogueira. “Globalização” Financeira e Regimes Cambiais. In: **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 18, n.º 2 (70), abril-junho, 1998, p. 20-30.

BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo Senil**: a grande crise da economia global. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

BELLOFIORE, Ricardo. O capitalismo dos fundos de pensão. In: **Revista Outubro**, nº 7, 2002, p. 61-76.

BELLUZZO, L. G. M. **Valor e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. Três crises do capitalismo. In: **O senhor e o unicórnio**: a economia dos anos 90. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 27-41.

_____. A desestruturação da ordem econômica mundial. In: **O senhor e o unicórnio**: a economia dos anos 90. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 42-52.

_____. Fim de século. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, 12 (2), 1998, p. 21-26.

_____. O dólar e os desequilíbrios globais. In: **Revista de Economia Política**, vol. 25, nº 3 (99), julho-setembro, 2005, p. 224-232.

_____. Prefácio. In: CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências. São Paulo: Boitempo, 2005a, p. 8-16.

BELLUZZO, L. G. M. e TAVARES, M. C. Ainda a controvérsia sobre a demanda efetiva: uma pequena intervenção. In: **Revista de Economia Política**, v. 1, n.º 3, julho-setembro de 1981, p. 107-112.

BELLUZZO, L. G. M. e COUTINHO, L. Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise: 1929-1974. In: **Desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 9-36.

BELLUZZO, L. G. M. e CARNEIRO, R. Globalização e integração perversa. In: **Política Econômica em Foco**, n.1, maio-agosto, 2003, p.

BENJAMIN, Walter. Parque Central. In: **Obras Escolhidas III** - Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENOIT, Hector. Sobre a crítica (dialética) de *O Capital*. In: **Revista Crítica Marxista**, São Paulo: Editora Brasiliense, 1996, p. 14-44.

_____. Pensando com (ou contra) Marx? In: **Revista Crítica Marxista**, São Paulo: Editora Xamã, nº 8, 1999, p. 81-92.

_____. Marx à luz de Wittgenstein. In: **Revista Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Da lógica com um grande L à lógica de *O Capital*. In: BOITO, A.; TOLEDO, C. N. e outros. (org.). **Marxismo e Ciências Humanas**. São Paulo: Xamã, 2003, p. 15-25.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **Aventuras no marxismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BERNAL, Cleide. **A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2000.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BORJA, J. & CASTELLS, M. **As cidades como atores políticos**. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, 1996.

BORGES NETO, João Machado. **Duplo caráter do trabalho, valor e economia capitalista**. São Paulo: USP, 2002. (Tese de Doutorado).

_____. **Fluxos internacionais de capitais e alternativas de políticas econômicas e sociais**. Acessado em:

http://www.rls.org.br/publique/media/Controle_JoaoMachado.pdf

BOTELHO, Adriano. **O financiamento e a financeirização do setor imobiliário: uma análise da produção do espaço e da segregação sócio-espacial através do estudo do mercado de moradia na cidade de São Paulo**. São Paulo: USP, 2005. (Tese de Doutorado).

_____. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, pp. 7-16.

BRAGA, José Carlos de Souza. Instabilidade capitalista e demanda efetiva. In: **Revista de Economia Política**. São Paulo, vol. 3, nº 3, julho-setembro, 1983.

_____. **Temporalidade da riqueza:** uma contribuição à teoria da dinâmica capitalista. Campinas: UNICAMP, 1985. (Tese de Doutorado).

_____. Economia política da dinâmica capitalista. In: **Revista de Estudos Econômicos**. São Paulo, vol. 26 (especial), 1996, p. 83-133.

_____. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza no capitalismo. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis. **Poder e dinheiro**. São Paulo: Vozes, 1997.

BRAGA, José Carlos de Souza. Produtivismo e especulação na gestão da riqueza - um estudo sobre os Estados Unidos, Japão e Alemanha. In: CINTRA, M. A. M. & FREITAS, M. C. P. (Orgs). **As transformações institucionais dos sistemas financeiros:** um estudo comparado. São Paulo: Fundap/Fapesp, 1998, p. 147-176.

_____. **Temporalidade da riqueza:** teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo. Campinas, UNICAMP/IE, 2000.

BRAGA, J.C.S. e CINTRA, M. A. M. Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano. In: **O poder americano**, Fiori, J. (org.), Petrópolis, Vozes, 2004.

BRAGA, J.C.S. e MAZZUCHELLI, F. Notas introdutórias ao capitalismo monopolista. In: **Revista de Economia Política**, vol. 1, n° 2, abril-junho, 1981, p. 57-65.

BRENNER, Robert. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão? In: **Outubro**, Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n.3, maio 1999, p. 7-18.

_____. **O boom e a bolha:** os Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Lucro, acumulação e crise**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRETAS, Alécia C. **A constelação do sonho:** estética e política em Walter Benjamin. Dissertação (Mestrado em Filosofia). São Paulo: FFLCH-USP, 2006.

BRETTAS, Tatiana. **A internacionalização do capital e o plano real:** uma análise político-econômica do governo FHC. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. (Dissertação de Mestrado).

BRITTO, Mônica Silveira. **Modernização e tradição:** urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo na segunda metade do século XIX. São Paulo: USP, 2006. (Tese de Doutorado).

BRUNHOFF, Suzanne de. **A moeda em Marx.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **A política monetária:** uma tentativa de interpretação marxista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a.

_____. **Estado e capital:** uma análise da política econômica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

_____. **A hora do mercado:** crítica do liberalismo. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

BRUNHOFF, Suzanne de. A instabilidade monetária internacional. In: CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada:** raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 35-68.

BUKHARIN, Nikolai. **A economia mundial e o imperialismo.** São Paulo: Abril Cultural, 1986.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34 / Edusp, 2000.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estatuto da cidade.** Brasília: Instituto Polis, 2001.

CAMPOS, Lauro. **A crise da ideologia keynesiana.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. **A crise completa:** a economia política do não. São Paulo: Boitempo, 2001.

CARCANHOLO, Reinaldo. **O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro,** 2000. Disponível em: <http://sites.uol.com.br/carcanholo>. Acesso em: 20 de abril de 2007.

_____. **Sobre a natureza do dinheiro em Marx.** In: VII Encontro Nacional de Economia Política, 2002.

CARCANHOLO, R. & NAKATANI, P. **O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização**, 1999. Disponível em: <http://sites.uol.com.br/carcanholo>. Acesso em: 20 de abril de 2007.

CARNEIRO, Ricardo. A globalização financeira: origem, dinâmica e perspectivas. In: **Texto para Discussão**. Campinas: IE/UNICAMP, n. 90, out. 1999.

_____. Globalização financeira e inserção periférica. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, (13): dezembro, 1999a, p. 57-92.

CARVALHO, Fernando Cardim. A teoria monetária de Marx: uma interpretação pós-keynesiana. In: **Revista de Economia Política**, v. 6. n° 4, 1986.

_____. Bretton Woods aos 60 anos. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 70, p. 51-63, 2004.

_____. Inovação financeira e regulação prudencial: da regulação de liquidez aos acordos da Basileia. In: Rogerio Sobreira. (Org.). **Regulação Financeira e Bancária**. São Paulo: Atlas, 2005, v., p. 121-137.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Consumo do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos caminhos da geografia**. (Caminhos da Geografia). São Paulo: Contexto, 2001, p.173-186.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CEVASCO, Maria Elisa. Prefácio. In: **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 7-16.

CHASIN, José. Marx: da razão do mundo ao mundo sem razão. In: **Marx Hoje**. São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. In: TEIXEIRA, F. **Pensando com Marx**. São Paulo: Ensaio, 1995.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, F. (org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo, Xamã, 1998, p. 249-290.

_____. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1 (18), jan./jun, 2002, p. 1-44.

_____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências**. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 25-67.

CINTRA, Marcos Antônio Macedo. **As transformações na estrutura do sistema financeiro dos Estados Unidos: a montagem de um novo regime monetário-financeiro (1980-1995)**. Campinas: UNICAMP, 1997. (Tese de Doutorado).

_____. **Uma visão crítica da teoria da repressão financeira**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

CINTRA, M. A. M. e CAGNIN, R. F. Evolução da estrutura e dinâmica das finanças norte-americanas. In: **Econômica**, v. 9, n. 2, p. 296-338, dez. 2007.

CINTRA, M. A. M. e FARHIR, M. A crise financeira e o *global shadow banking system*. In: **Novos Estudos - CEBRAP** [online]. 2008, n.82, pp. 35-55.

CIPOLLA, Francisco Paulo. Taxa de lucro e déficit público nos Estados Unidos. In: **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 12, n. 2, 1992, p. 143-149.

_____. Lei fundamental da concorrência capitalista e critério de adoção de novas técnicas. In: **Revista Análise Econômica**, ano, 23, n. 43, 2005, p.28-44.

_____. Contribuição para uma crítica marxista da preferência pela liquidez. **Revista de Economia**, v. 32, 2006, p. 95-111.

_____. Valor e concorrência em Marx e os vários equívocos da crítica de Schumpeter. **Revista de Economia**, v. 34, 2008, p. 99-110.

COGGIOLA, O. e MARTINS, J. **Dinâmica da globalização: mercado mundial e ciclos econômicos (1970-2005)**. Santa Catarina: UFSC, 2006.

COLQUHOUN, Alan. **Modernidade e tradição clássica: ensaios de arquitetura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CORAZZA, Gentil. O todo e as partes: uma introdução ao método da economia política. In: **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. Especial, 1996, p. 35-50.

_____. Marx e Keynes: sobre dinheiro e economia monetária. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 1998, Niterói. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/sep>. Acesso em: 20 de março de 2007.

_____. Dinheiro, crédito, capital financeiro e capital fictício: um estudo da natureza das finanças capitalistas em Marx. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2000, Fortaleza. **Anais Eletrônicos**. Disponível em <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/sep>. Acesso em: 20 de março de 2007.

_____. Globalização Financeira: a utopia do mercado e a re-invenção da política. In: **Economia - Ensaios**, UFU - Uberlândia, v. 19, n. 02, 2005, p. 125-140.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Trajetórias geográficas**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

COSTA, M. C. L. **Cidade 2000 - expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. São Paulo: FFLCH/USP, 1988. (Dissertação de Mestrado).

COUTINHO, Carlos Sidnei. **Rentismo e capitalismo: um estudo sobre as trajetórias da riqueza financeira**. Campinas: Unicamp, 1997. (Tese de Doutorado).

COUTINHO, Maurício Chalfin. **Marx: notas sobre a teoria do capital**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. A crítica da economia política: teoria e atualidade. In: BOITO, A.; TOLEDO, C. N.; RANIERI, J.; TROPIA, P. V. (Orgs). **A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações**. São Paulo: Xamã, 2000. p. 257-267.

CRUZ, Murilo Medici Navarro da Cruz. **Estado, espaço e acumulação na crise contemporânea**. São Paulo: USP, 2006 (Dissertação de Mestrado)

DATHEIN, Ricardo. De Bretton Woods à globalização financeira: evolução, crise e perspectivas do Sistema Monetário Internacional. In: **VII Encontro Nacional de Economia Política**. Curitiba-PR, 2002. Disponível em: <http://www.sep.org.br>

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles**. São Paulo: Scritta, 1993.

_____. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEÁK, Csaba. O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista. In: **Espaço & Debates**, n. 28, p. 18-31, 1989.

_____. Prefácio. In: Deák, C. & Schiffer, S.R. (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. **À busca das categorias da produção do espaço**. São Paulo: 2001 (Tese de Livre-Docência, FAUUSP).

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUAYER, Juarez Torres. **Lukács e a Arquitetura**. Niterói: EdUFF, 2008.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Tradução de Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

_____. **A idéia de cultura**. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

EGLER, Cláudio Antonio G. Preço da terra, taxa de juros e acumulação financeira no Brasil. In: **Revista de Economia Política**, vol. 5, n° 1, janeiro-março, 1985, p. 112-135.

EICHENGREEN, Barry J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Editora 34, 2000.

ENDERLE, Rubens. “Apresentação” In: MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ENGELS, Friedrich. Suplemento ao livro terceiro de “O Capital”. In: MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Volume V), p. 319-334.

_____. Introdução à edição alemã de 1891. In: MARX, K. **Trabalho assalariado e capital**. São Paulo: Editora Global, 1987, p. 11-18.

- _____. **A questão da habitação.** São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.
- _____. Letters. **In: Marx & Engels Collected Works: Volume 50 (1892-1895).** Moscou: Progress Publishers, 2004, p. 163. (Acessado em: www.marxists.org).
- _____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008.
- ERICSON, Estênio. **A crítica das formas jurídicas em Marx.** Fortaleza: UECE, 2008. (Dissertação de Mestrado).
- FARHI, Maryse. Derivativos financeiros: hedge, especulação e arbitragem. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, (13): dezembro, 1999, 93-114.
- FARIA, Vilmar. O Processo de Urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. In: **Associação Brasileira de Estudos Populacionais.** Anais do Primeiro Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Campos do Jordão, 1978.
- FARNETTI, Richard. O papel dos fundos de pensão e de investimentos coletivos anglo-saxônicos no desenvolvimento das finanças globalizadas. In: CHESNAIS, F. (org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos.** São Paulo: Xamã, 1998, p. 183-210.
- FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987 (Tomos I e II).
- _____. **Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples.** São Paulo: Brasiliense, 1997.
- _____. **Marx: Lógica e Política: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética.** São Paulo: Editora 34, 2002 (Tomo III).
- FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. Cidade e Imagem: entre aparências, dissimulações e virtualidades. In: **Revista Fronteiras: estudos midiáticos.** Vol. VI nº 1 - janeiro/junho de 2004.
- FERRARI, Terezinha. **Fabricalização da cidade e ideologia da circulação.** São Paulo: Terceira Margem, 2005.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. **São Paulo: o mito da cidade-global.** São Paulo: USP, 2003. (Tese de Doutorado).

FERRO, Sérgio. Arquitetura e luta de classes: uma entrevista com Sérgio Ferro por Lelita Oliveira Benoit. In: **Crítica Marxista**, nº 15, p. 140-150, São Paulo: Boitempo, 2002.

FIORI, José Luís. **O vôo da coruja**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. Sobre o poder global. In: **Novos Estudos** - CEBRAP, novembro de 2005, nº73, p.61-72.

FIX, Mariana. **Parceiros da Exclusão**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. São Paulo S/A: acesso pelos fundos. In: **Revista Reportagem**, 15 jul. 2004, p. 49-50.

_____. **São Paulo cidade global**: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

FOLEY, Duncan. Mercadoria. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.

FORTES, Ronaldo Vielmi. Procedimento investigativo e forma expositiva em Marx - duas leituras: Lukács e Chasin. In: **Verinotio** - Revista on-line de educação e ciências humanas n. 9, Ano V, nov. 2008, p. 73-106.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx**. (1843-44: as origens da ontologia do ser social). São Paulo: Cortez, 1995.

FREITAG, Bárbara. Utopias urbanas. In: **X Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia**. Fortaleza, 2001.

FREITAS, Mirtes de. **A cidade dos clubes**: modernidade e “glamour” na Fortaleza de 1950-1970. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

FRÚGOLI JR., Heitor. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez / Edusp / FAPESP, 2000.

FUCK JR., S. C. F. **Expansão urbana e segregação espacial no sudeste do município de Fortaleza**. Fortaleza: UECE, 2002. (Dissertação de Mestrado).

FUJIMOTO, Nelson. **A produção monopolista do espaço urbano e a desconcentração do terciário na gestão da cidade de São Paulo:** o caso da avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini. São Paulo: USP, 1994. (Dissertação de Mestrado).

FURTADO, Celso. **Transformação e crise na economia mundial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALBRAITH, John Kenneth. **Moeda:** de onde veio, para onde foi. São Paulo: Livraria Pioneira editora, 1983.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

GERMER, Claus Magno. **Dinheiro, capital e dinheiro de crédito:** o dinheiro segundo Marx. Campinas: UNICAMP, 1995. (Tese de Doutorado).

_____. 'Economia monetária' ou 'economia capitalista'? Marx e Keynes sobre a natureza do capitalismo. In: **I ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA.** Niterói: UFF, 1996, p. 19-34.

_____. O dinheiro de crédito e as funções do dinheiro no capitalismo. In: XXV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 25, 1997, Recife. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/sep>. Acesso em 20 outubro 2001.

_____. Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo. In: **II ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA**, 2., 1997a, São Paulo. **Anais...** São Paulo: PUC/SP. V. 1, p. 376-394.

_____. O sistema de crédito internacional e a instabilidade financeira dos países da periferia capitalista. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, (15): dezembro, 2000, p. 159-178.

_____. O conceito de “padrão-ouro” e os equívocos da economia política. In: III ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3., 1998, Niterói. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/sep>. Acesso em 12 de março de 2002.

GIANNETTI, Eduardo. **O valor do amanhã:** ensaio sobre a natureza dos juros. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- GIANNOTTI, José Arthur. **Certa herança marxista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GONÇALVES, Reinaldo. Capital financeiro, bancário e industrial no Brasil. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, (13): dezembro, 1999, 179-189.
- GONDIM, Linda M. de P. **O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**. São Paulo: Annablume, 2007.
- GONTIJO, Claudio. **As raízes da crise financeira dos derivativos *subprime***. In: Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2008. (Texto para discussão, 342).
- GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1997.
- GRAY, John. **Falso amanhecer: os equívocos do capitalismo global**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GREGORY, Derek (org.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. **O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. A crise na crítica à Economia Política. In: **Crítica Marxista**, nº 10, São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. Marx, crítico da teoria clássica do valor. In: **Crítica Marxista**, nº 12, São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. A dialética do avesso. In: **Crítica Marxista**, nº 14, São Paulo: Boitempo, 2002.
- GUATTARI, Félix (1985). Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. In: **Espaço & Debates**, ano V, nº 16.
- GUIMARÃES, Juarez. **Democracia e marxismo: crítica à razão liberal**. São Paulo: Xamã, 1998.
- GUTTMANN, Robert. As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, F. (Org). **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1998, p. 61-96.
- _____. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. In: **Novos Estudos - CEBRAP** [online], 2008, n.82, p. 11-33.

HABERMAS, Jürgen. Arquitetura moderna e pós-moderna. In: Arantes, O. e Arantes, P. **Um ponto cego no projeto moderno de Juergen Habermas**. São Paulo, Brasiliense, 1992.

HADDAD, Fernando. **Trabalho e linguagem**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

_____. Muros, “campos” e reservas: os processos de reclusão e “exclusão” territorial. Uma primeira versão, mais sucinta (17 p.), sob o título “Precarização, reclusão e ‘exclusão’ territorial”, foi publicada como artigo na revista Terra Livre n. 23, 2004.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos Np século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HARVEY, David. **Urbanismo e desigualdad social**. 2ª ed. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1979 [Título original: *Social Justice and the City*, 1973].

_____. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Rev. Espaço e Debates**. São Paulo, Cortez. N. 6, jun/set. 1982.

_____. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1990 [Título original: *The Limits to Capital*, 1982].

_____. **The urban experience**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1989.

_____. **Condição Pós Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. In: **Socialist Register**, 2004a, p. 95-125. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. A reinvenção da Geografia: uma entrevista com os editores da *New Left Review*. In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a, p. 17-40.

_____. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista (1975). In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a, p. 41-74

_____. A teoria marxista do Estado (1976). In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a, p. 75-94.

_____. Ajuste espacial: Hegel, Von Thünen e Marx (1981). In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a, p. 95-126.

HARVEY, David. A geopolítica do capitalismo (1981). In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a, p. 127-162.

_____. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da urbana no capitalismo tardio (1989). In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a, p. 163-190.

_____. A geografia do poder de classe (1998). In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a, p. 191-218.

_____. A arte da renda: a globalização e transformação da cultura em commodities (2001). In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a, p. 219-240.

_____. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **Urbanismo possível**. In: <http://www.miradaglobal.com>. Acessado em 30/06/2008.

HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da estética da mercadoria**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1996.

HERRLEIN JR., Ronaldo. As mediações para uma “consideração especial” da concorrência em Marx. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre: v. 18, n. 2, 1997, p. 329-361.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSON. John A. **A evolução do capitalismo moderno**: um estudo da produção mecanizada. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

HOBSEBAWM, Eric J. **A era do capital**: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Frederico R. B. **O espaço de exceção**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

HUDSON, Michael. O capitalismo financeiro choca-se contra um muro: o plano de fuga dos oligarcas à custa do Tesouro americano. In: http://resistir.info/crise/hudson_17fev09_p.html, acessado em: 27/2/2009.

JACOBY, Russel. **O fim da utopia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JAMESON, Fredric. O pós-modernismo e o mercado. In: ŽIŽEK, Slavoj (org). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 279-296.

_____. “Fim da arte” ou “fim da história”. In: **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 73-93.

JAMESON, Fredric. Transformações da imagem na pós-modernidade. In: **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 95-142.

_____. Cultura e capital financeiro. In: **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 143-172.

_____. O tijolo e o balão: arquitetura, idealismo e especulação imobiliária. In: **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 173-206.

_____. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2002.

_____. Transformações da imagem na pós-modernidade. In: **Espaço e imagem**: teorias do pós-moderno e outros ensaios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004, p. 129-161.

JEFFERS, Esther. A posição da Europa na valorização mundial dos capitais de aplicação financeira. In: CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 153-173-16.

JUNCKES, Ivan Jairo. Riqueza fictícia, corrupção das institucionalidades e instabilidade financeira global: grandes desafios para a gestão produtiva. In: **Terra Plural**, v. 2, 2008, p. 57-85. Disponível em: <http://www.nesfi.ufsc.br>

KAY, Geoffrey. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**: uma análise marxista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

KLAGSBRUNN, Victor Hugo. Considerações sobre a categoria dinheiro de crédito. In: **Ensaio FEE**, ano 13, número 2. Porto Alegre, 1992.

_____. Mundialização x Globalização e o papel das Finanças no capitalismo contemporâneo. In: **IV Coloquio Internacional de la SEPLA** (Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico), Buenos Aires, 2008.

KOTHE, Flávio. **A alegoria**. São Paulo: Ática, 1986.

- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e segregação na metrópole**: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan/Fase 2000.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.
- _____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999a.
- LEITE, Rogério Proença. "Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ANPOCS/Edusc, vol. 17, nº 49, jul./2002, p. 115-134.
- _____. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Ed. da Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS, 2004.
- LE MOS, Maurício Borges. **Espaço e capital**: um estudo sobre a dinâmica centro x periferia. Campinas: UNICAMP, 1988. (Tese de Doutorado)
- LÊNIN, V. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Obras Escolhidas (1)**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.
- _____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas), 1982.
- LESSA, Sérgio. O reflexo como "não-ser" na ontologia de Lukács: uma polêmica de décadas. In: **Crítica Marxista**. São Paulo: Xamã, n. 4, p. 89-112, 1997.
- LEVI, Maria Luiza. Liberalização financeira, bolha especulativa e crise bancária no Japão. In: **Revista de Economia Política**, vol. 17, nº 1 (65), janeiro-março, 1997, p. 40-59.
- LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1990.
- LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1981.
- LÖWY, Michael. A cidade, lugar estratégico do enfretamento de classes. In: **Revista Crítica Marxista**, nº 8, p. 59-75, São Paulo: Boitempo, 2006.

LÖWY, M. e SAYRE, R. **Revolta e melancolia**: o romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995. In: <http://www.unb.br>. Acessado em 12/11/2007.

LUKÁCS, György. **Estética I**. Barcelona/México: Ed. Grijalbo, 1967.

_____. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, György. **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Roma: Editori Riuniti, 1981. (V. II, Capítulo 1 – Il lavoro – traduzido para o Português pelo Prof. Ivo Tonet; capítulo 2 - La riproduzioni - Traduzido para o Português pelo Prof. Sérgio Lessa).

_____. **História e consciência de classe** – estudos de dialética marxista. 2ª ed. Rio de Janeiro/Brasil: Elfos; Porto/Portugal: Publicações Escorpião, 1989.

MACÁRIO, Epitácio. **Trabalho, reprodução social e educação**. Fortaleza: UFC, 2005. (Tese de Doutorado).

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. In: **Território/LAGET**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 8, jan./jun. de 2000, p.9-29.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. [online]. In: **NAU-Núcleo de Antropologia Urbana da USP**. Disponível em: <http://www.n-a-u.org/ruasimboloesuporte.html>. Acessado em 10/04/2006.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

_____. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio/Editora da UNICAMP, 1990.

MANTEGA, Guido. Expansão e crise na economia brasileira: o papel do capital estrangeiro. In: **Cadernos CEBRAP**, n° 28, 1977.

MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. **Acumulação monopolista e crises no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARX, Karl. **Das Kapital**. In: Werke, Band 23. Berlim, Dietz Verlag, 1968.

_____. **Capítulo inédito d'O capital**: resultados do processo de produção imediato. Porto: Escorpião, 1975.

_____. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Livro 4 de *O Capital*. Tradução por: Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980-1985 (Volumes I, II, III).

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **Letters**. In: **Marx & Engels Collected Works**: Volume 40 (1856-1859). Moscou: Progress Publishers, 1983a, p. 268. (Acessado em: www.maxists.org).

_____. **Para a crítica da Economia Política / Salário, preço e lucro / O rendimento e suas fontes**: a economia vulgar. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. **O Capital**: crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1985-86 (Volumes I, II, III, IV e V).

_____. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía (Grundrisse) 1857-1858**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1989, (Volumes I, II e III)

_____. Marginal notes on Adolph Wagner's. In: **Marx & Engels Collected Works**: Volume 24 (1874-1883). Moscou: Progress Publishers, 1989a, p. 531-563. (Acessado em: www.maxists.org).

_____. **Miséria da filosofia** – resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

_____. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos caminhos da geografia**. (Caminhos da Geografia). São Paulo: Contexto, p.173-186, 2001.

MATOS, A. M. e NETO, A. Opulência e miséria nos bairros de Fortaleza. In: **Scripta Nova**: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(030). Disponível em: [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(030\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(030).htm)

MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo**: o capitalismo e suas crises. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. O pioneirismo de Smith. In: **Economia Sociedade**, nº 18, jan./jun 2002.

_____. **Anos de chumbo**: notas sobre a economia internacional no entre-guerras. Campinas: 2006. Disponível em: <http://www.tecnologiasa.com.br>

MAZZUCHELLI, Frederico. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. In: **Novos Estudos - CEBRAP** [online]. 2008, n.82, p. 57-66.

MEDEIROS, César Manoel. **Grandes corporações e bancos universais contemporâneos (BUC's)**: motivo finanças (*finance*) e estruturação de fundos de investimentos. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br.

MEHRING, Franz. Sobre el materialismo histórico y otros ensayos filosóficos. In: **Cuadernos de Pasado y Presente 64**. México: Ediciones Pasado e Presente, 1976.

MELLO, Alex Bolonha Fiúza de. Teorias do neo-imperialismo: raízes da teoria marxista do capitalismo mundial. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara - São Paulo, v. 2, n. 11, 2001, p. 39-66.

_____. Marx e a globalização. São Paulo: Boitempo, 1999.

MELLO, Caio Roberto Bourg de. **Contribuição ao estudo do sistema de crédito em O capital de Karl Marx**. São Paulo: USP, 2007. (Tese de Doutorado).

MELO, Ricardo Pereira de. **Estado e valor ou o processo de circulação simples como forma aparential do Estado**. Paraná: UNIOESTE, 2008.

MENEGAT, M. **O olho da barbárie**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006.

MENELEU NETO, José. **Uma reflexão sobre a teoria social do dinheiro**: as diferentes determinidades das categorias dinheiro e moeda em Marx. Fortaleza: UFC, 1992. (Dissertação de Mestrado).

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

- _____. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- MEYER, Victor. Internacionalização dos bancos brasileiros: motivações produtivas ou parasitárias (indagações para uma pesquisa). In: **Sentientibus**, Feira de Santana, n° 17, julho-dezembro, 1997, p.101-115.
- MICELI, Sérgio. Introdução: A força do sentido. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007, p. VII-LXI.
- MIELE, Sávio Augusto de Freitas. **O movimento da economia financeira na dinâmica imobiliária de São Paulo.** São Paulo: Labur Edições, 2008.
- MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva.** São Paulo: T. A. de Queiroz, 1982.
- MIGLIOLI, J., POMERANZ, L. e LIMA, G.T. **Dinâmica econômica no capitalismo contemporâneo: homenagem a M. Kalecki.** São Paulo: Editora USP, 2001.
- MINELLA, Ary Cesar. Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina. In: **Civitas**, v. 3, n° 2, julho-dezembro, 2003, p. 245-272.
- MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. A relação entre moeda e valor em Marx. In: **Revista de Economia Política**, vol. 11, n° 2 (42), abril-junho, 1991, p. 40-59.
- _____. Valor e moeda em Marx: crítica da crítica. In: **Revista de Economia Política**, vol. 13, n° 3 (51), jul/set 1993, p. 54-68.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia crítica: a valorização do espaço.** 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1987
- MÜLLER, Marcos Lutz. Exposição e método dialético em “O Capital”. In: **Boletim SEAF**, n° 2, Belo Horizonte, 1982.
- _____. Prefácio. In: GRESPAN, Jorge Luís da Silva. **O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política.** São Paulo: Hucitec, 1999, p. 13-22.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história – Suas origens, transformações e perspectivas.** São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1ª ed. 1961, em inglês].

NAKATANI, Paulo e MARQUES, Rosa Maria. A finança capitalista: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo. In: **Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia**, 2008. v. 1. p. 1-19.

NATAL, Jorge L. Império norte-americano e território no Brasil: uma leitura inspirada em Maria da Conceição Tavares. IN: **EURE** (Santiago) - Revista latinoamericana de estudios urbano regionales, Chile, v. XXVIII, n. 84, 2002, p. 117-131.

NETTO, José Paulo. Lukács e o marxismo ocidental. In: ANTUNES, Ricardo e RÊGO, Walquiria D. L (org.). **Lukács: um Galileu no século XX**. São Paulo: Boitempo, 1996.

NETTO, José Paulo. Apresentação. In: ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 9-35.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: **Contradições urbanas e movimentos sociais**. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra, 1977.

_____. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977a.

_____. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos sociais**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **O elo perdido: classe e identidade de classe**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. In: **Novos Estudos** - CEBRAP, nº 22, outubro de 1988, p. 8-28.

_____. A questão regional: a hegemonia inacabada. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 18, 1993, p. 43-63.

_____. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. CLACSO, Buenos Aires, agosto, 2006.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de. Dinâmica econômica sob dominância financeira. In: **ANPEC-SUL**, 2007, Porto Alegre. X Encontro de Economia da Região Sul, 2007a.

OLIVEIRA, Hélio Ázara de. **A circulação simples como epiderme da experiência capitalista**. Campinas: Unicamp, 2007. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Manfredo A. **Ética e sociabilidade**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. A dialética marxiana enquanto unidade de entendimento e razão: a leitura de Ruy Fausto. In: OLIVEIRA, M. A. **Dialética hoje**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

PAIVA, Claudio César de. **A diáspora do capital imobiliário, sua dinâmica de valorização e a cidade no capitalismo contemporâneo: a irracionalidade em processo**. UNICAMP - Universidade de Campinas, 2007. (Tese de Doutorado).

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. **Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso**. São Paulo: Pioneira, 1974.

PASUKANIS, E. B. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

PAULA, João Antônio de. Lei do valor e a crise do nosso tempo. In: **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 9, nº 2, abril/junho, 1989, p. 58-70.

_____. Aparência e realidade capitalista: o lugar da concorrência na dinâmica do capital. In: **Estudos Econômicos**, v. 33, n. 1, 2003, p. 115-142.

_____. O “outubro” de Marx. In: **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte: UFMG, v. 18, maio/agosto, 2008, p. 167-190.

PAULANI, Leda M. Sobre dinheiro e valor: uma crítica às posições de Brunhoff e Mollo. In: **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 14, nº 3, jul./set., 1994, p. 67-77.

_____. Ruy Fausto e o pacto com a dialética. In: MUSSE, Ricardo; LOUREIRO, Maria Isabel (org.). **Capítulos do marxismo ocidental**. São Paulo: Edunesp, 1998, p. 209-228.

_____. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Capitalismo financeiro e estado de emergência econômico no Brasil: abandonando a perspectiva do desenvolvimento. In: **X Jornadas de Economia Crítica**, Barcelona-Espanha, 2006.

_____. **Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. A autonomização das formas verdadeiramente sociais na teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. In: **XIV Encontro Nacional de Economia Política**. Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). São Paulo, 2009.

PAVIANI, Aldo (org.). **Urbanização e metropolização**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/Codeplan, 1987.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p. 279-290.

PINTO, Nelson Prado Alves. **O capital financeiro na economia contemporânea**: uma revisão teórica e histórica de seu papel no desenvolvimento recente dos Estados Unidos. Campinas: UNICAMP, 1994. (Tese de Doutorado).

_____. O Capitalismo Financeiro. In: **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 5, 1997, p. 9-26.

PLIHON, Dominique. A economia de fundos próprios: um novo regime de acumulação financeira. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, (13): dezembro, 1999, 41-56.

_____. As grandes empresas fragilizadas pelas finanças. In: CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 133-152.

POSSAS, Mário Luiz. **Dinâmica e ciclo econômico em oligopólio**. Campinas, Unicamp, 1983.

_____. **Dinâmica da economia capitalista**: uma abordagem teórica. São Paulo, Brasiliense, 1987.

_____. Marx e os fundamentos da dinâmica econômica capitalista. In: **Revista de Economia política**. São Paulo, 4 (3), julho-setembro de 1984.

_____. Demanda efetiva, investimento e dinâmica: a atualidade de Kalecki para a teoria macroeconômica. In: MIGLIOLI, J., POMERANZ, L. e LIMA, G.T. **Dinâmica econômica no capitalismo contemporâneo**: homenagem a M. Kalecki. São Paulo: Editora USP, 2001.

POSSAS, M. L., BALTAR, P. E. A. Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, 11(1):107-160, abril de 1981.

PRATES, Daniela M. Abertura financeira dos países periféricos e os determinantes dos fluxos de capitais. In: **Revista de Economia Política**, vol. 19, nº1 (73), janeiro-março, 1999, p. 55-71.

RIBEIRO, Júlio César. **A geografia das formas espaciais de reprodução da existência humana ao longo do tempo à luz do materialismo histórico-geográfico**. Niterói: UFF, 2006. (tese de Doutorado).

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

ROCHA, Adriana Marques. **O turismo e a reconstrução de territórios do espetáculo na metrópole Fortaleza**. Fortaleza: UECE, 2006. (Dissertação de Mestrado).

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de *O Capital* de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ROTTA, Tomas N. **Dinheiro inconversível, derivativos financeiros e capital fictício: a moderna lógica das formas**. São Paulo: IPE-FEA-USP, 2008.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SAAD FILHO, Alfredo. Valores e preços de produção: uma releitura de Marx. In: **Revista Análise Econômica**, edição nº. 36, ano. 19, set, 2001, p. 5-24.

SAFATLE, V. P. Sobre um riso que não reconcilia: ironia e certos modos de funcionamento da ideologia. In: **Margem Esquerda - Ensaio Marxistas**, São Paulo, v. 5, p. 131-146, 2005.

_____. O esgotamento da forma crítica como valor estético. In: Itaú Cultural (org.). **Rumos: artes visuais 2005-2006**. São Paulo: Itaú, 2006, p. 307-314. (disponível em: www.geocities.com/vladimirsafatle).

_____. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTIAGO, Ramilson Noronha. **Obsolescência programada no mercado imobiliário: o espaço como forma de entesouramento**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, M. **O espaço dividido**. 2a ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **A urbanização brasileira**. 5a ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Maria Francineila Pinheiro dos. **Para onde sopram os ventos**: políticas públicas de turismo no grande Pirambu/Fortaleza/Ceará. Natal: UFRN, 2006. (Dissertação de Mestrado).

SASSEN, Sáskia. As cidades na economia global. In: **Cadernos de Urbanismo**, Ano 1, nº1, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, 1999.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981, p. 13-28.

SECCO, Lincoln. Notas para a história editorial de *O Capital*. In: **Revista Novos Rumos**, São Paulo, v. 37, 2002, p. 43-62.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERFATI, Claude. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. In: CHESNAIS, F. (org.). **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998, p. 141-182.

SHAIKH, Anwar. Uma introdução à história das teorias de crises. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 4 (1): 1983, p. 5-45.

SHAIKH, Anwar. A crise econômica mundial: causas e implicações. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 6 (1): 1985, p. 33-56.

_____. Valor, acumulación y crisis: ensayos de economía política. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1991.

SICSÚ, João. Rumos da liberalização financeira brasileira. In: Emprego, juros e câmbio: finanças globais e desemprego. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, p. 163-184.

SILVA, Carlos Alberto F. O capital incorporador e a segregação social do espaço urbano. In: **Boletim Goiano de Geografia**, 12 (1): 53-63, janeiro-dezembro, 1992.

SILVA, José Borzacchiello. **Os incomodados não se retiram**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. [1ª Ed. 1902].

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

_____. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. **Para entender o mundo financeiro**. São Paulo: contexto, 2000.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. In: **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 21, 2007, p. 15-31.

SMOLKA, Martin e Cunha, Paulo. Notas críticas sobre a relação entre rendas fundiárias e uso do solo urbano. In: **Estudos CEBRAP**, nº 27. São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, 1980, p. 27-50.

SOBRAL, Fábio Maia. **Os Grundrisse de 1857-8 como Manifesto Social**. Campinas: UNICAMP, 2008. (Tese de Doutorado)

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. São Paulo: Zahar, 1993.

SPOSITO, M. E. B. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: CARLOS, Ana Fani et al (org.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A identidade da metrópole**: a verticalização em São Paulo. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1994.

SOUZA, Nilson Araújo de. **A longa agonia da dependência**: economia brasileira contemporânea (JK-FH). São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2004.

SUBIRATS, Eduardo. **Da vanguarda ao pós-moderno**. São Paulo: Nobel, 1986.

SWEEZY, Paul. **Teoria do desenvolvimento capitalista**: princípios de economia política marxista. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição A. Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente. In: **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. São Paulo: Zahar Editores, 1977.

_____. O movimento geral do capital. In: **Novos Estudos**. CEBRAP, v. 25, p. 7-26, 1979.

_____. Apresentação. In: HOBSON. J. A. **A evolução do capitalismo moderno**: um estudo da produção mecanizada. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. A retomada da hegemonia norte-americana. In: **Revista de Economia Política**, vol. 5, n° 2, abril-junho, 1985a, p. 5-15.

_____. Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

_____. **Destruição não criadora**: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TAVARES, M. C. e ASSIS, José Carlos de. **O grande salto para o caos**: a economia política e a política econômica do regime autoritário. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1985.

TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997. (Coleção Zero à Esquerda).

TEIXEIRA, Aloísio. **O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. (Dissertação de Mestrado).

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Economia e filosofia no pensamento político moderno**. Campinas, SP: Pontes, Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1995.

_____. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de O Capital. São Paulo: Ensaio, 1995a.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. Sobre a crítica dialética de *O Capital*: uma anticrítica. In: **Crítica Marxista**. São Paulo, 1999, v. 8. p. 93-114.

_____. Resenha de *O Negativo do Capital*. In: **Revista Outubro**, São Paulo, v. 4, 2000, p. 109-118.

_____. **Economia e luta de classes no capitalismo regulado**: ensaios sobre a crise da economia social de mercado. Fortaleza: UFC, 2004. (Tese de Doutorado)

_____. **Trabalho e Valor**: contribuição para a crítica da razão econômica. São Paulo: Cortez, 2004a.

_____. O encontro de Hegel e Marx com a Economia Política. In: **Kalagatos**. Revista de filosofia do Mestrado Acadêmico em Filosofia da UECE. Fortaleza, v. 3, n. 5, 2006, p. 71

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **Dependência, desenvolvimento e dominância financeira**: a economia brasileira e o capitalismo mundial. São Paulo: USP, 2007. (Tese de Doutorado).

_____. A produção capitalista do conhecimento e o papel do conhecimento na produção capitalista: uma análise a partir da teoria marxista do valor. In: **Anais do XXXV Encontro da ANPEC**, Recife, 2007a.

TERTULIAN, Nicolas. Heidegger entre a filosofia e a história contemporânea. In: **Verinotio** - Revista on-line de Educação e Ciências Humanas, nº 8, Ano IV, maio, 2008.

TOPALOV, C. Análise do ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção civil. In: FORTI, Reginaldo. **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 53-80.

_____. **Ganancias y rentas urbanas**. Elementos teóricos. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S.A., 1984.

TOUSSAINT, Eric. **A bolsa ou a vida** – a dívida externa do terceiro mundo: as finanças contra os povos. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2001.

TRINDADE, José Raimundo B. **Dívida pública e teoria do crédito em Marx**: elementos para análise das finanças do estado capitalista. Curitiba: UFPR, 2006.

VAINER, Carlos. “Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico”. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 75-104.

VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano? In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 105-120.

VAISMAN, E. A Importância da polêmica sobre as relações entre Marx, método e a Filosofia. In: IV Colóquio Marx & Engels, Campinas/ UNICAMP, 2005.

VARGAS, H. C. **Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio.** São Paulo: SENAC, 2001.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2a ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

_____. **As ilusões do plano diretor.** São Paulo, 2005.

VOLOCHKO, Danilo. **A produção do espaço urbano e as estratégias reprodutivas do capital: negócios imobiliários e financeiros em São Paulo.** São Paulo: Labur Edições, 2008.

WACQUANT, Löic. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada.** Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In: CHESNAIS, François. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

WOODWISS, Michael. **Capitalismo gângster: quem são os verdadeiros agentes do crime organizado.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

ŽIŽEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.297-331.

_____. **A visão em paralaxe.** São Paulo: Boitempo, 2008.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papius, 2000, p. 81-103.